

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

FRANCISCO DAS CHAGAS GALVÃO DE LIMA

PASTORAL DE JUVENTUDE DO MEIO POPULAR: PRÁTICAS DE
EDUCATIVAS E CIDADANIA

JOÃO PESSOA
2012

FRANCISCO DAS CHAGAS GALVÃO DE LIMA

PASTORAL DE JUVENTUDE DO MEIO POPULAR: PRÁTICAS DE
EDUCATIVAS E CIDADANIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus I, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação Popular
Linha de pesquisa: Educação e Movimentos Sociais.
Orientador: Dr. Orlandil de Lima Moreira


JOÃO PESSOA
2012

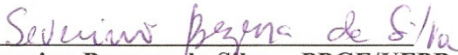
FRANCISCO DAS CHAGAS GALVÃO DE LIMA


**PASTORAL DE JUVENTUDE DO MEIO POPULAR: PRÁTICAS
EDUCATIVAS E CIDADANIA**

Dissertação aprovada em:

BANCA EXAMINADORA


Profº Dr. Orlandil de Lima Moreira – PPGE/UFPB
(Orientador)


Profº Dr. Severino Bezerra da Silva – PPGE/UFPB
(Examinador)


Profª Dra. Idalina Maria Lima Freitas Santiago – PPGDR/UEPB
(Examinadora)

JOÃO PESSOA – PB
2012

L732p Lima, Francisco das Chagas Galvão de.

Pastoral de Juventude do meio popular: práticas educativas e cidadania.
/ Francisco das Chagas Galvão de Lima. - João Pessoa, 2012.

120f.

Orientador: Orlandil de Lima Moreira.

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE/PPGE

1. Educação Popular. 2. Movimentos sociais cristãos. 3. Juventude - Pastoral. 4. Pastoral da Juventude do Meio Popular – Guarabira-PB.
5. Igreja Católica – contribuição política social – formação de jovens.

UFPB/BC

CDU:37:261.622(043)

DEDICATÓRIA

Às mulheres de minha vida:

Valdegisa, minha mãe,
Ana, minha esposa,
Thaís e Lívia, minhas filhas.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela vida e pela fé que me renova a cada dia;

Ao professor Orlandil de Lima Moreira, pela orientação e dedicação durante a escrita deste trabalho.

Ao professor Severino Silva e professora Idalina, por atenderem prontamente ao convite de composição da banca e cujas contribuições foram determinantes neste trabalho;

Ao Padre Pedro Alexandre, ao Sr. Antonio Mendes e ao MM Juiz Antonio Cavalcante, pelas entrevistas concedidas que permitiram reconstruir parte da história da PJMP;

Aos amigos Alberto, Áurea, Ítalo e Tarcisio, cuja amizade e respeito cultivo a cada dia;

Ao professor Eduardo Jorge, que, através de seu exemplo, me ensinou o valor da pesquisa e da educação;

Aos amigos Jivago Barbosa e Sabrina Grisi, que compreenderam minhas ausências e apostaram em meu potencial;

À minha tia/irmã Gisa, pelo apoio incondicional em todos os momentos;

Aos professores Charliton Machado e Erenildo Carlos, pela ética e responsabilidade com a qual coordenaram o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB;

Aos funcionários do PPGE, Rosilene, Samuel, Cleomar, Graça, Glória e Ednalva, pela organização de nossa vida acadêmica;

À CAPES, pela concessão da bolsa durante a pesquisa.

É graça divina começar bem. Graça maior continuar na caminhada certa.
Mas a graça das graças é não desistir nunca. (Dom Hélder Câmara)

RESUMO

A Igreja Católica, ao se engajar na luta contra as desigualdades sociais na América Latina e no Brasil, inaugura uma nova forma de ser igreja e fomenta o surgimento de pastorais de jovens. Essa investida, balizada pelo Concílio Vaticano II e pelos Encontros Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), toma os pobres e os leigos com opção preferencial de sua ação evangelizadora. Desta ação surgem as pastorais de juventudes genéricas e, dada a necessidade de discussão do reconhecimento das especificidades que cada juventude carrega, nasce a Pastoral de Juventude do Meio Popular (PJMP), com a proposta de refletir sobre a dialética fé e vida a partir do meio social ao qual o jovem está inserido. A presente pesquisa discute a formação, organização e a prática educativa da PJMP da Diocese de Guarabira-Pb na década de 1980, bem como a contribuição desta pastoral para a construção da cidadania dos jovens que dela participaram. Devido à inexistência de documentos que tratassem da história da PJMP na diocese, a metodologia da História Oral foi utilizada, onde os entrevistados puderam contribuir, através de suas memórias, com a reconstrução da história da PJMP na Diocese de Guarabira-PB. As práticas educativas empreendidas no processo de formação social e política dos jovens da PJMP estão embasadas na concepção de Educação Popular, onde a conscientização e a participação são os elementos pedagógicos mais presentes na formação dos jovens e que contribuem, de forma efetiva, para a construção e o fortalecimento da cidadania, repercutindo positivamente, até os dias atuais, na sua formação moral, ética e cidadã.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos Sociais; Educação Popular; Igreja Católica; Juventude; Cidadania.

RESUMEN

La Iglesia Católica al meterse en la lucha contra las desigualdades sociales en América Latina y en Brasil, inicia una nueva forma de ser iglesia y promueve el surgimiento de pastorales de jóvenes. Esa investida, denominada por el Concilio Vaticano II y por los Encuentros Episcopales de Medellín (1968) y Puebla (1979), toma a los pobres y legos como opciones preferencial de sus acciones evangelizadora. De esta acción surgen las pastorales de juventudes genéricas y, dada la necesidad de discusión del reconocimiento de las especificidades que cada juventud carga, nace la Pastoral de Juventud del Medio Popular (PJMP), con la propuesta de reflejar sobre la dialéctica fe y vida a partir del medio social cuyo el joven está inserido. La presente pesquisa discute la formación, organización y la práctica educativa de la PJMP de la Diócesis de Guarabira – Pb en la década de 1980, bien como la contribución de esta pastoral para la construcción de la ciudadanía de los jóvenes que de ella participaron. Por causa de la inexistencia de documentos que tratasen de la historia de la PJMP en la diócesis, la metodología de la Historia Oral fue utilizada, donde los entrevistados pudieron contribuir, a través de sus memorias, con la reconstrucción de la historia de la PJMP en la Diócesis de Guarabira – PB. Las practicas educativas emprendidas en el proceso de formación social y política de los jóvenes de la PJMP están basadas en la concepción de Educación Popular, donde la concientización y la participación son los elementos pedagógicos más presentes en la formación de los jóvenes y que contribuyen, de forma efectiva, para la construcción y el fortalecimiento de la ciudadanía, repercutiendo positivamente, hasta los días actuales, en su formación moral, ética y ciudadana.

PALABRAS-LLAVE: Movimientos Sociales; Educacion Popular; Iglesia Catolica; Juventud; Ciudadanía.

LISTA DE SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação
AP – Ação Popular
ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB’S – Comunidades Eclesiais de Base
CELAM – Conselho Episcopal Latino Americano
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNAPJMP – Comissão Nacional dos Assessores da Pastoral da Juventude do Meio Popular
CNPJMP – Comissão Nacional da Pastoral da Juventude do Meio Popular
ECC – Encontro de Casais com Cristo
EJC – Encontro de Jovens com Cristo
GT’S – Grupos de Trabalho
JAC – Juventude Agrária Católica
JEC – Juventude Estudantil Católica
JIC – Juventude Independente Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
MEB – Movimento de Educação de Base
NE II – Nordeste II
ONG’S – Organizações não-governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PEM – Projeto Educativo do Menor
PJB – Pastoral da Juventude do Brasil
PJE – Pastoral da Juventude Estudantil
PJR – Pastoral da Juventude Rural
PJMP – Pastoral da Juventude do Meio Popular
PU – Pastoral Universitária
SEDUP – Serviço de Educação Popular
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESCO – União das Nações Unidas

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1

Produções encontradas a partir da palavra-chave: pastoral da juventude _____ 20

QUADRO 2

Produções encontradas a partir da palavra-chave: pastoral da juventude do meio popular
_____ 22

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
------------	----

PARTE I - OS CAMINHOS DA PESQUISA

As Motivações Pessoais	17
As Produções Acerca do Objeto	19
A Escolha Metodológica	24
A Coleta e o Tratamento das Fontes	28
Transcrição e Armazenamento das Fontes	30
Os Sujeitos da Pesquisa	31

PARTE II - JUVENTUDE(S), PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA: Confluências com a Educação Popular e os Movimentos Sociais

Aproximações do conceito de Juventude	36
Participação: o caminho da conscientização	39
Cidadania: o longo caminho	42
Educação Popular e Movimentos Sociais: contribuições para a construção da cidadania	47

PARTE III - JUVENTUDES CATÓLICAS NO BRASIL

Precedentes Eclesiais e Históricos	53
A Formação das Juventudes Católicas	55
A Pastoral da Juventude Geral; da Ação Católica aos Meios Específicos	58
Os Anos de Efervescência das Juventudes Católicas Especializadas	61
O Concílio e as Conferências: o início da caminhada	66
Medellín (1968)	67
Puebla (1979)	69
A Pastoral da Juventude do Meio Popular: o jeito novo de ser Igreja	73

PARTE IV - A PASTORAL DA JUVENTUDE DO MEIO POPULAR DA DIOCESE DE GUARABIRA/PB

Da Região Episcopal à Diocese	80
A PJMP na Diocese de Guarabira	86
A Formação Política e Social na PJMP	92
Elementos Pedagógicos da Educação Popular para a construção da Cidadania	98

CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
----------------------	-----

REFERÊNCIAS	111
-------------	-----

APÊNDICE

INTRODUÇÃO

“Quando dou pão aos pobres, chamam-me de santo; quando pergunto pelas causas da pobreza, me chamam de comunista” (Dom Helder Câmara).

As pastorais sociais ligadas à Igreja Católica que surgiram no Brasil adquiriram um papel importante no processo de fortalecimento dos Movimentos de Educação Popular, pois eram grupos mais flexíveis e criativos, baseados na animação popular. Na perspectiva de ampliação do movimento de Educação Popular, vimos instituições, sindicatos, associações e Igreja assumirem sua responsabilidade social frente à promoção da educação gratuita e de qualidade aos excluídos social, político, econômico e cultural da sociedade brasileira.

As mudanças políticas e econômicas no Brasil, bem como em toda América Latina, impulsionaram vários grupos da sociedade civil a lutarem contra as formas de opressão através de movimentos sociais e populares de educação numa perspectiva emancipatória e crítica. Desse processo de formação de grupos engajados e comprometidos com a mudança da realidade social, surgem os movimentos pastorais sociais vinculados à Igreja Católica.

A história dos movimentos sociais vinculados à Igreja Católica, no Brasil, ganham destaque a partir dos anos de 1920, com a Ação Católica Geral e, posteriormente, com o surgimento das Juventudes Católicas (JAC, JEC, JIC, JOC, JUC); na década de 1950 com as CEB's; em 1960 com a Pastoral da Juventude do Brasil (PJB) e, dentro delas, através de seus meios específicos, a Pastoral da Juventude Rural (PJR), a Pastoral da Juventude Estudantil (PJE), a Pastoral Universitária (PU); e já no final da década de 1970 e início da década de 1980, a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), cuja característica principal é o protagonismo juvenil.

Das várias pastorais que foram criadas nos momentos históricos das décadas de 1960 a 1980, poucas se nortearam sob a doutrina da Teologia da Libertação e a partir da “opção preferencial pelos pobres”, como política social adotada pelo Concílio

Vaticano II (1962-1965) e dos documentos de Medellín (1968) e Puebla (1979). Foi a partir destes encontros que a Igreja Católica na América Latina abriu suas portas para a participação dos chamados leigos em suas atividades de evangelização, deixando clara a opção pelos jovens, com o objetivo de congregar as juventudes das diferentes classes num evidente projeto de transformação de suas realidades a partir do reconhecimento de seu meio social, econômico e cultural.

Com a reconfiguração dos meios de atuação da Igreja Católica frente aos problemas sociais e o reconhecimento de que seria necessário reconhecer as especificidades sociais que permeavam a juventude, surge no Brasil, em 1979, a Pastoral da Juventude do Meio Popular, que se distinguiu das outras pastorais por articular e agrupar jovens das classes populares, estudantes, operários, empregados, desempregados, que se reconhecem como membros socialmente excluídos e/ou explorados; por conscientizar os jovens a assumirem sua classe e lutarem pela transformação de sua realidade e de sua comunidade a partir da ação, do processo de iniciação e conscientização e do processo de militância.

Diante da diversidade da juventude brasileira encontramos a religião como um grande aglutinador de juventudes, onde “o pertencimento, as crenças e as identidades religiosas influenciam opiniões, percepções e práticas sociais dos jovens desta geração” (NOVAES, 2004.p.265), fomentado a participação de jovens das comunidades locais, missionários franciscanos e leigos, fazendo surgir um trabalho de solidariedade.

É no contexto da luta engendrada no país durante os anos 1980, motivada pela abertura política e reconfiguração dos movimentos sociais que surgem grupos sociais comprometidos com a conquista da cidadania e, acompanhando os contextos políticos e eclesiais desta década, surge, na cidade de Guarabira/PB, por iniciativa do então bispo da cidade, Dom Marcelo Pinto Carvalheira, a Pastoral da Juventude do Meio Popular da Diocese de Guarabira – PJMP.

Reconstruir a história de luta da Pastoral da Juventude do Meio Popular da Diocese de Guarabira/PB é dar voz àqueles que se engajaram nas lutas populares a partir dos acontecimentos históricos das comunidades e na animação da fé em Cristo, desenvolvendo uma espiritualidade libertadora, fazendo com que seus partícipes adquirissem consciência crítica, política e social ante sua realidade e fortalecendo sua classe social, gerando autonomia e emancipação dos sujeitos socialmente excluídos.

A nossa investigação buscou colocar em tela as contribuições educativas da Pastoral da Juventude do Meio Popular da Diocese de Guarabira pautadas numa concepção de educação popular para a construção da cidadania, reconhecendo sua importância social, política e cultural na formação crítica e cidadã dos sujeitos envolvidos nesse processo, sistematizando a história da pastoral de juventude do meio popular na região do brejo paraibano; apreendendo os princípios pedagógicos presentes nas ações sócio-educativas da PJMP; analisando a contribuição da PJMP para a formação política e social dos jovens, na perspectiva do fortalecimento da cidadania; e identificando nas ações educativas desenvolvidas pela PJMP, elementos pedagógicos da educação popular.

Sendo assim, buscamos colocar em tela os aspectos eclesiais e políticos que proporcionaram o surgimento da Pastoral da Juventude do Meio Popular no seio da história da Igreja Católica no Brasil e o caráter educativo da PJMP da Diocese de Guarabira/PB na perspectiva da construção da cidadania pautada na concepção da Educação Popular.

Dada a complexidade do objeto, buscamos na primeira parte nortear o leitor acerca das motivações da pesquisa. Estas motivações foram promovidas pela nossa experiência enquanto membro do Ministério de Música da comunidade católica da Igreja São José, na cidade de João Pessoa, Paraíba; pela falta de documentos produzidos pela Diocese de Guarabira que registrasse a história da PJMP em seus mais de trinta anos na região a qual a diocese é responsável; pelas fontes mais significativas de reconstrução da história da pastoral em tela se dar de forma oral; e pela escassa produção acadêmica acerca da Pastoral da Juventude do Meio Popular; e pela nossa escolha metodológica que, partindo da metodologia da História Oral, buscamos colocar em tela toda a construção da Pastoral da Juventude do Meio Popular da Diocese de Guarabira-PB através da memória daqueles que fizeram parte dela, materializando os relatos e dando solidez às lembranças, fazendo com que leituras passadas dêem corpo a história presente.

Na segunda parte nos debruçamos sobre a aproximação dos conceitos de juventude, participação e cidadania, e suas confluências com a Educação Popular e os Movimentos Sociais. A cidadania é discutida no âmbito das décadas de 1970 e 1980, onde evidenciaremos suas características e alcance, bem como sua indissociabilidade com a participação, e a conscientização. A descrição da contribuição da educação popular para os movimentos sociais nos faz compreender a importância e a influência

dela na formação dos quadros dos movimentos populares, tendo em vista os referenciais de formação política, social e cidadã permearem todo processo formativo dos sujeitos. Insere-se dentro desta perspectiva formativa os movimentos pastorais sociais em suas especificidades de atuação. Tais inserções as caracterizam como movimentos sociais populares que congregam as juventudes brasileiras a partir da reflexão de sua realidade enquanto sujeito de sua formação e transformação social animados pela fé.

Na terceira parte, intitulado Juventudes Católicas no Brasil, buscamos evidenciar as relações de poder que permearam a aliança Igreja Católica e Estado Brasileiro, na construção dos movimentos de juventude católica. Este levantamento histórico também desvela o contexto eclesial e político na América Latina (com a realização dos encontros de Medellín e Puebla) e no Brasil, com os fatos que tornaram possíveis a mudança de pensamento da Igreja acerca de seu papel social frente aos marginalizados e excluídos, optando preferencialmente pelos jovens empobrecidos e dando a eles um espaço privilegiado dentro dela onde, diante de várias frentes de atuação e penetração social, eles puderam dar voz ao seu silêncio através de sua ação pastoral junto à sociedade e a outros jovens.

Na quarta parte, intitulada A Pastoral da Juventude do Meio Popular da Diocese de Guarabira-PB, relata os antecedentes eclesiais e políticos que fomentaram a criação da Pastoral da Juventude do Meio Popular da Diocese de Guarabira, que foi da criação da Região Episcopal do Brejo até a instalação da Diocese de Guarabira. Também há descrição do Plano Pastoral Diocesano, que traça as diretrizes para a organização e linhas de ação pastoral da diocese. Ainda, dentro desta parte, tratamos da organização e luta desta pastoral dentro da diocese, bem como a forma de atuação que propiciou a formação social e política de seus participantes e dos elementos pedagógicos da Educação Popular que permitiu a construção da cidadania dos jovens da Pastoral da Juventude do Meio Popular da Diocese de Guarabira.

PARTE I

OS CAMINHOS DA PESQUISA

AS MOTIVAÇÕES PESSOAIS

Paulo Freire (2000, p.79) nos ensina que foi aprendendo a conhecer e experimentar que começamos a entender e fazer de nossa prática docente um ato pedagógico aberto e tanto quanto possível bonita e prazerosa. Portanto, na medida em que vivenciamos e experimentamos a prática social de nossa sociedade, da nossa comunidade e dos sujeitos que as compõem, vamos nos tornando pessoas críticas. Vamos nos formando cidadãos.

O tema da pesquisa surgiu, primeiro, pela nossa identificação com o tema ao que diz respeito à nossa participação em grupos de jovens de animação católica na década de 1990, na Comunidade da Igreja São José, na cidade de João Pessoa. Vale ressaltar que o grupo ao qual participávamos restringia-se à animação e renovação carismática de jovens da comunidade. Era um grupo de aproximadamente quinze jovens com identidades sociais, econômicas e culturais características de qualquer jovem de bairro periférico e cuja função do grupo era a organização do ministério de música da Igreja. O grupo restringia-se a esta função e não éramos provocados à reflexão de nossa realidade ou nossa condição social.

A nossa saída da capital do Estado e do grupo católico, em meados de 1990, foi motivada pelo ingresso no ensino superior, que nos trouxe à cidade de Guarabira, no Brejo Paraibano, e nos afastou das atividades de animação e renovação carismática católica, encerrando assim, uma história de quatro anos junto ao ministério de música.

Durante a década de 2000, na cidade de Guarabira, a Igreja Católica foi presenteada com um memorial em homenagem ao capuchinho Frei Damião, figura importante no processo de evangelização em massa da Igreja Católica no nordeste. A construção deste monumento fez com que a Diocese ganhasse um novo instrumento de evangelização e peregrinação, trazendo à tona uma série de saberes e relatos sobre as ações da história da igreja católica na região. É neste momento que surge nossa segunda motivação (e inquietação) acerca da história da igreja em suas histórias de luta e evangelização, onde passamos a conhecer, de forma mais intensa, a história de um

movimento pastoral da igreja, chamado de Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP).

Os relatos dos membros da sociedade guarabireNSE, os quais fizeram parte ou não da referida pastoral, colocaram em tela a amplitude das ações da referida pastoral, onde ela, formada por jovens trabalhadores do campo e da cidade, por franciscanos, operários, dentre outros, executava suas ações não só na cidade de Guarabira, mas em toda área de abrangência da Diocese. Diante dessa exposição, surge-nos outra motivação e inquietação acerca das ações da pastoral da juventude do meio popular: por que um movimento de tamanha importância não se faz mais presente nos dias atuais? E se faz, por que não está mais presente em ações concretas? Por que a história da PJMP da Diocese de Guarabira é feita de forma oral? Estas perguntas configuraram em novos desafios acerca da história da pastoral em questão, motivando-nos, também, a buscar informações na Diocese de Guarabira.

Após uma conversa informal com um dos padres da diocese, fomos informados que toda documentação, caso estas existissem, estariam, sob forma de doação, pertencentes aos arquivos do Serviço de Educação Popular de Guarabira – SEDUP - e que tal doação teria sido feita no momento da saída de Dom Marcelo Pinto Carvalheira – então bispo da Diocese de Guarabira – em virtude de sua nomeação ao cargo de Arcebispo da Paraíba. Este serviço foi criado em 1981, inicialmente vinculado à Diocese de Guarabira e funcionava como órgão de assessoria aos movimentos sociais populares da região do Brejo que, devido a mudanças conjunturais dentro da Igreja, passou a assumir sua autonomia enquanto associação civil, no ano de 1991(MOREIRA, 2008).

A nossa investida junto ao SEDUP acerca das informações ora coletadas foi desafiadora, pois fomos informados que lá não havia documentos sobre a pastoral do meio popular, tampouco doados pela diocese. Diante deste fato, nos vimos frente à falta de informação acerca de documentos na Diocese de Guarabira que relatem as ações da pastoral do meio popular e sua contribuição para a sociedade. Este fato se configurou em mais uma motivação à pesquisa sobre as ações educativas pertinentes a pastoral em tela.

AS PRODUÇÕES ACERCA DO OBJETO

O interesse pela investigação educacional no Brasil efetivamente começou no início do século XX. Este fato decorre do interesse dentro do campo das investigações girarem em torno das pesquisas aplicadas, por produzirem conhecimentos práticos e de uso imediatos, garantindo produtos de grande valor social e econômico. Diante deste fato, as pesquisas em educação encontravam (e ainda encontram) dificuldades na obtenção de financiamento para realização de pesquisas em sua área, gerando um enorme distanciamento entre os educadores e os cientistas.

No Brasil, somente com o surgimento de instituições de pesquisas educacionais é que começamos a perceber um considerável aumento no número de investimentos e pesquisas na área de educação, proporcionando melhorias, tais como: a investigação no processo de aprendizagem; pesquisas sobre o desenvolvimento infantil, etc; e com isso também surgem órgãos e associações de profissionais ligados à educação que se propõem a incentivar e publicar pesquisas nas áreas das ciências sociais e humanas, criando um grande banco de pesquisas em educação. Desta forma, buscamos, a partir dos sites educacionais especializados da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) e da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pesquisas e trabalhos em nível de mestrado e doutorado publicados no período dos últimos cinco anos com o objetivo de fazer um levantamento do estado da arte sobre o nosso objeto de pesquisa.

Nossa primeira visita foi ao portal da ANPED, no que diz respeito às suas reuniões anuais, onde partimos da premissa de que encontraríamos estudos acerca da Pastoral da Juventude do Meio Popular, devido ao seu engajamento nas lutas populares a partir dos acontecimentos históricos das comunidades as quais estão inseridas.

Ao percorrermos o portal da ANPED, procuramos trabalhos publicados nos Grupos de Trabalhos em Educação Popular, História da Educação e Movimentos Sociais nos encontros dos anos de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011. Estes Grupos de Trabalhos (GT's) foram escolhidos devido o nosso objeto de estudo (Pastoral da

Juventude do Meio Popular) desvelar-se em características educativas, sociais e históricas as quais permeiam a PJMP. Esta constatação dá-se em virtude de a referida pastoral ser produto histórico da educação popular em sua luta pela educação para todos, além de ter sido originada das lutas sociais ligadas à igreja católica. Portanto, nossa pesquisa se deu no campo destes GT's, por entendermos que nosso objeto de estudo abrange, em sua essência, a educação popular, os movimentos sociais e a história da educação. O procedimento adotado neste levantamento de dados teve como critérios a identificação do título do trabalho, a leitura do resumo e, por fim, a leitura da revisão da literatura.

O portal da ANPED, nos últimos cinco anos de encontro, nos fez chegar a uma constatação: há uma visível ausência de produções acerca do nosso tema de pesquisa nos três GT's mencionados, evidenciando a necessidade de pesquisas e produções acadêmicas acerca deste movimento social popular.

A não obtenção de resultados nos direcionou para a pesquisa no banco de dados da CAPES, através de suas dissertações e teses, buscando como critério de pesquisa os cinco últimos anos de produção; se a produção é em nível de mestrado ou doutorado; além da busca por palavras-chave e áreas do conhecimento, título do trabalho e leitura do resumo.

No banco de teses, ao buscarmos produções com as palavras: Pastoral; juventude; e meio popular, nenhum trabalho foi encontrado. Porém, ao procurarmos pelas palavras: pastoral e juventude, encontramos uma produção cujo título é O Movimento Ecumênico no Brasil (1954-1994) - A Serviço da Igreja e dos Movimentos Populares. Este trabalho, apesar de ter como palavras-chave Movimento ecumênico; teologia ecumênica; catolicismo, não aborda a temática da pastoral da juventude. Vale ressaltar que com a utilização das palavras-chave pastoral, juventude, meio popular, nenhum outro trabalho, além do supracitado, foi encontrado no banco de teses.

No banco de dissertações da CAPES, utilizamos a mesma metodologia, a qual nos deu uma melhor visão das produções e suas áreas de conhecimento. Para uma melhor visualização, construímos o quadro abaixo:

Quadro 1. Produções encontradas a partir das palavras-chave: pastoral da juventude.

Ano	Título	Autor	Palavras-chave	Área do conhecimento

2007	Pastoral da Juventude: alguns princípios e propostas atuais para o seguimento de Jesus (uma reflexão a partir do encontro de Jesus com o cego Bartolomeu)	Ariel Alberto Zotola	Pastoral; Seguimento; juventude; discípulos; processo.	Teologia
2007	Olhares Juvenis: estudo sobre sociabilidade e participação dos jovens da pastoral católica de Parobé.	Claudecir Barbosa da Silva	Movimentos sociais; sociabilidade; juventude e participação social.	Ciências Sociais
2007	Jovens de Grupo da Pastoral da Juventude no bairro Restiga de Porto Alegre-RS: identidades e saberes.	Márcia da Silva Ferri	Identidade; religião; jovens; igreja; juventude.	Educação
2008	Jovens da Pastoral da Juventude Estudantil: aprendizados da experiência.	Mauricio Perondi	Juventudes; pastoral da juventude estudantil.	Educação

FONTE: Banco de Dissertações da CAPES

A leitura do quadro acima nos revela a insuficiência de pesquisas cujo objeto é a Pastoral da Juventude, principalmente na área de educação. Vale ressaltar que outras áreas de conhecimento se interessam pelo tema, a exemplo da Teologia e das Ciências Sociais, porém, estas dissertações tratam de uma pastoral de juventude geral, que traz a idéia de homogeneização da juventude, que não delimita a especificidade ou a característica de um movimento social pastoral específico, do meio popular.

Ao buscarmos as produções encontradas a partir das palavras-chave: pastoral da juventude do meio popular construímos o seguinte quadro:

Quadro 2. Produções encontradas a partir das palavras-chave: pastoral da juventude do meio popular

Ano	Título	Autor	Palavras-chave	Área do Conhecimento
2005	A Pastoral da Juventude na Diocese de Pesqueira: memórias e práticas sociais	Eraldo da Silva	Juventude; Religião; Igreja; Ação Pastoral; Cultura.	História
2006	Juventude e Cidadania na Perspectiva da Educação Popular: contribuições e limites da Pastoral da Juventude do Meio Popular na Arquidiocese da Paraíba (1981-2006)	Isaac Alexandre da Silva	Juventude; Cidadania; Igreja de Base; Educação Popular.	Educação
2009	Coração, Juventude e Fé: a mística da Pastoral da Juventude do Meio Popular –	Edielson Jean da Silva Nascimento	Juventude; Meio Popular; Pastoral; Memória; Mística;	Ciências das Religiões

	PJMP na Arquidiocese da Paraíba (1979-1993)			
2007	Participação Política e Fé: o papel da igreja na formação das organizações sociais populares – Região do Alto Uruguai (1974-1990)	Jonas José Seminotti	Religiosidade; Política; Conflitos; Organizações.	História

FONTE: Banco de Dissertações da CAPES

Com este quadro percebemos, ainda, a insipiente produção acerca da Pastoral da Juventude do Meio Popular, inclusive na área da Educação. É visível o interesse pelo tema de outras áreas do conhecimento, como História e Ciências das Religiões, evidenciando poucas pesquisas acerca do nosso objeto de pesquisa.

Um dado extremamente relevante sobre a pesquisa intitulada Juventude e Cidadania na Perspectiva da Educação Popular: contribuições e limites da Pastoral da Juventude do Meio Popular na Arquidiocese da Paraíba (1981-2006) é a articulação do tema juventude e educação popular, que demonstra a preocupação de recuperação da memória deste movimento social popular ligado à Igreja Católica. Nessa perspectiva, buscamos também, com nossa pesquisa, recuperar a história desta pastoral social na Diocese de Guarabira-PB.

Diante das poucas produções acerca deste tema, constatadas a partir das consultas aos portais da CAPES e ANPED, justificamos a necessidade de pesquisa acerca da Pastoral da Juventude do Meio Popular em suas práticas educativas embasadas em uma concepção de educação popular.

A ESCOLHA METODOLÓGICA

Diante da pouca produção acadêmica e da inexistência de documentos oficiais na Diocese de Guarabira que relatem a história da PJMP, elegemos como fonte de pesquisa as fontes orais. Encontramos na metodologia da História oral a possibilidade de materializar os relatos através das entrevistas e narrativas, dando corpo e solidez às lembranças dos entrevistados, permitindo que “os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis – isto é, que se reconheça, neles, um estatuto tão concreto e capaz de incidir sobre a realidade quanto qualquer outro fato” (ALBERTI, 2004.p9). É de grande valia lembrar que nosso primeiro e mais significativo contato com a história da PJMP se deu de forma oral. Foi no seio das memórias de ex-participantes que a PJMP passou a ganhar forma e existência, pois,

O processo da memória depende, pois, não só da capacidade de compreensão do indivíduo, mas também de seu interesse. Assim, é muito mais provável que uma lembrança seja precisa quando corresponde a um interesse e necessidade social (THOMPSON, 1992.p.135)

A memória, ligada à história oral, faz com que o pesquisador a utilize para produzir e dar concretude às leituras passadas, leituras extraídas das evidências orais trazidas à tona pelos entrevistados. Para Le Goff (1994, p.423),

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

A busca por uma metodologia que garantisse a máxima fidelidade histórica e social do objeto levou-nos a eleger a história oral como base metodológica de nossa pesquisa, história essa, que para Thompson (1992, p.45) “[...] é tão antiga quanto a própria história. Ela foi a primeira espécie de história”. Sendo assim, muitos perguntam:

seria a história oral um método, uma técnica ou uma tentativa de fazer história? De fato não há consenso entre historiadores em responder tal pergunta, mas há consenso na busca de uma identidade da história oral. Vale ressaltar que há autores que utilizam o termo tradição oral. O termo tradição oral está ligado às sociedades sem escrita ou pré-letradas, cuja oralidade é elemento único de comunicação e transmissão de cultura, onde tudo deveria ser lembrado.

Para Meihy e Holanda (2007, p.15) a história oral é uma metodologia, pois “é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas”. Já para Alberti (1990, p.1-2), a história oral também é caracterizada como técnica, pois se trata da produção e tratamento de depoimentos gravados.

Segundo Lozano (2001, p.15),

O historiador oral é mais que um gravador que registra os indivíduos “sem voz”, pois procura fazer com que o depoimento não desloque nem substitua a pesquisa e a conseqüente análise histórica; que seu papel como pesquisador não se limite ao de um entrevistador eficiente, e que seu esforço e sua capacidade de síntese e análise não sejam arquivados e substituídos pelas fitas de gravação (sonoras e visuais). [grifos do autor]

O soergimento das lembranças dos sujeitos históricos através de suas histórias, individual ou coletiva, faz com que a história oral utilize-se de várias áreas do conhecimento, com suas técnicas e procedimentos, que justifiquem tal resgate histórico, desvelando o passado em presente, dando voz ao silêncio, ampliando a informação sobre acontecimentos específicos da história e cobrindo o maior número de experiências comuns. Sendo assim, a história oral responderá questões particulares, inclusive acerca da religião, e em especial, às ações da PJMP, pois

Área particularmente interessante é a história da religião, pois, neste caso, as fontes orais podem ser utilizadas para distinguir as crenças e práticas dos adeptos comuns das de seus líderes. Até que ponto, por exemplo, a religião terá moldado os valores do auxiliar de escritório de classe média baixa? É possível, também, estudar a “religião popular”, as superstições e os rituais de nascimento, casamento ou morte dos não-religiosos – áreas essas, pela própria natureza, em sua maior parte, fora do alcance da documentação institucional religiosa recente (THOMPSON, 1992.p.110). [grifos do autor]

Portanto, a construção da história através da memória, individual ou coletiva, constitui-se numa construção social, pois, “recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade [...]” (THOMPSON, 1992.p.208). Para Halbwachs (1990), a memória é um fenômeno social que se manifesta nos seguintes tipos: coletiva, individual, histórica. A primeira, que se poderia chamar de memória social, está relacionada a uma história vivida, na qual o passado permanece vivo na consciência de um grupo social. Esta noção é contraposta à história (memória histórica), que seria uma forma de conhecimento do passado, exterior ao domínio do vivido. Destarte, a memória individual será sempre “um ponto de vista sobre a memória coletiva”, onde “[...] o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história [...]” (Le Goff, 1992.p.422). Através da memória é possível reconstituir e ressignificar fatos de forma crítica, valorizando a identidade e a cidadania.

É justamente na construção da identidade que pausa, sob os preâmbulos da história oral, a construção da cidadania, quando, dentro de seus objetivos, ela dá voz aos oprimidos e excluídos, abrindo novas possibilidades de se (re) contar a história.

A construção e a narração da história do passado, tanto coletiva quanto individual, constitui um processo social ativo que exige ao mesmo tempo engenho e arte, aprendizado com os outros e vigor imaginativo. Nisto, as narrativas são utilizadas, acima de tudo, para caracterizar as comunidades e os indivíduos e para transmitir as suas atitudes (THOMPSON, 1992.p.185).

Dessa forma

[...] a história não é apenas sobre eventos, ou estruturas, ou padrões de comportamento, mas também sobre como são eles vivenciados e lembrados na imaginação. E parte da história, aquilo que as pessoas imaginam que aconteceu, e também o que acreditam que poderia ter acontecido – sua imaginação de um passado alternativo e, pois, de um presente alternativo - , pode ser tão fundamental quanto aquilo que aconteceu. A construção de uma memória coletiva pode resultar numa força histórica por si só de imenso poder. Omo, de maneira tão eloqüente e trágica, atestam as lutas épicas dos mineiros, ou as sucessivas perseguições dos judeus, ou a obstinação dos bôeres, ou os três séculos de lutas religiosas na Irlanda do Norte (Idem, 1992.p.184).

Para Halbwachs (1990, p.72), “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada.” Thompson (1992, p.154) ainda nos alerta que, “Essencial, também, é que haja uma disposição para lembrar: esse traço da memória é especialmente importante para o processo de entrevista”.

Diante da perspectiva do uso da memória para levantamento de fontes na metodologia da história oral, surge um questionamento acerca da subjetividade dos sujeitos: como retirar da memória das pessoas os verdadeiros momentos vividos por elas? A ausência de fontes escritas nos obrigam a recorrer às fontes orais, onde

Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta (Thompson, 1992.p.197).

Ou ainda,

A consideração do âmbito subjetivo da experiência humana é a parte central desse método de pesquisa histórica, cujo propósito incluiu a ampliação, no nível social, da categoria de produção dos conhecimentos históricos, pelo que se identifica e se solidariza com muitos dos princípios da tão discutida “história popular” (LOZANO, 2001. p.16

Com essa afirmativa, Thompson e Lozano evidenciam que a dimensão subjetiva do sujeito é inerente à sua condição humana, ao contar sua vida, seus valores e sua cultura. Para Alberti (2000) a subjetividade já se constitui em objeto do pensamento científico, da mesma forma que fontes escritas também se constituem e objetos subjetivos, portanto,

“Não estaríamos comprometendo a objetividade necessária a qualquer trabalho científico? É sabido que jamais poderemos apreender o real tal como ele é; apesar disso, insistimos em obter uma aproximação

cada vez mais acurada dele, para aumentar qualitativa e quantitativamente nosso conhecimento (ALBERTI, 2005. p.23)”.

Dessa forma não vemos neutralidade na história oral devido a subjetividade ser inerente à própria história e a toda sua produção, que permeia não só a vida do entrevistado, mas também a do entrevistador. Ambos fazendo parte de grupos diferentes e desempenhando papéis distintos na sociedade que, através de suas diferenças constroem (ou tentam construir) um retrato da história a qual o pesquisador se propõe a desvelar.

A COLETA E O TRATAMENTO DAS FONTES

Toda pesquisa em História Oral guia-se através das narrativas, que são apresentadas por meio das entrevistas, cuja especificidade exige a apreensão das experiências vividas na comunicação dos fatos e transmissão destes de uma pessoa à outra, desvelando aspectos inerentes ao tema da pesquisa.

Para Thompson (1992) a melhor maneira de preparar uma entrevista é, primeiramente, fazê-la de forma exploratória ou piloto, com o objetivo de localizar fontes ou informações genéricas para que desta forma, o entrevistador obtenha de seu interlocutor, informações históricas importantes, pois assim

[...] será possível situar exatamente dentro dos acontecimentos a participação do informante, identificar até que ponto sua experiência e observações são diretas, quais recordações são de segunda mão, e reconhecer as falhas de memória entre eventos semelhantes em momentos diversos [...] (THOMPSON, 1992.p.255).

Ainda concernente ao uso da entrevista é de essencial importância a relevância e a forma da pergunta. Como técnica, utilizamos as perguntas abertas, que na concepção de Thompson (1992), se localiza no outro extremo das perguntas do tipo questionário. Ainda segundo o autor (Idem, p.257), estas entrevistas abertas traduzem-se mais em “uma conversa livre, em que a testemunha ou narrador é convidado a falar de um assunto de interesse comum”. Portanto, nossa opção foi pela entrevista semi-estruturada, que segundo Richardson (1999, p. 208):

[...] visa obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado problema: suas descrições de uma situação em estudo. Por meio de uma conversa guiada, pretende-se obter informações detalhadas que possam ser utilizadas em uma análise qualitativa. A entrevista não estruturada procura saber que [sic!], como e por que algo ocorre, em lugar de determinar a frequência de certas ocorrências, nas quais o pesquisador acredita.

Dada a natureza do problema, optamos por um estudo fundamentado no paradigma qualitativo. Este tipo de pesquisa, segundo Minayo (2007, p. 21):

[...] responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Portanto, diante de toda subjetividade humana que permeia as relações sociais produzidas historicamente pela PJMP, o viés qualitativo também se fará presente quanto ao número de informantes ou entrevistados, porém, critérios foram determinados para que tais sujeitos pudessem ser convidados a reavivar suas memórias acerca de nosso objeto. Tais entrevistas também são um meio de descobrir documentos escritos e fotográficos, pertencentes a acervos pessoais, que podem ser utilizados, também, como matéria-prima para os objetivos da pesquisa.

TRANSCRIÇÃO E ARMAZENAMENTO DAS FONTES

É na fala que se encontra a possibilidade do uso da abordagem oral. É a fala que “[...] faz o passado surgir no presente de maneira extraordinariamente imediata”

(THOMPSON, 1992. P.41). Ferronato (2008, p.212), citando outros autores, afirma que “uma série de entrevistas não nos dá suporte para uma história oral, mas uma série de entrevistas gravadas, sim, devidamente, bem como o método que é utilizado pelo pesquisador”.

Um dos grandes avanços nas pesquisas em História Oral veio com a invenção do gravador, que permitiu o registro da fala e, através destas gravações é que se “demonstra como é rica a capacidade de expressão de pessoas de todas as condições sociais” (THOMPSON, 1992. p.41). Sendo assim, o gravador tem dado contribuições significativas ao historiador oral, inclusive a possibilidade de contraprova.

A transcrição e o armazenamento adequado das entrevistas permitem à comunidade científica utilizar, a qualquer tempo, as fontes orais coletadas e materializadas em arquivos escritos e auditivos, sem que haja perdas significativas devido ao advento da informática e do mundo digital.

O trabalho feito com história oral abre um leque de possibilidades de tratar os dados coletados, porém, escolhas dever ser feitas porque “[...] as habilidades essenciais para julgar a evidência, escolher o trecho mais expressivo, ou dar forma a uma exposição são muito semelhantes a quando se escreve a história a partir de documentos” (THOMPSON, 1992. p.299), trazendo-nos uma preocupação na escolha dos meios, dos métodos e na forma de análise dos dados.

Interessou-nos, também, analisar a evidência oral paralelamente com outras fontes, fossem elas fotos, recortes de jornais, folhetins ou quaisquer outros documentos produzidos acerca da PJMP da Diocese de Guarabira existentes em acervos/arquivos pessoais de ex-integrantes da PJMP, que foram avaliadas a partir das “formas de viés a que as fontes orais estão sujeitas, e em que medida são compartilhadas pela evidência documental” (Idem, idem.p.305). Tal confronto de informações poderá divergir da “história oficial” ou corroborá-las, colocando-as dentro de um contexto mais amplo de análise a partir de fontes atuais na busca por uma aproximação com a verdade histórica. Verdade histórica que para Bédarida (2001, p.222) “[...] provém da interface dos componentes do passado, tal como ele nos chega através de seus vestígios documentais, e do espírito do historiador que o reconstrói, buscando conferir-lhe inteligibilidade”.

Bédarida (Idem) ainda afirma que todo historiador que se digne de tal título deve ter a busca da verdade como princípio norteador de seu trabalho.

OS SUJEITOS DA PESQUISA

Devido esta pesquisa ser predominantemente histórica, interessou-nos buscar ex-participantes da PJMP que fizeram parte dela no período dos anos de 1980, sem nos preocuparmos com o número de informantes, e os quais se submeteram voluntariamente a participar da pesquisa.

Há, em nosso íntimo, uma extrema preocupação com o valor ético da pesquisa, onde

Não só diante dos temas mais candentes – a tortura, o genocídio, o gulag, o totalitarismo -, mas também a propósito de nossas preocupações habituais, como a história da saúde e da Aids, a das relações homem/mulher, a história da prisão ou da democracia, nunca deixamos de nos referir a valores e normas que são portadores – quer queiramos, quer não – do sagrado. Se, depois que nos anunciaram a “morte de Deus”, o nosso universo é o da “morte do homem”, então que significam os direitos do homem? Ante essa lepra no corpo da humanidade que constituem, tanto hoje como ontem, o racismo e o anti-semitismo, o historiador não pode furtar-se à sua responsabilidade moral como pessoa e como cidadão (BÉDERIDA, 2001. p.226).

Os sujeitos que se dispuseram a participar deste estudo autorizaram a publicação de seus nomes, os quais estão identificados, assim, “na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam” (CHIZZOTTI, 1995, p. 83). Sendo assim, fizeram parte desta pesquisa o padre Pedro Alexandre da Silva, o qual nos permitiu uma visão mais teológica; o professor da Universidade Federal da Paraíba, Severino Bezerra da Silva e o Sr. Antonio Mendes da Silva, técnico administrativo da UFPB; e o juiz do trabalho da Comarca de Guarabira, o MM Antonio Cavalcante Neto. A publicação de seus nomes verdadeiros se deu por compreenderem que a pesquisa reconta parte de suas histórias e que, a omissão de seus nomes revelaria, também, a omissão de suas vidas na PJMP.

Sendo uma pesquisa fundamentada na abordagem qualitativa, interessou-nos identificar e entrevistar os informantes que atendam aos critérios já citados, sem nos preocupar com quantidades. Portanto, a intensidade e a qualidade da pesquisa estiveram

pautadas na intensidade e na qualidade do informante, ou seja, na riqueza de informações que eles pudessem nos dispor. Informações estas, construídas na vivência de suas práticas e ações pastorais no percurso histórico-social da PJMP no período em questão.

A escolha do recorte temporal que compreende a década de 1980 deu-se por acreditarmos que encontraríamos maiores contribuições desta pastoral no campo de luta educativa, política e social, devido: ao processo de redemocratização ao qual o país se encontrava; ao fortalecimento da sociedade civil; ao fortalecimento dos movimentos sociais e, ao final da década de 1989 e início dos anos de 1990, o Brasil passar por toda uma nova conjuntura, com a retomada e/ou fortalecimento do (neo) liberalismo enquanto política econômica; e com o surgimento dos novos movimentos sociais e ONG's. Dessa maneira,

Não podemos fechar os olhos ao fato de a globalização da economia ter se manifestado, nos nossos contextos, por meio do fenômeno liberal. Por esse motivo, hoje nos é impossível pensar em nossos fenômenos particulares sem analisar as mudanças globais que acontecem na sociedade. Ou seja, olhar-nos desde e como parte de um fenômeno mundial, no qual começam a inscrever-se as nossas práticas, os nossos desejos e a nossa subjetividade (MEJIA, 2003. p.7-8).

É importante relatarmos que no período em tela a Igreja Católica também passou por modificações profundas no que diz respeito ao seu campo de atuação pastoral, bem como no seu modo de ser Igreja. Vemos que a Igreja começa a mudar, ao final da década de 1980, a sua linha de atuação política e ideológica frente às camadas populares, pois esta mudança se dá pelo fato de: 1) o discurso político da igreja foi ficando mais silencioso diante do processo de redemocratização, onde outras vozes, não somente da igreja, puderam falar e se organizarem na luta por direitos; 2) e pelo crescimento do (neo) pentecostalismo (que se transformou dentro da Igreja Católica no que hoje conhecemos como Renovação Carismática Católica), e dos evangélicos e outras denominações religiosas que passaram a pregar uma doutrina de animação e materialismo que correspondeu, de forma mais rápida, aos anseios da população mais pobre (NOVAES, 2005).

Para Mejia (2003, p.25)

Os movimentos desta nova época apresentam reivindicações pós-materialistas. O golpe final no pensamento e na ação crítica consuma-se no momento em que começam a surgir novas práticas de mobilização social que não se centram na produção nem na luta de classes.

As investidas das Igrejas (neo) Pentecostais, Evangélicas e de religiões com outras denominações nesse período deflagram a mudança do campo político e ideológico da Igreja Católica em busca de grupos ligados a ela que mantivessem seus quadros de fiéis na perspectiva, também, da animação e fé em Cristo, onde

[...] as instituições religiosas continuam produzindo espaços para jovens, onde são construídos lugares de agregação social, identidades e formação de grupos que podem ser contabilizados na composição do cenário da sociedade civil. Fazendo parte destes grupos, motivados por valores e pertencimentos religiosos, jovens tem atuado no espaço público e tem fornecido quadros militantes para sindicatos, associações, movimentos e partidos políticos (NOVAES, 2005. p.289.

Diante deste cenário surgem, ligados à Igreja Católica, os Grupos Carismáticos de Renovação que, em seus meios específicos, são conhecidos como Encontro de Casais com Cristo (ECC), Encontro de Jovens com Cristo (EJC), dentre outros.

[...] foi crescendo no seio da Igreja Católica o que na década de 60, 70 foi muito forte nos Estados Unidos, que foi exatamente o estilo pentecostal católico da chamada Renovação Carismática Católica. Então, chegando aqui no seio de nossa realidade de igreja, foi crescendo muito e os jovens foram se encontrando porque não eram mais os mesmos (Pedro Alexandre - entrevista).

É a partir desta nova reconfiguração dos movimentos sociais populares, em especial os da Igreja Católica na sua ação pastoral, que identificamos a substituição ou diminuição do grau de importância da PJMP em suas dioceses, e das pastorais populares em geral frente a estes grupos de animação e renovação carismática. Portanto, é no período histórico que compreende a década de 1980 que nos propusemos a conhecer e

ter uma visão mais ampla dos acontecimentos sociais e culturais que permearam PJMP em sua história de luta, igualdade e justiça social, norteados pela perspectiva da educação popular para a construção e fortalecimento da cidadania.

PARTE II

JUVENTUDE (S), PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

Confluências com a Educação Popular e os Movimentos Sociais

APROXIMAÇÕES DO CONCEITO DE JUVENTUDE

Qualquer trabalho que se proponha a colocar o jovem como objeto de estudo encontra dificuldades ao se deparar com as diversas concepções que são criadas/construídas acerca da juventude de forma a compreendê-la sem deixar lacunas que os reconheçam em sua totalidade. Nessa perspectiva, vários autores têm se ocupado em descrever a realidade dos jovens “através de recortes que dificultam a sua compreensão como sujeitos” (Dayrell, 2003. p. 155), gerando visões distintas que caracterizam a juventude a partir de aspectos cognitivos, biológicos, sociológicos, demográficos e sociais, ou seja, a juventude enquanto estágio de transitoriedade (UNESCO, 2004); a juventude como lugar de expressão de liberdade, prazer, comportamento exótico (ABRAMO, 2007 ; DAYRELL, 2003); a juventude como estado de crises e conflitos pessoais inerentes à personalidades e às relações sociais (ABRAMOVAY, 1999; DAYRELL, 2003); enfim: a juventude como um modelo, um modo de ser jovem.

Muitos são os debates acerca da juventude, porém, não há nestes, consenso quando se fala em quando começa e termina a juventude. Estabelecem-se vários critérios para a sua mensuração: idade; desenvolvimento biológico; maturidade psicológica; dentre outros, para diferenciar criança, jovem e adulto.

Sabemos que, no processo intermediário entre ser criança e ser adulto, insere-se o jovem. Talvez, o que melhor defina a juventude, em termos sociológicos, seja a sua capacidade de inserção no e com o mundo, dada a multiplicidade de experiências e desafios os quais ele experimenta.

Poderíamos adotar uma conceituação demográfica, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, no Ano Internacional da Juventude (1985), a qual define o jovem como “grupo de pessoas com idade entre 15 e 24 anos”.

Do ponto de vista demográfico, os jovens são, principalmente, um grupo populacional que corresponde a uma determinada faixa etária que varia segundo contextos particulares, mas que, geralmente, está localizada entre os 15 e os 24 anos de idade. No caso de áreas rurais ou de pobreza extrema, o limite se desloca para baixo e inclui o grupo de 10 a 14 anos; em estratos sociais médios e altos urbanizados se

amplia para cima para incluir o grupo de 25 a 29 anos. Segundo diversas circunstâncias particulares, identifica-se, como jovens, um conjunto de pessoas de idades variáveis que não pode ser tratado com começo e fim rígidos (UNESCO, 2004. p.25).

Na perspectiva demográfica, há uma concepção ambígua do ser jovem, pois, a fase adulta é marcada, por exemplo, pela inserção dos sujeitos no mundo do trabalho e, como sabemos, há vários jovens nessa faixa etária que são os responsáveis pela economia em seus lares.

Ao buscarmos uma conceituação pautada em aspectos biológicos e psicológicos, a juventude seria conceituada como o período de maturidade fisiológica até a maturidade psicológica. Encontramos nesta definição, para fins desta pesquisa, uma argumentação inconsistente, pois os jovens sofrem influência da modernidade de forma heterogênea e seu contato com novas experiências adquirem características e significados diferentes a partir do meio ao qual está inserido. Portanto, a juventude é um amálgama destas especificidades, que pode ser definida como fase de transição da infância para a vida adulta, com acentuadas características fisiológicas e psicológicas; também é marcada pela inserção dos jovens no trabalho, cujas qualidades/atitudes, criatividade e rebeldia imprimem na juventude o papel de agente de transformação na sociedade e o de desagregadora de valores e estruturas tradicionais (Novaes, 2005; Corti, 2004).

Es importante plantear de entrada que los jóvenes no representan una categoría unívoca. La juventud es una categoría construida culturalmente, no se trata de una esencia y, en tal sentido, la mutabilidad de los criterios que fijan los límites y los comportamientos de lo juvenil, está necesariamente vinculada a los contextos sociohistóricos, producto de las relaciones de fuerza en una determinada sociedad (REGUILLO, 2007 . p.48-49).

A juventude também pode ser apreendida como um processo de transição social ao qual o jovem (permeado de uma série de experiências concretas) constitui-se enquanto sujeito, carregando todas as representações sociais vigentes em seu meio cultural, de gênero, de classe.

A realidade social demonstra, no entanto, que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Nesse sentido, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. (ESTEVEZ; ABRAMOVAY, 2007.p. 21).

Diante deste aspecto se faz necessário justificarmos a utilização do termo juventudes, no plural, devido à multiplicidade de experiências reunidas por essa categoria social, onde, “ao falarmos das experiências de vida juvenis propriamente ditas, é preciso reconhecer uma multiplicidade – que nos levar a falar de juventudes, no plural” (CORTI, 2004.p.14; GROppo, 2000). Destarte, a juventude se dá através da construção social e não se pode dar um único conceito, universal e/ou homogêneo, a ela devido à exigência de determinadas características e especificidades que cada momento histórico impõe a este grupo, fazendo, também, com que eles assumam papéis diferentes em diferentes contextos (NOVAES, 2005), ou seja,

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas, sim, como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos o conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com a chegada da vida adulta (DAYRELL, 2003. P.157-158).

A respeito da composição da diversidade da juventude brasileira, encontramos a religião como um grande aglutinador de juventudes, onde “o pertencimento, as crenças e as identidades religiosas influenciam opiniões, percepções e práticas sociais dos jovens desta geração” (NOVAES, 2005.p.265). A juventude assume a importância em si mesma a partir do processo de sua construção social, enquanto sujeitos, que é marcada por todas as relações sociais, culturais, de gênero, econômicas, entre outros, e que é, também marcada, pela participação.

PARTICIPAÇÃO: o caminho da conscientização

As primeiras experiências brasileiras que marcam a participação dos jovens, organizados e combativos, datam o século XIX, sob a bandeira da luta abolicionista. A partir do século XX, surgem diversos movimentos, tais como, o Movimento da Semana de Arte Moderna, o Movimento Tenentista e o Movimento político-partidário que originou o Partido Comunista Brasileiro (PCB), na década de 1920. Nos anos de 1930 a 1950, surgiram outros movimentos, a exemplo do movimento estudantil, com a fundação da UNE e o movimento religioso, propalado pela Ação Católica (SOFIATI, 2004).

Gohn (2008, p.30) entende participação como

[...] um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova.

Concordamos com a citada autora ao afirmar que a participação pode ser entendida como as formas de atuação que levam à transformação social, cujos indivíduos dão sentido a sua participação dentro dos valores aos quais defendem ou rejeitam. A participação, coletiva ou individual, gera processos identitários cujos valores estão dentro dos referenciais de cultura produzidos ou herdados por suas experiências de vida. Eis, neste ponto, no re-conhecimento de valores comuns, que se ancora a identidade.

Ao dar sentido às ações, individuais ou coletivas, de bem comum, mesmo ocupando diferentes lugares sociais (trabalhadores, partidos, igreja, associações), os indivíduos produzem ações históricas e dão sentido a sua participação, fortalecendo instituições políticas e sociais, e influenciando nos processos decisórios, imprimindo assim, uma cultura política democrática para a construção de uma cidadania plena.

A cidadania, por exemplo, dá-se em torno da luta por direitos que estão no cerne da condição humana em busca de liberdade e justiça. Portanto, a participação

constitui um dos alicerces para a construção da cidadania (seja ela individual ou coletiva) nos mais diversos lugares sociais.

Diante das mais diversas tendências políticas e ideológicas as quais os jovens participavam, lutavam por valores culturais e políticos, além de aproximarem-se das classes trabalhadoras, através de partidos e sindicatos. No período que compreendeu a vigência da Ditadura Militar no Brasil, as juventudes foram reprimidas e, as que atuaram, desenvolveram suas ações no âmbito da clandestinidade, com forte apelo à luta armada e à guerrilha (SOFIATI, 2011).

No Brasil, é particularmente nesse momento que a questão da juventude ganha maior visibilidade, exatamente pelo engajamento de jovens de classe média, do ensino secundário e universitário, na luta contra o regime autoritário, através de mobilizações de entidades estudantis e do engajamento nos partidos de esquerda; mas também pelos movimentos culturais que questionavam os padrões de comportamento – sexuais, morais, na relação com a propriedade e o consumo. Vale a pena lembrar que tal medo gerou, aqui, respostas violentas de defesa dessa ordem: os jovens foram perseguidos pelos aparelhos repressivos, tanto pelo comportamento (o uso de drogas, o modo de se vestir etc.) como por suas idéias e ações políticas (ABRAMO, 2007.p.82).

Sofiati (2011) chama-nos a atenção, por exemplo, para a mudança do perfil dos jovens na década de 1980, onde ocorreu uma mudança nos movimentos sociais e, em conseqüências desta, também mudaram a forma de atuação, passando a assumir características lúdicas e de animação. Portanto, essas novas práticas urbanas em busca da democracia contavam com a participação ativa das classes populares e ganhavam visibilidade no espaço público através do discurso político, cuja construção de uma nova sociedade civil se dava em torno da luta por liberdade.

Os jovens da década de 1980 diferenciaram-se dos jovens das décadas anteriores no que diz respeito ao campo de atuação, onde, as lutas engendradas a partir da politização e associativismo estudantil e sindical nos anos 60 e 70, mudaram de foco a partir de 1980, cujas perspectivas de participação social e políticas estavam ligadas à garantia da cidadania e construção da identidade. Nessa perspectiva, “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como

fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (HALL, 2001. p.9 Apud Mercer, 1990. p.43).

[...] es el de la enorme diversidad que cabe en la categoría “jóvenes”: estudiantes, bandas, punks, milenaristas, empresarios, ravers, desempleados, sicarios, pero todos hijos de la modernidad, de la crisis y del desencanto (REGUILLO, 2007 . p.58)

Portanto, as juventudes diferem-se em forma e atuação por estarem organizando-se ao redor de outros espaços de sociabilidade e participação, imprimindo novos valores culturais e econômicos à sociedade que ora se reconfigurava.

Na luta por direitos os jovens, sujeitos históricos dotados de toda influência das transformações sociais, tornam-se questionadores do status quo, onde

Se considerarmos a sociedade como uma contínua construção que requer instituições regras sociais mais ou menos estáveis, podemos dizer que o jovem chega depois a este mundo. Isto significa que boa parte do que lhe é apresentado foi construído pelos outros, que insistem em convencê-los de que este é o “melhor dos mundos”. No entanto, por não ter participado e se envolvido em sua construção, o jovem possui mais condições de estranhá-lo e questioná-lo. Isso não significa que ele seja um revolucionário ou que se comporte como um viajante num mundo desconhecido. Mas faz parte de sua condição social estar mais desapegado e aberto a novas experiências do que os adultos (CORTI, 2004. p.24).

É importante esclarecer que a participação desvela o caminho da conscientização, que, nas palavras de Freire (2001), é a apreensão crítica da realidade, não podendo existir fora da “práxis”, transformando permanentemente o mundo dos homens no ato de ação-reflexão, fazendo com que se reconheçam como sujeitos de suas próprias histórias. Ou seja, “para os seres humanos, como seres da práxis, transformar o mundo, processo em que se transformam também, significa impregná-lo de sua presença criadora, deixando as marcas do seu trabalho” (FREIRE, 1981, p.55). Estes significados, postulados por Freire, acerca da participação, pode ser comprovada na seguinte fala:

“A participação na pastoral de juventude nos fez despertar a sabedoria vendo a dimensão do conhecimento, fazendo mergulhar nele. Para

tanto, o processo de formação no qual fomos participantes, nos favoreceu um rico debate sobre mística, fé, espiritualidade, igreja, compromisso político e social” (Antonio Mendes).

Sendo assim, a participação do homem no e com o mundo transforma-se em práticas libertadoras que o aproxima da realidade fazendo com ele aja conscientemente, refletindo sobre a realidade a qual busca, portanto, a conscientização se apresenta como um processo de reflexão crítica e ação política para a transformação da realidade, pois

O homem chega a ser sujeito por uma reflexão sobre sua situação, sobre seu ambiente concreto. Quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la (FREIRE, 2001. p.39).

Ao estabelecer esta reflexão sobre a realidade, o homem põe em prática sua capacidade de comprometer-se com o outro, numa tomada de consciência que o liberta e o constrói enquanto sujeito histórico, num movimento dialógico, participativo, provocador de ação crítica resultante das relações que estabelece com o mundo, fomentando assim, a construção da cidadania, tema que nos debruçaremos a partir de agora.

CIDADANIA: o longo caminho

Aproximar-se de um conceito de cidadania é tarefa desafiadora, pois, usualmente encontramos conceituações isoladas por recortes histórico-temporais. Estes recortes são necessários para termos uma idéia evolutiva da concepção de cidadania através dos tempos, porém, eles não nos permitem ver sua imbricação com outros conceitos, tais como participação e conscientização, que extrapolam a noção de cidadania enquanto direito natural ou direito fundamental, que é dado a todo homem ao nascer.

A idéia de cidadania aqui construída está ancorada na participação e conscientização dos sujeitos na garantia de direitos sociais e políticos na construção de seus destinos, transformando-os em sujeitos de sua própria história através de sua ação consciente, individual ou coletiva. Porém, para chegarmos a este conceito, se faz necessário descrever, de forma sucinta, a evolução do conceito de cidadania de forma progressiva e histórica, como resultado de sucessivas lutas por direitos políticos e sociais ao longo do tempo evolutivo das sociedades, onde, segundo Gohn (2009) a cidadania:

- No Liberalismo estava ligada à noção dos direitos naturais e imprescritíveis ao homem e à nação;
- No texto da Declaração dos Direitos do Homem (1789) a cidadania está ligada à propriedade. Cidadão era o proprietário de terras e imóveis;
- No Racionalismo Ilustrado há mudanças em relação às concepções anteriores, visto que a evolução do espírito e a autonomia da razão modificam a ordem social e política. O conceito de cidadania aqui é ampliado e abraça como cidadãos os não-proprietários e as classes populares, considerando-os como sujeitos históricos. Destarte, a cidadania passa a ser uma questão educativa;
- Enquanto questão educativa, a cidadania passa a ser pensada pela classe dirigente (Economia Clássica do século XVIII) e torna-se um instrumento de controle social, deslocando a concepção de sujeito político a sujeito passivo, disciplinando-o ao convívio harmônico com os seus semelhantes.

Sob o bojo da cidadania enquanto disciplinamento, percebemos o seu deslocamento conceitual, onde ela passa a ser uma questão de poder, cujos direitos sociais não mais são conquistados, e sim, outorgados pelo Estado. Este modelo é ampliado com a chegada do século XX, onde a cidadania passa a ser entendida como a

garantia de direitos políticos, civis e sociais¹, cuja completude cidadã do indivíduo dá-se ao adquirir estas três dimensões. Destarte, percebemos que a cidadania, enquanto direito político e social, assumida como disciplinamento, transfigura-se em obrigação moral (direitos e deveres). Trata-se de uma questão de poder e é outorgada pelo Estado, não resultando em direitos e deveres em termos igualitários, mas, em poucos direitos dos sujeitos e muitos deveres do cidadão com o Estado. Ou seja, a cidadania é reduzida a aspectos legais, de igualdade jurídica. Porém, a cidadania em sua dimensão política, civil e social obteve momentos distintos em sua caracterização e alcance, configurando-se em um campo de disputa, onde a educação e os movimentos sociais tornaram-se espaços possíveis de implementação da mesma. Nessa perspectiva, faremos a caracterização e o alcance da cidadania em dois momentos históricos brasileiros: o período ditatorial e o processo de redemocratização da década de 1980.

Os 21 anos de governo militar, sob o ponto de vista da construção da cidadania, foram de retrocessos e de relações ambíguas, pois, como falar em cidadania enquanto direitos políticos, civis e sociais quando a precariedade ou negação destes direitos eram atingidos pelas medidas de repressão? Como falar em direitos quando, ao executarem os Atos Institucionais, cassam-se líderes políticos, sindicais e intelectuais, restringindo, inclusive, o direito de opinião?

Houve, no período ditatorial, uma tentativa de ampliação dos direitos sociais (numa visível aproximação com a política do Estado Novo), porém, falava-se em direitos sociais e negavam-se os direitos políticos, aumentando a insatisfação e gerando a mobilização de alguns setores da sociedade. Essa insatisfação era motivada pela censura, pela regulação e controle de partidos políticos pelo governo, pelas constantes ameaças aos sindicatos e entidades estudantis, pela proibição ao direito de greve, pela inexistência do cumprimento da lei de inviolabilidade do lar e das correspondências (CARVALHO, 2002).

Além da inexistência ou diminuição dos direitos políticos pela ditadura, outros fatores foram decisivos para a participação do povo na luta pela cidadania. O fim do milagre do crescimento econômico trouxe a insatisfação da classe média, os operários urbanos passaram a lutar por melhores salários, e o crescimento do êxodo rural começou a inflar as cidades, gerando bolsões de pobreza. Dessa forma, a política social empreendida pelo governo militar não foi suficiente para amenizar os sintomas da

¹ Ver CARVALHO, José Murilo de. A Cidadania no Brasil. O longo caminho. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

política repressiva. A ampliação das populações nas cidades trouxe também um grande número de pessoas que passaram se organizar e lutar por melhores condições, inclusive, a sonhar com uma representação capaz de lutar contra o governo. Desta mobilização popular surgiu o movimento por eleições diretas, momento histórico jamais visto antes no país.

Nessa perspectiva, podemos resumir que, no período ditatorial, as lutas se deram em torno da cidadania cassada e do autoritarismo, engendradas pela resistência coletiva. Vale lembrar que ao final deste período os avanços conquistados nos direitos sociais não significaram avanços nos direitos políticos e civis, sendo necessária, ainda, a ampliação da forma e do alcance do campo de luta por cidadania na década posterior.

A década de 1980 é, para muitos, considerada a década perdida. Perdida no sentido de atraso tecnológico, de produção agrícola e industrial, de índices de crescimento e competitividade. No entanto, esta década significou avanços e ganhos no plano sócio-político, a exemplo da organização de grupos sociais das mais variadas categorias profissionais na reivindicação de direitos e protestos contra o governo, na criação de grupos de pressão engajados na construção de uma nova cidadania (GOHN, 2009).

Nessa perspectiva, a ressignificação dos movimentos sociais na década de 1980 fomentou as discussões acerca da cidadania, democracia e participação, que foram, enquanto direito, reprimidos pela ditadura militar, onde

De 1964 a 1979, contudo (período da ditadura militar até a lei de anistia), os direitos civis e políticos foram restringidos e os direitos sociais se tornaram mais uma formalidade legal do que uma realidade eficaz, tendo-se em consideração o descompasso entre a demanda e a oferta. Com a abertura política e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a cidadania passou a se destacar como um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, ao lado da soberania, da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e do pluralismo político (HERCULLANO, 2011. p. 12).

Há, nesta década, uma forte distinção da caracterização e alcance da cidadania em relação ao período ditatorial, pois ela passa a ser implementada pelos movimentos sociais, os quais desempenharam o papel de reivindicadores do direito de

participação e garantia de direitos, gerando a tomada de consciência para a luta por cidadania.

O esforço de reconstrução, melhor dito, de construção da democracia no Brasil ganhou ímpeto após o fim da ditadura militar, em 1985. Uma das marcas desse esforço é a voga que assumiu a palavra cidadania. Políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais, dirigentes de associações, simples cidadãos, todos a adotaram. A cidadania, literalmente, caiu na boca do povo. Mais ainda, ela substituiu o próprio povo na retórica política. Não se diz mais "o povo quer isto ou aquilo", diz-se "a cidadania quer". Cidadania virou gente. No auge do entusiasmo cívico, chamamos a Constituição de 1988 de Constituição Cidadã (CARVALHO, 2002. p.7).

O tema cidadania era um tema forte nesta década, pois era uma das maiores demandas da sociedade brasileira da época. Porém, “as demandas por cidadania se restringiam aos aspectos legais (de igualdade jurídica), em questões básicas, elementares para a sobrevivência humana, tais como abrigo (moradia), saúde e alimentação” (GOHN, 2009. p.64).

Em contraposição ao modelo de cidadania outorgado pelo Estado, surge um novo conceito de cidadania, mais elaborado e que vai de encontro com o desenvolvimento neoliberalista do século XX, pensado e organizado pela sociedade civil; consciente dos reais direitos e deveres dos sujeitos na sociedade; que busca o reconhecimento e o respeito da identidade política e cultural das massas. A esta cidadania, chamada coletiva, cabe a missão de congregar, através dos movimentos sociais, os diversos interesses da coletividade humana, e ela “se constrói no cotidiano através do processo de identidade político-cultural das lutas que o cotidiano geram” (GOHN, 2009. p.16-17).

Sobre cidadania coletiva, podemos tratá-la como organizada, fomentado por grupos sociais, pelos movimentos sociais, que diante do capitalismo espoliativo e explorador, da disparidade entre desenvolvimento tecnológico e aumento da miséria, desumanização e desrespeito à dignidade, cria um novo ator – coletivo – presente nos movimentos que luta por bens coletivos e de natureza coletiva (GOHN, 2009).

Ela parte de um enfoque que se desloca do conceito tradicional, centralizado no indivíduo (em seus direitos civis ou políticos), para a

cidadania de grupos coletivos que vivem em situações similares, do ponto de vista da forma como são excluídos ou incluídos numa realidade social. Quer seja por motivos socioeconômicos (situação de pobreza, desemprego ou não garantia de acesso ao trabalho e seu usufruto), quer seja por razões identitárias/culturais (raça, etnia, sexo, nacionalidade, religião, etc.), a cidadania coletiva une coletivos sociais da sociedade civil e pressiona o Estado pela regulamentação, implementação e vigilância da aplicabilidade dos direitos de inúmeras ordens (GOHN, 2008.p. 26)

Nessa perspectiva, adotaremos o conceito de que cidadania é a garantia de acesso a direitos universais, como democracia e participação, onde a cidadania conquistada pela legitimação dos movimentos sociais e não mais outorgada pelo Estado, partem das “experiências vivenciadas no passado, como opressão, negação de direitos etc., são resgatados no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente” (GOHN, 2008. p.18-19). Dessa forma, a sociedade brasileira, ao entrar em processo de redemocratização nos anos de 1980, amplia as possibilidades de inserção da juventude nos processos decisórios e culturais, caracterizando assim, um regime de governo democrático.

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS: contribuições para a construção da cidadania

Quando falamos em educação popular a primeira coisa que nos vem frequentemente à cabeça é relacioná-la a Alfabetização de Adultos. Lembramos do método Paulo Freire, da educação enquanto direito de todos e, certamente, das campanhas de alfabetização formais e não-formais, fomentadas pelo Estado ou por organizações, associações, sindicatos, igrejas, dentre outros. Este fato se dá devido a história da educação popular ganhar mais destaque a partir de 1960, período de efervescência do Método Paulo Freire que tratou, em especial, da alfabetização de adultos e cuja referência mais caracterizadora desta época foi a experiência em Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1963.

Muitas vezes, num primeiro momento, não associamos as experiências da Educação Popular como ações educativas oriundas e/ou desenvolvidas por movimentos sociais que não, necessariamente, estão ligadas à alfabetização. Tais movimentos sociais

configuram-se em indicadores das relações do tecido social, traduzindo-se em instrumentos para a análise do funcionamento das sociedades, onde, ao desvelar as tensões produzidas pelas forças sociais, permite-nos identificar os campos de disputas dos diversos grupos, seus interesses, os mecanismos de luta, forma e atuação. É através dos movimentos sociais que identificamos as contradições e tensões contidas na sociedade em cada momento histórico, mostrando como a sociedade se organiza, em quais frentes atua na busca da garantia de direitos, democratização e acesso aos bens sociais e culturais, além de desenvolver identidades individuais e coletivas.

Os movimentos sociais questionam essa estrutura de dominação vigente na sociedade capitalista e o processo de exclusão social, política e cultural, por ele imposto a amplos setores da sociedade, representam formas de resistência e busca da cidadania e uma identidade dos sujeitos como cidadãos e, passam a se constituir em uma das principais formas de expressão política dos setores excluídos (BATISTA, 1996. p.139).

Segundo Melo Neto (2008), a Educação Popular surge como possibilidade educativa veiculada e incentivada tanto pelo Estado quanto por setores da sociedade civil, estando presente nas políticas educacionais do governo com a prerrogativa de “educação para o povo” e adquirindo novas dimensões quando propalada pelas diversas campanhas de alfabetização que fizeram parte do cenário nacional a partir da década de 1920. Nessa perspectiva, a educação popular assumiu-se como sendo a forma de educação possível aos setores sociais marginalizados, como grupos indígenas, trabalhadores urbanos, camponeses, etc., à margem das políticas públicas.

As experiências da educação popular partem do concreto, das relações e interrelações diversas, circunstanciadas em um certo tempo e movimento, que busca explorar e incentivar as potencialidades humanas quanto a produção e apropriação de bens culturais produzidos pelo homem em sua sociedade. Dessa forma,

[...]o homem expõe-se a novos valores, produz novos valores, dá origem a novas atitudes e gera novos comportamentos. Nesse movimento o humano elabora, sistematiza e reelabora novos conhecimentos acerca da sua prática coletiva, baseado na concretude de sua ação (MELO NETO, 2008, p. 18).

Calado (2008) nos alerta que não há consenso ou uma definição inequívoca, acabada, de Educação Popular devido sua polivalência de conceitos e concepções que comporta e conforme os interesses em voga. Porém, ele trás uma concepção dominante que a concebe como “processo formativo concernente às camadas populares, envolvendo diferentes protagonistas, parceiros e aliados e supostos aliados, animados por diferentes - e às vezes antagônicas – motivações, perspectivas, procedimentos e posturas ético-políticos e pedagógicos”(Idem, Ibidem. p.229).

Sendo assim, partimos da compreensão de que a educação popular assume uma dimensão educativa e sociocultural cujas práticas estão em consonância com os movimentos sociais, contribuindo para a transformação social dos sujeitos, num processo de conscientização acerca de sua realidade e colocando-os como protagonistas da construção das suas identidades.

Ao fazermos referência, aqui, à categoria conscientização, estaremos extrapolando o conceito de conscientização ligado, estritamente, à dimensão política traduzida como capacidade de leitura e inserção política dos sujeitos, apregoadas pelos moldes capitalistas. Estaremos trabalhando com a idéia ampliada de conscientização, que compreende a dimensão humana. É claro que a dimensão política também se insere nesse contexto, porém, adicionaremos não somente o contexto individual, mas, o coletivo, a ética, a moral, a superação de preconceitos religiosos, de orientação sexual e de gênero, que em todos os espaços de luta e organização busquem a formação humana. Aliás, é na perspectiva da formação humana e do processo de conscientização para a conquista de direitos sociais, políticos, culturais, humanizadora, libertadora e promotora de transformação social, que a educação popular será entendida nesta dissertação.

A educação popular, ao promover espaços de reflexão e ação coletiva que envolve conteúdos de aprendizado político, emancipador, dialógico, cultural, orgânico, demarca, também, sua confluência com os movimentos sociais, na luta contra a opressão e exploração humana, tornando-se instrumento de luta coletiva a qual insere os sujeitos como protagonistas do seu processo de libertação através de sua ação, de sua práxis. Aliás, Freire (1980, p.26) nos ensina que “a conscientização não pode existir fora da práxis, sem o ato ação-reflexão”. É deste ato reflexivo, de postura dialógica e dialética, que resulta o processo educativo da própria participação social dos sujeitos nos diversos espaços organizados – os Movimentos Sociais.

Os movimentos sociais, materializados em espaços de organização dos socialmente excluídos e/ou marginalizados, originam-se dos problemas concretos e

lutam pela melhoria das condições vividas, assumindo as lutas por participação política, cidadania, contra as formas de discriminação de gênero, raça, credo, orientação sexual, de luta por moradia, de consciência ambiental, desvelando-se em uma pluralidade de práticas e forma de atuação. Vale lembrar que as lutas da década de 1980 diferem das lutas encampadas pelos movimentos das décadas anteriores, que são movimentos associativistas ligados à classe operária e suas diversas organizações, como sindicatos e comissões de fábrica, com forte apelo econômico e que traziam à baila o debate capital versus trabalho.

Dentre as várias demandas da sociedade brasileira nos anos 1980 havia grupos discutindo problemas em torno da educação formal e não formal. Ganha destaque, nesse debate, a educação popular, presente em vários movimentos sociais, organizados, majoritariamente, por partidos políticos, Igreja, sindicato, associações de moradores, dentre outros.

Os movimentos sociais, alicerçados na educação popular, presentes na década de 1980, foram movimentos cuja dimensão educativa e política buscou a afirmação da cidadania como resgate da dignidade humana, onde a ação pensada e organizada pelo povo objetivava a conscientização das massas populares através de seu caráter educativo.

Sobre o caráter educativo dos movimentos sociais, Gohn (2009, p.50-51) afirma que ele surge:

- 1) Da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder;
- 2) Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe;
- 3) Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir das distinções dos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas;
- 4) Da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apóiam o movimento;
- 5) Da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento.

Gohn (idem,p.52) ainda afirma que tais ações educativas empreendidas pelos movimentos sociais geram a politização de seus participantes e a consciência

individual; gera, através dos atos reivindicatórios, indicadores de demandas e de mudanças; reorienta as políticas públicas e demarca relações entre os setores envolvidos. Nessa perspectiva, os movimentos sociais desempenham um importante papel na garantia de direitos políticos, civis e sociais, efetivando os juridicamente postos e ampliando sua área de atuação e fiscalização para que não os percamos.

PARTE III

JUVENTUDES CATÓLICAS NO BRASIL

PRECEDENTES ECLESIAIS E HISTÓRICOS

Para conhecermos a história da caminhada da Igreja Católica no Brasil que culminou no nascimento das Pastorais das Juventudes devemos, em primeiro lugar, nos situarmos no contexto político histórico brasileiro no qual podemos destacar: a crise do populismo, o golpe militar e a instalação da ditadura, o ascenso da Educação Popular e dos movimentos sociais populares, as lutas pelas reformas de base, etc. E, em segundo lugar, pelo contexto político eclesial do período de 1960 a 1980 no qual a Igreja Católica optou pelos jovens empobrecidos de toda América Latina através do Concílio Vaticano II e dos documentos resultantes dos encontros de Medellín e Puebla.

A adoção destes marcos surge por acreditarmos que a Igreja Católica é uma instituição histórica e social permeada por todas as etapas de organização da sociedade a qual está inserida e influenciada por todos os meios econômicos, políticos, sociais e culturais vigentes, onde “antes mesmo de que a igreja seja uma instituição social e de poder, ela é um lugar na sociedade civil, lugar social, atravessado pelos mesmos conflitos que dividem a sociedade mais ampla” (SOUZA, 1982.p147).

A Igreja enquanto instituição tem um imenso poder de penetração na sociedade propagando sua doutrina e seu pensamento. Desta forma, ela tornou-se uma forte instância de manutenção do status quo do Estado ou de luta contra ele, a depender de seus interesses. Apesar de a Igreja estar submetida às diretrizes da Santa Sé e ao Papa, ela goza de certa autonomia frente às regiões as quais estão sob sua responsabilidade, ou seja, as ações político-teológicas são fomentadas de acordo com a realidade de cada país, no seu lugar social. Portanto,

Uma análise mais precisa encontra nesse “lugar social” não religiosidades paralelas ou justapostas, mas práticas religiosas de uma mesma Fé que correspondem a, são expressão de e ao mesmo tempo criam e modificam práticas sociais e políticas. Então, para estudar a Igreja, não basta descrever suas estruturas institucionais – clero, leigos; bispos, sacerdotes – mas as diferentes tendências ao nível dos

interesses concretos e de opções éticas, ideológicas, etc. E descobrimos como bispos, sacerdotes e leigos se distinguem de outros bispos, sacerdotes e leigos (SOUZA,1982.p. 147-148). [grifo do autor]

É na realidade de cada país ou região que a igreja se mostra diversa dentro de si mesma, com concepções e visões teológicas de mundo não únicas, de posições diferentes acerca de realidades concretas, e que deram origem a dois grupos distintos² (na América Latina e Brasil): progressistas e conservadores, onde os primeiros

“[...] são aqueles que optaram por um modelo de igreja baseado na ação concreta no mundo. São aqueles que se recusam a utilizar os princípios assistencialistas da igreja pré-conciliar e que declaram a necessidade de mudança na sociedade capitalista (ou, mais radicalmente, não crêem que o capitalismo possa ser “reformado” e, portanto, se declaram revolucionários, propondo uma nova organização econômica, política e cultural) e concretamente agem no sentido de buscar estas mudanças. Crêem que o Reino de Deus deve começar a ser construído aqui, na realidade concreta da existência material. Denunciam a situação de miséria em que vivem os muitos na América Latina e com eles se solidarizam, não com ações assistencialistas, mas com atitudes concretas na busca de uma organização dos explorados na luta por seus direitos (GANDIN,1995.p21-22 Apud CRESPO,1989.p15). [Grifo do autor]

E os segundos são

“aqueles que mantêm a postura da separação em dois mundos: o material e o espiritual. Crêem que o papel da Igreja é a salvação das almas e que as intervenções da Igreja no mundo devem ser evitadas, porque a ela cabe a intensificação da vida espiritual. A ação da Igreja deve ser evitada nas áreas política, econômica, etc., pois ela deve tratar de buscar a preparação para a vida eterna e perfeita que é aquela que se há de ter no “Reino dos Céus”. Podem inclusive identificar pontos de “pecado” na sociedade capitalista, mas afirmam não ser papel da Igreja envolver-se com estas questões. As ações, que devem ser assumidas pela Igreja como instituição, são as espirituais. Colocam-se, por isso, contra qualquer tentativa de mudança nas realidades concretas dos países onde atuam (quanto mais de transformações radicais, revolucionárias)” (GANDIN,1995.p21 Apud CRESPO,1989.p16). [Grifos do autor]

² Sabemos que existem outras categorias dentro da igreja, porém, para os fins desta dissertação, julgamos prudente adotar esta simplificação.

Estas duas vertentes dentro da Igreja deixam-nos claro as linhas de atuação dela em toda América Latina bem como seu entendimento teológico e pastoral que deram lugar às transformações dentro dela. É de grande valia registrar que a perspectiva de igreja a qual este trabalho se norteia está sob ancorado na concepção progressista. Desta forma, evitaremos generalizar ou tratar de forma universal as correntes teológicas e pastorais que permearam a Igreja Católica no Brasil, em especial.

Por sua posição social e institucional a Igreja, frequentemente, tem sido utilizada (através de sua doutrina e ação pastoral) como instrumento de legitimação dos interesses dos setores dominantes da sociedade, porém, também ela é espaço de resistência e luta das classes subalternas e marginalizadas, transformando-se em um espaço não unívoco e contraditório de práticas sociais (SOUZA, 1982).

É no período histórico de 30 anos (1960 a 1980) que o povo começa a romper seu silêncio e a se manifestar, questionando toda e qualquer forma de opressão – em especial a ditadura – organizando-se e retomando os movimentos sociais ora reprimidos. Nessa perspectiva, a igreja toma para si um papel fundamental na condução dos cristãos frente a estes acontecimentos, influenciando-os a caminhar junto com ela na busca pela libertação do homem das estruturas políticas e econômicas de dominação³.

A FORMAÇÃO DAS JUVENTUDES CATÓLICAS

Colocaremos agora em tela o percurso histórico da Igreja Católica no Brasil e suas ligações com o Estado (Português e Brasileiro), o que dá uma real visão dos interesses destas instituições, ora aliadas, ora antagônicas, pois, segundo Souza (1982, p. 147-148),

“... para estudar a Igreja, não basta descrever suas estruturas institucionais – clero, leigos; bispos, sacerdotes – mas as diferentes tendências ao nível de interesses concretos e de opções éticas,

³ Para Souza (1982), em toda América Latina a própria estrutura capitalista e política de dominação cria limitações do homem, que é gerada pela privatização dos meios de produção, o limite de acesso à propriedade, do acesso do homem e da mulher ao trabalho, a má distribuição de renda, as migrações do campo à cidade que geram a marginalidade urbana, do não direito de exercer sua liberdade em todos os níveis, de seu não direito de participação política e ativa nas estruturas de poder e de organização civil.

ideológicas, etc. E descobriremos como bispos, sacerdotes e leigos se distinguem de outros bispos sacerdotes e leigos.

Fica evidente, também, a submissão imposta por estas instituições ao povo brasileiro, fazendo-o “manso” sob a doutrina católica e conservador sob o setor político, num verdadeiro jogo de interesses falseados pela promessa de educação justa, igualitária, moralizante, desenvolvimentista.

O projeto estatal brasileiro de inserção de sua economia e educação no modelo de modernização divergiu dos objetivos da Igreja Católica. Diante de tais fatos, consideramos que os elementos políticos e teológicos fundamentados na cosmovisão da Igreja Católica, serviram apenas como instrumento de consolidação dos interesses capitais dos dois grupos hegemônicos, tendo a educação como veículo propagador da submissão da sociedade.

Segundo Dornelas (2010), Igreja Católica chega ao século XX ainda carregada desse regime aqui implantado, cuja visão de parte da Igreja considerava secundária a participação política, porém, essa mudança de mentalidade é promovida, inicialmente, pelo Cardeal Sebastião Leme, no momento de sua posse na Arquidiocese de Olinda, em 1916.

Estado e Igreja sempre cultivaram estreitas relações, ora conjuntas, ora divergentes. Não é objeto de discussão, neste trabalho, tratar destas relações, porém, julgamos pertinente descrever a relação Igreja/Estado a partir da década de 1930, desvelando as ações da Ação Católica, onde, de fato, há uma mudança mais acentuada nas formas de relação entre estas duas instituições, culminando na formação das juventudes católicas.

Uma das primeiras ações do governo provisório em 1930 foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, estando à frente da pasta Francisco Campos, cuja primeira reforma, no ano de 1931, fazia restabelecer o ensino religioso nas escolas públicas, atendendo uma reivindicação da Igreja. Com este ato vários questionamentos foram feitos, dentre eles, o que motivou um escolanovista a ceder tal benefício à Igreja Católica, até então maior opositor da nova pedagogia.

Participavam renovadores e igreja da Associação Brasileira de Educação (ABE), surgida em 1924 com o objetivo de congregar todos os interessados na causa da educação, independentemente de doutrinas filosóficas ou religiosas ou de posições

políticas. Porém, ao final de 1931 foi realizada a IV Conferência Nacional de Educação, evento do qual resultou, em 1932, na publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

O Governo Provisório criou o Ministério da Educação e Saúde Pública. Fez as reformas do ensino profissional, do ensino secundário e ensino universitário, todas precedidas de vastas exposições de motivos em tom solene de quem havia resolvido a quadratura do círculo. Mas a obra verdadeiramente sensacional, a que, forçosamente, seria o índice da sua visão, foi o decreto que instituiu o ensino religioso. Foi o fim (SAVIANI, 2008.p.231 Apud NÓBREGA DA CUNHA, 1932,p.22, nota nº 3).

Esta publicação, em tom de ironia, acirrou o conflito entre Igreja e renovadores, fazendo com que a igreja se retirasse da ABE e fundasse, em 1932, a Confederação Católica Brasileira de Educação. Devemos também deixar em evidência que outro ponto de divergência entre renovadores e Igreja era o fato de os primeiros afirmarem ser o Estado responsável pela educação pública, obrigatória e gratuita.

A partir deste rompimento, a Igreja passou a protagonizar importantes ações dentro do campo religioso, a exemplo da articulação e desenvolvimento da Ação Católica⁴, que através de uma articulação e organização mais efetiva com a militância, a exemplo da Associação dos Universitários Católicos⁵, o Instituto Católico de Estudos superiores, a Liga feminina de Ação Católica, além do Homens de Ação Católica. Passou também a organizar a juventude através dos meios especializados, conhecidos como as Juventudes Católicas em suas vogais: Juventude Agrária Católica (JAC); Juventude Estudantil Católica (JEC); Juventude Independente Católica (JIC); Juventude Operária Católica (JOC); e Juventude Universitária Católica (JUC) (SAVIANI, 2008; KADT, 2007).

Esta iniciativa da Igreja deixou claro o objetivo de criar quadros de líderes doutrinados ideológica e filosoficamente dentro dos preceitos da Igreja Católica e, dentro dessa iniciativa, a dar mais visibilidade às Juventudes. Nessa perspectiva, a Igreja adota a política de criar, em 1932, o Instituto Católico de Estudos Superiores e,

⁴ Para Debalde (2007), foi o primeiro programa oficial em termos de uma ação pastoral nacional. A Ação Católica era um movimento internacional, tido como algo especial na Igreja. Seu objetivo era formar o apostolado da Igreja, mas renovado em seu método, em sua aplicação, para enfrentar as novas condições impostas pelo momento histórico.

⁵ A Associação dos Universitários Católicos em 1935 transforma-se na JUC.

posteriormente, as Universidades Católicas, aspirando cooptar intelectuais para assumir posições estratégicas dentro de funções educacionais, buscando sempre combater a laicização do ensino, numa visível luta contra os ideais renovadores.

O governo Vargas promoveu a aliança Igreja/Estado como um bom negócio, onde a Igreja, de viés conservador, viria respaldar o projeto governamental de poder, enquanto os renovadores respaldavam o projeto de modernização. Ao selar esta aliança “branda” Igreja e Estado não avançaram as idéias no sentido de melhorias efetivas para o povo, fazendo com que o campo da educação fosse um instrumento de disputa de interesses particulares em detrimento da melhoria de vida do povo e indo contra a Ação Social da Igreja⁶.

A PASTORAL DE JUVENTUDE GERAL: da Ação Católica aos Meios Específicos

Hack (1986, p. 15-16) nos fala que as situações políticas vivida pelos jovens, e pelo povo brasileiro, que foram acentuadas a partir da década de 1960, deram ao trabalho pastoral com a juventude três grandes momentos de reorganização, sendo eles estes:

- o momento da repressão e desarticulação da Ação Católica, seguido do
- momento da explosão dos movimentos de juventude e posteriormente dos chamados Grupos Paroquiais, momento este que é superado por um terceiro, que é
- o momento da organização da Pastoral de Juventude a partir do Meio Social Específico, na perspectiva da opção pelos pobres, dando-se prioridade à opção pelos jovens das classes populares, e acentuando a preferência pelos jovens trabalhadores.

⁶ Para Dornelas (2010, p.128), a Ação Social “é entendida como uma nova forma de superação da assistência social tradicional até então praticada pela Igreja”.

Em meados dos anos de 1920, no mundo inteiro, a igreja promove um movimento marcado pela aproximação dos leigos na vida eclesial, cujo objetivo era lutar contra o materialismo, o consumismo capitalista, contra o totalitarismo, que durou décadas, além de direcionar as ações dos leigos no fortalecimento da Igreja, que ficou conhecido como Ação Católica.

No início da década de 1930, o Movimento já estava bem estabelecido na Europa: com ênfase, na Itália, em um movimento generalizado das massas, com ramos específicos para homens e mulheres, adultos e jovens, enquanto na França e na Bélgica deu-se, desde o começo, maior atenção a um “apostolado leigo especializado” como resultado do êxito da organização da juventude operária *Jeunesse Ouvrière Catholique* (JOC) (KADT, 2007. p.82). [grifos do autor]

No Brasil (década de 1930), a Ação Católica Brasileira teve um papel fundamental nesse processo de participação dos leigos na vida da igreja e que influenciou o destino da ação pastoral, culminando em duas importantes vertentes: a Ação Católica Geral (através da Liga feminina de Ação Católica, do Homens de Ação Católica) e a Ação Católica Especializada (através das juventudes em suas vogais – JAC, JEC, JIC, JOC E JUC)⁷.

À luz do Concílio Vaticano II, a Ação Católica abriu as portas para movimentos pastorais no seio da igreja a partir do reconhecimento de que a fé não pode estar separada da realidade e que seu engajamento (como também o engajamento dos leigos) é um importante pilar na sustentação da prática cristã, num verdadeiro movimento de libertação⁸, que logrou em uma articulação dialética entre a fé e a vida.

A Ação Católica pode ser considerada o início da ação organizada da Igreja junto à juventude, pois até então, os trabalhos com os jovens estavam caracterizados pela generalidade e falta de uma metodologia específica. Na maioria das vezes, mantidos por congregações

⁷ Não é objetivo deste trabalho descrever as juventudes em suas vogais.

⁸ Esse movimento de libertação diz respeito à Teologia da Libertação, que tem sua gênese nesse momento histórico, que lhe é fértil, permeada pela propagação de uma consciência libertadora, que elegia o mundo real, sobretudo dos mais pobres e marginalizados. A libertação constituiu-se como o instrumento necessário para a ruptura das condições sociais marginalizantes e opressoras dos sujeitos em nossa sociedade, privados dos bens culturais e matérias. Nessa perspectiva, fica em evidência o compromisso libertador como dimensão essencial da missão evangelizadora da igreja mediada pelo método VER, JULGAR e AGIR (GUTIÉRREZ, 1975).

religiosas, objetivavam principalmente a conquista de vocações (MARTINS, 2000. p.16).

Na década de 1940, a Ação Católica Brasileira passa por um momento de retração, exigindo de suas juventudes novas formas de ação e organização, que vão incidir na década de 1950. Com esse arrefecimento, buscou-se agir de forma não mais geral, como eram a Liga Feminina ou o Homens de Ação Católica. Daí a formação de novos grupos que teriam como um dos critérios a distinção idade/sexo, onde,

[...] a Ação Católica dividiu-se em quatro setores fundamentais, sendo que dois deles destinavam-se à juventude, com setores femininos e masculinos; os outros dois, aos leigos adultos, também divididos entre homens e mulheres (MARTINS, 2000. p.16).

E o segundo critério foi a utilização do método VER, JULGAR, AGIR que, segundo os documentos da CNPJMP e CNAPJMP, compreende:

- VER: Ao ver o rosto da PJMP, percebemos que são os rostos dos jovens do meio popular, marcados pelo sofrimento e exploração, tragados pelas estruturas desumanas de um sistema injusto. No momento do VER, nos perguntamos como vai nossa vida? O que estamos fazendo para superar as dificuldades? Que estrutura social é esta? Como está sendo a nossa oração?
- JULGAR: é hora da gente se perguntar “por quê”? À luz do Projeto de Deus, da sua palavra, dos documentos da Igreja, das ciências sociais, procuramos tirar as máscaras da realidade, buscar as explicações que nos ajudem ver além das aparências, descobrir as causas das situações vividas e a força que alimenta a nossa utopia e o nosso sonho de uma vida mais humana e com dignidade.
- AGIR: procuramos não ficar só na conversa e na reflexão. Realizamos ações concretas de forma organizada, pensada e com a participação de todos. Engajamo-nos nas organizações populares (lutas pela terra, associações de moradores, sindicatos, partidos

políticos grêmios estudantis, movimentos de negros, de mulheres, pela moradia, etc.).

Desta nova investida surgiu, dentro do seio da Igreja, a Ação Católica Especializada, embasada em novas formas de alcance e atuação junto aos leigos.

Ainda segundo Martins (2000, p.17), coube a Dom Helder Câmara e ao padre José Távora a missão de transformar a Ação Católica Geral em Ação Católica Especializada, os quais colocaram em prática as orientações do Papa PIO XII, onde os jovens deveriam evangelizar e evangelizarem-se a partir do próprio meio social ao qual está inserido.

Segundo Hack (1986, p. 11), “foi o engajamento desses jovens cristãos que nasceu o MEB (Movimento de Educação de Base), a AP (Ação Popular), e de certa maneira também as CEBs e a Teologia da Libertação”. A Ação Católica Especializada definiu-se pela adoção de uma nova metodologia baseada na formação pela ação, que fez com que os jovens começassem a refletir sobre as estruturas sociais e questioná-las de forma crítica, levando-os ao compromisso social e político com seu meio.

OS ANOS DE EFERVESCÊNCIA DAS JUVENTUDES CATÓLICAS ESPECIALIZADAS

O governo Juscelino Kubitschek, que promoveu a fase desenvolvimentista do país - com inserção de capital e tecnologia estrangeiros e criação de um parque industrial – foi o contexto político em questão. Diante da promessa de fazer o país crescer “cinquenta anos em cinco”, vê-se o aumento do êxodo rural e, em consequência deste, o crescimento desordenado das grandes cidades, reconfigurando toda a sociedade e, com isso, atraindo todos os problemas inerentes ao desenvolvimento (DORNELAS, 2010). Ainda pairava sob os ditames do governo JK, um modelo econômico que não atendia às necessidades do povo, tornava o país dependente do capital e tecnologia estrangeiros. Sendo assim,

As classes populares e setores radicalizados da classe média iam se constituindo como uma ameaça às classes dominantes. No Nordeste as

Ligas Camponesas exigiam Reforma Agrária *na lei ou na marra*, concomitantemente sindicatos rurais se expandiam por todo o país⁹. Em centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo, greves e protestos atingiam várias categorias, inclusive aquelas ligadas às Forças Armadas. Os estudantes se mobilizavam, através da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), pela redemocratização do ensino e apoiavam as lutas populares. Várias experiências de educação popular surgiram neste período como o Movimento de Educação de Base (MEB), a experiência de alfabetização de adultos desenvolvida segundo as concepções educacionais de Paulo Freire e a Campanha *De pé no chão também se aprende a ler* (MARTINS, 2000. p.19). [grifos do autor]

Nesse mesmo período a Igreja Católica passa por profundas transformações na busca por uma nova consciência política e social, reconstruindo sua história a partir do povo, começando com a reorientação de seus quadros, com a participação dos chamados leigos na vida eclesial (todavia, seu desempenho está sob controle estrito do poder eclesiástico) e com sua nova postura frente às estruturas capitalistas, gestando assim, uma relação direta com o povo socialmente excluído e marginalizado, numa visível luta contra o conformismo pregado pela estrutura política estatal. Estas transformações se dão também devido ao significativo aumento do (neo) pentecostalismo e outras religiões junto às camadas mais pobres fazendo com que a Igreja perca fiéis para outras religiões, numa demonstração de perda de hegemonia frente aos pobres, onde

A chegada das igrejas evangélicas no Brasil no início do século XX – Congregação Cristã no Brasil (1910), Assembleia de Deus (1911) – [...], rompe com o monopólio religioso do catolicismo no Brasil. Todavia, a situação de instabilidade da Igreja Católica se agrava com a chegada da “segunda onda” em 1950 que traz para o Brasil uma nova tradição cristã conhecida pelo nome de neopentecostalismo. Nesse período, essa vertente pentecostal do protestantismo ganha espaço ao assumir características religiosas até então submersas em seu racionalismo, encontrando-se com as massas urbanas em estado de transformação em virtude do contexto de ebulição social (SOFIATI, 2004. p.23-24)

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é fundada nos anos de 1960 e passa a desempenhar um papel importante na formação de uma nova ideologia dentro da Igreja Católica, tendo à sua frente Dom Helder Câmara, cujo

trabalho enfoca o caráter sociopolítico dentro da Igreja e que prega a luta por uma ordem social mais justa, onde,

Em primeiro lugar, a Igreja passa a debruçar-se cada vez mais sobre a realidade brasileira, procurando analisar os problemas sociopolíticos, destacando suas causas e conseqüências. Em segundo lugar, realiza um esforço significativo para adaptar melhor a própria instituição aos novos tempos, a fim de continuar a exercer a influência sobre a mesma sociedade. Ao mesmo tempo, dispõe-se a colaborar de forma mais específica em projetos de interesse social, destinados a proporcionar melhor bem-estar à população, sobretudo aos segmentos mais carentes e necessitados, como exemplo maior, o empenho de D. Helder na criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) (DORNELAS, 2010. p. 130).

Dentro da própria CNBB havia aqueles que mantinham uma relação de convivência e harmonia com as elites, dada a “generosidade dos fazendeiros de cana-de-açúcar na distribuição de lotes de terras aos trabalhadores” (Declaração dos Bispos do Nordeste (1956)).

Para Dornelas (2010, p.131),

Desde o alvorecer dos anos de 1960, a Igreja Católica passou a acompanhar mais de perto e com certa preocupação os problemas sociais brasileiros. Quem mais esteve atento a essas questões foram os jovens participantes da JUC (Juventude Universitária Católica), e os participantes da JOC (Juventude Operária Católica). Havia nessa juventude católica militante um profundo anseio de gestar um modelo de sociedade que superasse a pura democracia formal na qual se fundava a sociedade brasileira, cujo poder permanecia concentrado em uma pequena elite burguesa.

Os setores progressistas da igreja passam a atuar junto aos jovens da cidade, aos camponeses e trabalhadores rurais das zonas mais afastadas geograficamente, objetivando a alfabetização e a politização do homem do campo acerca dos problemas sociais brasileiro. Portanto,

Tem sido repetido que a Igreja, em sua doutrina e em sua pastoral, legitimam frequentemente os interesses dos dominantes e é fácil encontrar exemplos nessa direção. Mas se assinala menos o fato de que a religiosidade popular é também o lugar de resistência e de

preservação de identidade das classes subalternas e espaço de rebeldia. Quando a leitura é feita a partir das classes dominantes isso nem sempre é notado (SOUZA, 1982, p.148).

É importante pontuar que no âmbito eclesial a assunção da igreja católica pela luta em favor dos direitos humanos e dos excluídos mostrou o posicionamento da igreja em relação ao sistema capitalista e ditatorial, claramente posto no documento da Conferência do Episcopado Latino Americano em Puebla, em janeiro de 1979.

Os Bispos de Medellín e Puebla lançaram mão desta análise da realidade dos nossos países do Continente Latino-americano. Eles afirmaram que a grande maioria de nossa população é constituída de pobres. Que a pobreza das massas é resultado de uma exploração, de um sistema social iníquo e de um pecado institucionalizado (CARVALHEIRA, 1986. p.75).

Dentro da perspectiva de ampliação da educação popular, surge em 1961, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB -, o Movimento de Educação de Base – MEB -, com a proposta de levar ao homem do campo as idéias de trabalho humano e família, trabalho e capital, solidariedade, consciência profissional, etc., ao mesmo tempo em que difundiam os ideais cristãos, usando o conhecimento do homem como processo educativo (PAIVA, 1987. p.241), além de desencadear o processo de emancipação política e social, a priori, do homem do campo, e trazendo à tona o conflito Igreja e Estado, pois, a igreja ao promover a mobilização do trabalhador rural em busca de direitos, entra em choque com a política agrária brasileira, que representava os setores dominantes da atual sociedade.

Nos anos de 1970 o Brasil estava em pleno domínio político exercido pela ditadura militar e todos os movimentos sociais de educação popular e alfabetização que utilizavam o método Paulo Freire foram perseguidos e extintos, bem como os partidos políticos de esquerda, que foram também extintos e/ou impedidos de desenvolver suas atividades de atuação e formação política.

A única instituição que conseguiu defender-se, apesar de alguns conflitos com o governo, foi a Igreja Católica. Por seu poder e

influência, a hierarquia da Igreja foi capaz de oferecer resistência e tornar-se aos poucos o principal foco de oposição legal (CARVALHO, 2002. p.165).

Os poucos movimentos ligados aos partidos e igreja católica nesse período que permaneceram no Brasil, conseguiram reunir intelectuais e militantes com o objetivo de criar centros de pesquisa, educação e assessoria popular, cujas perspectivas teóricas e metodológicas eram baseadas na educação popular (MOREIRA, 2008).

Nessa perspectiva a igreja católica ganha destaque, pois

A presença da “igreja popular” nesse contexto de rearticulação dos movimentos populares teve um papel político importante. Os bispos e padres alinhados com a teologia da libertação, com importante influência na Igreja da América Latina nesse período, desempenharam papel relevante na formação dos centros de educação popular voltados para o apoio aos movimentos populares e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s). No Brasil, de norte a sul, dioceses e arquidioceses passaram a fundar organizações com esse caráter, a exemplo dos centros de orientação dos direitos humanos e comissões de justiça e paz para prestar serviço àquelas populações que lutavam pelo acesso à terra ou por direitos trabalhistas, orientando-os sobre os direitos e ajuizando causas coletivas. Outra iniciativa nesse sentido foi a fundação de centros de assessoria e educação popular, com papel importante no apoio aos processos organizativos e produção de material pedagógico para a formação e capacitação de lideranças dos movimentos populares (DOIMO, 1995 *Apud* MOREIRA, 2008, p. 137).

A partir das experiências da Igreja Católica ocorridas, que permitiram a participação dos leigos na vida eclesial, a igreja percebe que as ações de luta contra as formas existentes de materialismo consumista do capitalismo e contra o poder passam a serem engajadas pela juventude, originando assim, um movimento organizado e direcionado às juventudes através de meios específicos. Todos estes acontecimentos marcaram a caminhada da pastora da juventude, bem como do povo brasileiro, e que culminou no surgimento destes meios específicos, onde nascem, em um primeiro momento, a Pastoral da Juventude (com grande atuação no nordeste) e a Pastoral Universitária.

Não é objeto deste trabalho traçar o perfil das juventudes especializadas em suas vogais, mas é de extrema importância falarmos do modelo organizativo da Pastoral de Juventude articulada com o meio popular, que ganhou destaque no Nordeste de forma gradual e lenta, devido a situação de pobreza e miséria na qual essa população se encontrava.

O CONCÍLIO E AS CONFERÊNCIAS: o início da caminhada

Antes de pensarmos nas pastorais sociais ligadas à Igreja Católica, devemos lembrar toda conjuntura que resultou na formação e ascenso delas, cujas transformações passam pela prática pastoral do seu clero e do laicato.

Segundo Soares (2000), o modelo de igreja predominante antes do Concílio Ecumênico Vaticano II era caracterizado por uma estrutura hierárquica rígida e alienado das questões sociais, numa perfeita separação entre os assuntos mundanos e os sagrados. A esse modelo, defendido pelo Concílio de Trento, estava arraigada a ortodoxia e a defesa do “status quo” da Igreja Católica, que resistia às idéias do Concílio Vaticano II. Em seu relato o padre Pedro Alexandre fala (emocionado) o que significou o Concílio Vaticano II, que rompeu com o modo de pensar do Concílio de Trento (1545) e com o Concílio Vaticano I (1870). A mudança de pensamento no seio da igreja é concretizada a partir da eleição do Papa João XXIII, onde

[...] em 1962, eleito papa, João XXIII, com todos os padres conciliares, assim chamados os bispos, entenderam que a igreja tinha que entrar de cheio nas grandes angústias e esperanças do mundo. A Igreja compreendeu que não poderia ser Igreja sem olhar para sua realidade de mundo (Pedro Alexandre - entrevista concedida no dia 20/05/2012).

Foi com o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) que a Igreja Católica buscou aproximar sua vida aos tempos modernos⁹, pois ela já se encontrava em processo de secularização e sua reestruturação deveria passar por uma prática cristã voltada para a comunhão da fé com a vida terrena, resultando assim, na abertura da participação dos leigos na vida eclesial, propondo uma nova identidade dentro da Igreja.

⁹ A utilização do termo “moderno”, neste trabalho, está ligado ao rompimento da igreja com a concepção tridentina e inculcar uma outra mentalidade eclesial, fomentando o trabalho litúrgico em outros campos, inclusive com a juventude (MESCHIATI, 2007).

O Concílio Vaticano II instaurou uma nova visão da Igreja, ou seja, da comunidade eclesial. Para uma Igreja concebida como Povo de Deus, decorre necessariamente que a questão da salvação não é mais um problema a ser resolvido de forma intimista e individual entre o crente e Deus, mas agora se torna um problema de toda a comunidade eclesial. A salvação e a santificação são oferecidas a todos, mas para serem assumidas na comunidade, no nível coletivo do Povo de Deus, que é a Igreja (MESCHIATI, 2007, p.103).

O Concílio trouxe uma nova concepção de ser igreja e serviu de modelo para a formação de leigos e clérigos; abriu-se para diversos tipos de movimentos, espaços e renovação; buscou atingir os seus objetivos pastorais com difusão do evangelho e renovação interna em diálogo com o mundo e com a sociedade. O Concílio fermentou a discussão, que resultou, em 1968, no Encontro Episcopal de Medellín, na Colômbia, que trataremos a seguir.

MEDELLÍN (1968)

É importante perceber que a proposta do Concílio Vaticano II, que durou de 1962 a 1965, de inserção da igreja num plano de modernização era pautada em âmbito mundial e que cada realidade continental fosse pensada e concretizada numa necessidade de diálogo com os homens e com o mundo no seu contexto. Dessa orientação conciliar é realizada em 1968, na América Latina, a primeira Conferência Episcopal de Medellín, na Colômbia.

Medellín é, para a Igreja na AL, a tomada de consciência das regras do jogo da realidade social do continente, onde “a miséria, como fato coletivo, é injustiça que brada dos céus” (Justiça, 1). Medellín significa a redescoberta do mundo dos pobres, os preferidos de Deus, não mais como indivíduos carentes, mas como classe social, como produto de um sistema excludente. Essa situação é escandalosa diante do evangelho. Exige uma mudança radical, uma transformação das próprias estruturas da sociedade. Essa constatação obriga a Igreja a

rever suas alianças históricas com os “sócios” tradicionais (CALIMAN, 1986. p.89). [grifos do autor]

Nessa perspectiva, perde-se a especificidade pela qual a América Latina vivia: países subdesenvolvidos, o ascenso das ditaduras militares, a situação de extrema pobreza e marginalização da população em geral¹⁰. Nesse contexto, a América Latina necessitava de dialogar a partir de suas bases referenciais e de sua realidade, cujos elementos diferiam das discussões em pauta no mundo.

Para Azevedo (2003, p.63)

É oportuno destacar que a América Latina foi o primeiro continente a se mobilizar para a implementação das reformas eclesiais aprovadas pelo Concílio Vaticano II e que, neste início de século XXI, esse mesmo continente abriga o maior número de católicos no mundo.

No contexto da realização da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, a população da América Latina estava com uma característica majoritariamente jovem¹¹, fato que fez esta conferência chegar à seguinte reflexão acerca da juventude:

Los jóvenes son más sensibles que los adultos a los valores positivos del proceso de secularización. Se esfuerzan por construir un mundo más comunitario que vislumbran quizás con más claridad que los mayores. Están más abiertos a una sociedad pluralista y a una dimensión más universal de la fraternidad. Su actitud religiosa se caracteriza por el rechazo de una imagen desfigurada de Dios que a veces les ha sido presentada y por la búsqueda de auténticos valores evangélicos (Medellín, PV. p4).

¹⁰ Maria José Resende, em seu trabalho “As desigualdades no Brasil: uma forma de violência insuperável? As reflexões de Manoel Bomfim, Euclides da Cunha, Fernando de Azevedo e Josué de Castro”, trata das múltiplas formas de violência contra os pobres no Brasil e, também, na América Latina, a partir da manutenção da organização do poder político, econômico e social sobre a expressiva população, levada ao abandono e à exclusão social.

¹¹ La juventud, tema "digno del máximo interés y de grandísima actualidad", constituye hoy no solo el grupo más numeroso de la sociedad latinoamericana, sino también una gran fuerza nueva de presión.(MEDELLÍN, V. p. 1)

O compromisso da Conferência de Medellín com os pobres fora a grande inspiração deste encontro. Fez com que igreja moldasse seu rosto a partir da concepção de que era necessário agir, onde

No basta por cierto reflexionar, lograr mayor clarividencia y hablar; es menester obrar. No ha dejado de ser esta la hora de la palabra, pero se ha tornado, con dramática urgencia, la hora de la acción. Es el momento de inventar con imaginación creadora La acción que corresponde realizar, que habrá de ser llevada a término con la audacia Del Espíritu y el equilibrio de Dios. Esta asamblea fue invitada a "tomar decisiones y a establecer proyectos, solamente si estábamos dispuestos a ejecutarlos como compromiso personal nuestro, aun a costa de sacrificio" (Medellín, I. p. 3).

Não se pode negar a cristandade da população latino-americana e que ela é diferente da cristandade da população européia, portanto, o reconhecimento das especificidades da América Latina perpassa pelo reconhecimento das populações ameríndias, das múltiplas culturas, além de todo processo de modernização, revoluções nacionalistas, projetos de industrialização e crise do capitalismo em diversos países, culminados na década de 1930. É destas constatações que a igreja percebe que precisa ampliar seu campo de evangelização e luta, pois a sociedade tornava-se cada vez mais complexa e exigia ações complexas. Desta constatação e igreja decide promover o II Encontro Episcopal, que resultará no encontro de Puebla, ao qual descrevemos.

PUEBLA (1979)

Permeados por esse novo ambiente de igreja que Medellín proporcionou, os bispos da América Latina perceberam que suas reflexões deveriam ir mais além, na oportunidade da realização da I Conferência Episcopal da América Latina, em Puebla.

Para Souza (1982), Puebla se transforma no momento de reflexão das experiências mais significativas conquistadas em Medellín, conquistas que se deram dentro das comunidades cristãs de toda América Latina. Puebla significou, assim, a oportunidade de ampliar o grau de consciência das comunidades cristãs através da

adequação da análise da realidade, com a elaboração de estudos mais sistemáticos sobre a realidade latino-americana.

As estruturas de dominação denunciadas no encontro de Medellín foram acentuadas de 1968 a 1978, imprimindo em Puebla a tarefa de fazer uma análise mais consistente, deixando o caráter descritivo de Medellín e partindo para uma ação mais efetiva que “busca uma prática pastoral bem determinada que se dirige à ação de homens concretos” (SOUZA, 1982. p. 165).

“O documento pela conferência de Puebla foi uma grande referência para a discussão que se dava no conjunto da sociedade sobre as classes sociais no seu empoderamento e empobrecimento, cuja a expressão “ricos cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres” é uma realidade social que se arrasta ao longo da história da humanidade” (Antonio Mendes - entrevista concedida no dia 22/05/2012).

A ação concreta das pastorais progressistas é marcada pela Teologia da Libertação, cuja organização e planejamento estão pautados no método VER, JULGAR, AGIR. A Teologia da Libertação tem sua gênese nesse momento histórico, que lhe é fértil, permeada pela propagação de uma consciência libertadora, que elegia o mundo real, sobretudo dos mais pobres e marginalizados. A libertação constituiu-se como o instrumento necessário para a ruptura das condições sociais marginalizantes e opressoras dos sujeitos em nossa sociedade, privados dos bens culturais e matérias. Nessa perspectiva, fica em evidência o compromisso libertador como dimensão essencial da missão evangelizadora da igreja mediada pelo método VER, JULGAR e AGIR (GUTIÉRREZ, 1975).

Beozzo (1979) relata que a leitura da realidade determina todo o processo de reflexão teológica e, por conseguinte, as ações pastorais. A adoção deste método foi motivo de embates entre conservadores e progressistas, onde os primeiros queriam o controle do encontro, na tentativa de condenar a Teologia da Libertação, e os segundos, que na busca de uma leitura mais fidedigna da realidade latino-americana, contavam com o apoio de sociólogos, economistas, historiadores e antropólogos.

O documento de Puebla está dividido em quatro partes: Visão Pastoral da Realidade da América Latina; Desígnio de Deus sobre a Realidade da América Latina; Evangelização na Igreja na América Latina: comunhão e participação; Igreja

Missionária a Serviço da Evangelização na América Latina; Sob o dinamismo do Espírito Santo: opções pastorais.

Ao propor a visão da realidade da América Latina, o documento se propõe a conhecer a realidade e história do povo latino-americano e as situações de desigualdade e opressão ao qual este povo foi submetido. A Igreja proposta em Puebla é traduzida pela práxis (desvelada pelo trabalho junto às CEB's), a qual aproxima a Igreja da opção preferencial pelos pobres. Dessa aproximação resulta mais que a denúncia: constata-se que é preciso lutar contra as relações de opressão vividas pela população pobre; que é necessário defender os direitos humanos; que se deve dar voz aos socialmente excluídos para que os setores dominantes escutem os anseios do povo que clama por promoção social e igualdade.

Puebla também faz um chamamento á comunhão e participação, onde põe em discussão o papel da família, da importância das Comunidades Eclesiais de Base, e da importância da participação da mulher, junta com o homem, nas decisões políticas de transformação da sociedade.

Do chamamento à participação, Puebla faz sua opção preferencial pelos pobres e pelos jovens. A opção pelos pobres se deu pelo agravamento da pobreza em toda América Latina durante os dez anos que separaram a realização do encontro de Medellín até Puebla. Em Puebla, a opção pelos jovens se dá pelo dinamismo que os jovens imprimem no tecido social, pelo grande número de jovens que compõem a população latino-americana e pelo desejo de formar pastorais de juventude que, segundo Betto (1979, p. 90-91),

- leve em conta a realidade social dos jovens do nosso continente;
- ajude os jovens a crescerem na vida cristã, aprofundarem sua fé, na comunhão com Deus e com o povo;
- oriente a opção vocacional dos jovens;
- lhes ofereça elementos para serem agentes da mudança social;
- lhes apresente os canais eficazes para a participação ativa na Igreja e na transformação da sociedade.

O encontro de Medellín trazia sua opção pelos pobres, porém, foi no encontro de Puebla que a opção pelos jovens foi afirmada:

Con su amor preferencial, pero no exclusivo por los pobres, la Iglesia presente em Medellín, como dijo el Santo Padre, fue una llamada a la esperanza hacia metas más cristianas y más humanas . La III Conferencia Episcopal de Puebla quiere mantener viva esa llamada y abrir nuevos horizontes a la esperanza (Puebla, nn. 1165).

A assunção da Igreja Católica pelos jovens como uma atividade pastoral inalienável das atribuições eclesiais e dos leigos foi afirmada em Puebla, onde, em seu documento final, este encontro afirma serem tarefas pastorais prioritárias o trabalho com a família, as vocações sacerdotais e religiosas e a juventude,

Invitamos cordialmente a los jóvenes a vencer los obstáculos que amenazan su derecho de participación consciente y responsable en la construcción de un mundo mejor.

No les deseamos la ausencia pecaminosa de la mesa de la vida, ni la triste entrega a los imperativos del placer, del indiferentismo o de la soledad voluntaria e improductiva. Ya pasó la hora de la protesta traducida en formas exóticas o a través de exaltaciones intempestivas. «Vuestra capacidad es inmensa». Ha llegado el momento de la reflexión y de la plena aceptación del desafío de vivir, en plenitud, los valores esenciales Del verdadero humanismo integral. (Puebla, nn. 6)

Ou ainda,

La Iglesia ve en la juventud una enorme fuerza renovadora, símbolo de la misma Iglesia. Esto lo hace por vocación y no por táctica, ya que está «llamada a constante renovación de sí misma, o sea, a un incesante rejuvenecimiento» (Juan Pablo II, *Alocución Juventud 2: AAS 71 p. 218*). El servicio a la juventud realizado con humildad debe hacer cambiar en la Iglesia cualquiera actitud de desconfianza o de incoherencia hacia los jóvenes (Puebla, nn. 1178).

Santos (1979), explica que a utilização do termo Opção Preferencial em Puebla significa que tanto os pobres quanto os jovens não são somente objetos de evangelização, mas também, sujeitos desta evangelização.

A PASTORAL DA JUVENTUDE DO MEIO POPULAR: o jeito novo de ser Igreja

Colocaremos em tela, neste item, o modelo organizativo da Pastoral de Juventude articulada com o meio popular, que ganhou destaque no Nordeste de forma gradual e lenta, devido a situação de pobreza e miséria na qual essa população se encontrava.

A necessidade de discussão de uma pastoral que levasse em conta a realidade do jovem sem que o generalizasse fez com que a igreja levasse em consideração o reconhecimento dos diversos meios aos quais estes jovens se encontravam, e com isso, reconhecesse as diferenças e interesses de cada grupo (CARVALHEIRA, 1986).

Através da Pastoral Popular a Igreja apoiará os jovens, principalmente de bases populares, a tomarem consciência de que são marginalizados por estruturas sociais desagregadoras, cujo “processo de libertação [...] se inicia com a aceitação do Reino, que se dinamiza a partir de uma opção fundamental de vida e que se beneficia com a implantação de estruturas sociais mais justas” [...] (ARAUJO, 1986. p.66).

A experiência da Igreja Católica, conhecida como Pastoral Popular, realizadas pelas comunidades eclesiais de base, ganharam força e destaque não só dentro dos movimentos cristãos de vocação ecumênica, mas também entre os chamados leigos, animados pelas idéias da Teologia da Libertação.

Segundo Boff (1979), a ideia de libertação disseminada na América Latina surge no Brasil na década de 1960 sob a égide do fenômeno do subdesenvolvimento, que trazia em seu bojo a oposição dependência/libertação, como categorias de análise da realidade¹². Da idéia de libertação surgem as prática libertadoras ancoradas em reflexões pastorais, as quais não se restringem ao nível teórico, colocando o sujeito como responsável pelo processo de libertação.

O sujeito da transformação social deveria ser o povo juntamente com aqueles estratos que se associassem organicamente a ele e não tanto às elites dominantes. Os vários populismos, o Movimento de Educação de Base (MEB), a Ação Popular, o método Paulo Freire acerca da educação como prática de liberdade e a pedagogia do oprimido se entendem no quadro desta atmosfera libertária (BOFF, 1979. p. 35).

¹² Dependência significa sistema de opressão que provoca uma indignação ética; libertação quer dizer a ação que liberta a liberdade cativa e evoca um compromisso humanístico (BOFF, 1979. p. 35).

A ideia de libertação, de acordo com Boff (1979), também foi ancorada na X Reunião do Conselho Episcopal Latino Americano – CELAM -, em Mar Del Plata (1966) e Medellín (1968). Aliás, é em Medellín que se afirma e oficializa o discurso da libertação e das práticas libertadoras, ratificada por Puebla, considerando a visão histórica, eclesial e sociocultural latino-americana.

Para Galilea (1979), a libertação a qual se refere a Teologia a Libertação é a libertação cristã, porém, esta concepção pode ser enriquecida com o conceito de desenvolvimento integral dos sujeitos oprimidos, onde

[...] Libertação exprime melhor a idéia de superação das servidões e o advento da justiça: pode haver promoção e desenvolvimento mantendo-se a dependência injusta. É mais coerente com a idéia cristã do crescimento interior que deve acompanhar toda promoção social para que seja libertadora (GALILEA, 1979. p.25).

Ou seja: a Teologia da Libertação deve proporcionar ao homem todas as formas de não opressão (trabalhista, cultural, religiosa, educacional) e promova a libertação humana, social, histórica e, inclusive, da salvação que é dada em Cristo. Sendo assim, a ação pastoral desempenha o papel de promover a práxis libertadora dos cristãos, realizando a síntese metodológica “a realidade em que vive a Igreja na América Latina (a práxis libertadora dos cristãos) e a fé da Igreja, que verifica esta práxis. Vai da práxis à verificação da fé, e da fé à práxis, dialeticamente” (GALILEA, 1979. p.28).

A Teologia da Libertação também pode ser entendida como uma teologia crítica em relação à sociedade latino-americana devido ao estado de miséria, exploração e dependência que marcaram a América Latina, situação esta denunciada nos documentos de Medellín e Puebla.

Comprobamos, pues, como el más devastador y humillante flagelo, la situación de inhumana pobreza en que viven millones de latinoamericanos expresada, por ejemplo, em mortalidad infantil, falta de vivienda adecuada, problemas de salud, salarios de hambre, desempleo y subempleo, desnutrición, inestabilidad laboral, migraciones masivas, forzadas y desamparadas, etc. (Puebla, Cap.I, nn.29).

Al analizar más a fondo tal situación, descubrimos que esta pobreza no es una etapa casual, sino el producto de situaciones y estructuras económicas, sociales y políticas, aunque haya también otras causas de la miseria. Estado interno de nuestros países que encuentra en muchos casos su origen y apoyo en mecanismos que, por encontrarse impregnados, no de un auténtico humanismo, sino de materialismo, producen a nivel internacional, ricos cada vez más ricos a costa de pobres cada vez más pobres. Esta realidad exige, pues, conversión personal y cambios profundos de las estructuras que respondan a legítimas aspiraciones del pueblo hacia una verdadera justicia social; cambios que, o no se han dado o han sido demasiado lentos en la experiencia de América Latina (Puebla, Cap.I, nn.29).

É a opção pela Teologia da Libertação, enquanto metodologia de trabalho, que irá diferenciar as Pastorais de Juventudes Gerais, das Pastorais de Juventudes populares.

As pastorais populares que surgiram no país adquiriram um papel importante no processo de fortalecimento dos Movimentos de Educação Popular, pois eram grupos mais flexíveis e criativos, baseados na animação popular e conduzidos, majoritariamente, por jovens. Nessa perspectiva, surgem as Pastorais da Juventude e, dentro desta, através de meios de sociais específicos, surge, por exemplo, a Pastoral da Juventude do Meio Popular.

“Meio social” significa, para nós, um grupo ou, melhor, uma classe situada numa infra-estrutura econômica, com sua cultura, seu universo de pensar, sentir e agir, à qual uma pessoa pertence mediante um processo educativo de socialização (PLUMMEN, 1986. p. 79). [grifo do autor]

O contexto político-eclesial brasileiro que fomentou o surgimento da PJMP insere-se nos anos de 1979 a 1980. Período esse marcado pelo crescimento dos movimentos sociais, pelas reformas de base, pela crise do populismo e pela renovação da Igreja Católica no Brasil.

Os primeiros passos dados pela PJMP, segundo a Comissão Nacional da Pastoral da Juventude do Meio Popular – CNPJMP -, começam em:

- Julho de 1979, em Olinda-PE, o 1º Encontro Nacional de Animadores Jovens/Adultos do Meio Popular, com participação de 19 Dioceses que vão de Santa Catarina ao Maranhão. Deste encontro foi eleita a comissão que articularia o 2º Encontro, a realizar-se em São Paulo, cujo objetivo era definir o caráter de pastoral e sua perspectiva de organização dos jovens a partir de suas classes;
- Houve a necessidade de levar à Regional Nordeste II¹³ (NE II) esta idéia, onde, em janeiro de 1980, na cidade de João Pessoa-PB, aconteceu o 1º Encontro Regional de Pastoral de Jovens do Meio Popular. Encontro preparado e organizado pelos próprios jovens;
- Em 1980, a discussão sobre uma pastoral comprometida com os jovens do meio popular também é promovida pela Regional Nordeste III, no estado da Bahia, congregando diversas dioceses.

É deste cenário que surge a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), através da luta e do reconhecimento dos meios sociais específicos; a partir dos ideais da Teologia da libertação; e dentro das comunidades eclesiais de base surgidas após o Concílio Vaticano II, que abriu as portas da igreja, de um modo geral, para a participação daquelas pessoas que não pertenciam ao clero, os chamados leigos. Esta pastoral luta por uma comunidade mais reflexiva, crítica, participativa, voltada para o serviço social e compromisso com a realidade local desde o final dos anos 70 e os anos 80, período no qual o Brasil passou por uma reconfiguração de seu cenário político, cultural, econômico e social, marcado por grandes movimentos sociais e pelo processo de redemocratização.

Sendo assim,

[...] o contexto inspirador para o nascimento da PJMP foi, por um lado, a realidade concreta dos jovens e o ressurgimento das lutas sociais e políticas que acontecia no Brasil, e, por outro, o contexto eclesial da Igreja Latino-Americana e do Regional NE II, que sob a orientação e o pastoreio de Dom Hélder Câmara, construía um modelo de organização pastoral no qual o pobre era sujeito histórico de libertação. A PJMP nasceu bebendo no seio desta Igreja e assumiu a

¹³ O Regional Nordeste II compreende os estados da Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

visão de que a transformação da realidade é obra dos oprimidos e de todas as pessoas de boa vontade que se comprometem com as lutas de libertação (VIDA e luta da PJMP, 2008).

Nessa perspectiva, a os movimentos de juventude surgidos à luz da educação popular e fomentados pela Igreja Católica tornaram-se importantes movimentos sociais populares, consolidando-se, ainda, como sendo um espaço onde os jovens marginalizados tomam consciência da sua realidade e nela atuam para transformá-la, num verdadeiro movimento de educação popular.

Vale ressaltar que a consciência de classe e a assunção de sua identidade são características fortes na PJMP para o reconhecimento do jovem do seu compromisso cultural, político e afetivo frente a sua comunidade e seu meio social. Para a CNPJMP, a metodologia da PJMP deve alcançar os seguintes princípios básicos:

1. Estimular a organização dos jovens do Meio Popular em pequenos grupos de base;
2. Refletir a vida, a realidade concreta, com vista à formação da consciência crítica e de classe, para que os jovens sejam sujeitos da história nos grupos de base e nos vários níveis de organização pastoral;
3. Contribuir na construção de um projeto de vida inspirado no seguimento de Jesus Cristo a partir de sua opção pelos empobrecidos;
4. Valorizar e incentivar pequenas ações dos grupos dos jovens do meio popular no lugar onde estão;
5. Valorizar e incentivar o engajamento dos jovens do meio popular nas organizações da sociedade civil e da classe trabalhadora;
6. Vivenciar o processo de formação integralizante onde o corpo deve ser respeitado em sua totalidade fazendo crescer fé, engajamento político e eclesial de forma gradual e não desigual;
7. Acompanhar o engajamento dos jovens militantes promovendo de vida e da prática, ajudando-os a permanecer firmes na fé e no engajamento;

8. Incentivar o trabalho com a massa jovem na perspectiva de atingir os mais marginalizados, os excluídos da sociedade;
9. Estimular jovens e adultos leigos, seminaristas, pares e freiras para o serviço de assessoria da PJMP.

A adoção destes princípios básicos, aliados ao método VER-JULGAR-AGIR, faz com os jovens se comprometam com a construção de uma melhor realidade social e os transformem em sujeitos cuja prática reflexiva os levam além da formação teórica.

PARTE V

A PASTORAL DA JUVENTUDE DO MEIO POPULAR NA DIOCESE DE
GUARABIRA/PB

DA REGIÃO EPISCOPAL À CRIAÇÃO DA DIOCESE

A criação da Região Episcopal do Brejo da Paraíba, no ano de 1976, marca a caminhada da Igreja Católica na região em busca da elevação à Diocese, pois, antes de ser elevada à Diocese, a Região Episcopal do Brejo desenvolvia ações de evangelização que congregava vários grupos de pessoas das mais diversas faixas de idade.

Muitos dos jovens que fizeram parte da PJMP, de acordo com Pedro Alexandre, começaram sua caminhada dentro de grupos de oração e animação que eram conhecidos por As Filhas de Maria, o Congregado Mariano, os Vicentinos e Franciscanos. Segundo Severino Silva, anterior a sua chegada na PJMP, os grupos dos quais participou congregava alguns jovens, porém, assumiam a postura de animação e ajuda voltada para a religião e a religiosidade. Estes grupos também eram incentivados pelas Irmãs Catarinas de Sena que, de acordo com Antonio Mendes (entrevista concedida no dia 22/05/2012), faziam trabalhos de evangelização nas comunidades.

O objetivo maior do trabalho pastoral da Região Episcopal era o fortalecimento do trabalho paroquial já em desenvolvimento e de mobilização dos grupos das várias faixas etárias, onde “[...] é preciso lembrar que já existia um trabalho paroquial envolvendo as comunidades urbanas e rurais. Participamos ativamente deste trabalho através do grupo de jovens do bairro do Cordeiro, na cidade de Guarabira” (Antonio Mendes - entrevista concedida no dia 22/05/2012). Estes grupos de oração inauguram os primeiros contatos dos jovens com a igreja, mas é um contato ainda embasado na concepção tradicional de igreja, onde somente os assuntos da fé permeiam as suas ações. Percebe-se que a preocupação com a relação dialética fé e vida não

ocupam espaço para reflexão dentro destes grupos. Estes grupos necessitavam de direcionamento em seus trabalhos e somente com a criação da região episcopal eles puderam ganhar mais visibilidade diante das diretrizes pastorais da Arquidiocese para a efetivação da Região Episcopal do Brejo.

Foi escolhido para a preparação e organização da Região Episcopal, o bispo Dom Marcelo Pinto Carvalheira, que

[...] em 1976, precisamente em Março, chegou para morar aqui na região do Brejo, o Dom Marcelo Carvalheira, que foi nomeado bispo auxiliar a Arquidiocese da Paraíba, mas para morar em Guarabira e preparar a região do brejo para ser diocese, como se tornou diocese em 27 de dezembro de 1981 (Pedro Alexandre - entrevista concedida no dia 20/05/2012)

Vale ressaltar que Dom Marcelo carregava a concepção de igreja progressista. Igreja cujas práticas e metodologias pastorais consistiam na ligação e reflexão da fé e da vida, cuja referência teórica de trabalho era a Teologia da Libertação. Nessa perspectiva, Dom Marcelo fortalecia as fileiras eclesiais do pensamento de Dom Helder Câmara, à época Arcebispo de Olinda, em Recife, e de Dom José Maria Pires, Arcebispo da Arquidiocese da Paraíba.

A experiência da Igreja na região do Brejo Paraibano, enquanto região episcopal culminou, no dia 27 de dezembro de 1981, com a criação da Diocese de Guarabira, cuja caminhada se fez através de grande organização e numerosos desafios pastorais (Plano Pastoral, 1983). Dada a grande contribuição de Dom Marcelo, enquanto bispo episcopal, para a organização da Diocese de Guarabira, a Arquidiocese decide nomeá-lo Bispo da Diocese para que ele dê continuidade ao seu trabalho de evangelização em toda região. Como resultado de seu trabalho frente à diocese, foi realizado em 11 de agosto de 1983, na cidade de Nova Cruz-RN, um encontro diocesano, onde foi aprovado o Plano Pastoral da Diocese de Guarabira. Neste plano são ratificadas as Diretrizes da Ação Pastoral da Igreja do Nordeste II. Nestas diretrizes são consolidadas as normas aprovadas pelas assembleias anteriores, buscando assegurar a unidade da ação pastoral em toda Regional NE II (à luz de Puebla), refletindo “as perspectivas e recomendações que emanaram das Assembleias do Conselho Pastoral

Regional e da Comissão Episcopal Regional” (Diretrizes da Ação Pastoral NE II, 1979. p. 6).

Segundo o Plano Pastoral da Diocese de Guarabira (1983), a Diocese, através de seu Conselho Pastoral, assumiu como opções básicas para o trabalho pastoral a Evangelização Libertadora, os Pobres e as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs.

A Evangelização Libertadora apreendida pela Diocese de Guarabira entende que:

A evangelização penetra todas as realidades da vida humana, e se estende a todas as etapas do processo da vida eclesial. Todos os grupos e todos os setores da existência estão sujeitos à sua influência. Esta é a razão porque, em nossa pastoral, não nos limitamos à atividade do culto ou da catequese formal, mas nos interessamos por todos os grupos, e estendemos a ação da Igreja a toda atividade vital do homem (Plano Pastoral Diocesano. 1983. P. 3).

Para Boff (1979), a libertação pensada em Puebla não ficou na discussão teórica; ela enveredou pelas práticas oriundas do povo e de seus valores, cujo próprio povo seria o sujeito de sua transformação, criadores de condições de ruptura necessária à problemática da interdependência e do subdesenvolvimento. Portanto, a libertação compreende o processo de salvação do homem através da libertação de todas as escravidões impostas ao homem, seja a escravidão pessoal ou social, no âmbito político, econômico, cultural ou na luta por igualdade e justiça.

A opção pelos pobres bem como a evangelização deles é assumida no referido plano, o qual os considera não só como sujeitos a serem evangelizados, mas também, como evangelizadores. Essa escolha preferencial lhes é dada porque “compõem a base da sociedade, sofrendo exploração e privação dos bens necessários à vida; do direito à participação social e política plena, dos bens culturais, etc.” (Plano Diocesano, 1983. p.13).

O Plano Pastoral Diocesano, ao referir-se aos pobres, faz duas categorizações: os portadores de alguma limitação e a classe trabalhadora. Na categoria pobres portadores de limitações estão as limitações físicas, que compreende os doentes, velhos, crianças carentes, e os deficientes físicos de toda sorte; e portadores de limitação intelectual ou moral, que compreende os analfabetos, gente sem curso secundário ou superior, imbecis, delinquentes e prostitutas.

Na categoria Classe Trabalhadora o Plano Pastoral Diocesano (1983, p.12-13) é mais minucioso, dividindo a classe trabalhadora em Trabalhadores Rurais e Os Mais Pobres, sendo assim definidos:

a) Os Trabalhadores Rurais, sejam eles minifundiários, arrendatários, parceiros, posseiros ou assalariados, que constituem a maioria da classe trabalhadora, na diocese;

- a pequena fração da classe operária, empregada pelas poucas indústrias da região e na construção civil;

- os empregados do comércio e os pequenos comerciantes varejistas, feirantes, vendedores ambulantes, marceneiros;

- os que vivem de vender seu serviço a empresas e famílias, sem nenhum vínculo empregatício assegurado: lavadeiras, domésticas, cabeceiros, carregadores, engraxates, etc.;

- os funcionários públicos, nas funções mais humildes e mal pagas: professoras primárias municipais, operários, lixeiros, e varredores, serventes nas repartições e escolas, etc.

b) Os Mais Pobres:

- os assalariados da cana-de-açúcar;

- os bóias-frias em geral;

- a categoria dos “sem categoria”, que sobrevivem ao “Deus dará”, como o biscateiro, o subempregado (entre estes, sobretudo a mulher) e os já enumerados acima como “diminuídos”.

O Plano deixa claro que esta distinção se faz para dar destaque e maior atenção aos mais pobres entre os pobres da região, por estes estarem mais suscetíveis às várias formas de exploração. Sendo assim, percebemos, com essa categorização, que a diocese compreende os pobres como sendo os sujeitos que ocupam os diversos lugares sociais que compartilham do mesmo processo de marginalização e exclusão dos bens culturais e materiais produzidos pela sociedade. Vale, ainda, destacar, que a situação de pobreza e exploração é tão gritante que a diocese, ao descrever quem são os pobres, cria uma subdivisão destes: os mais pobres.

É a partir da Ação Evangelizadora Libertadora que a Diocese chama os pobres para participar na vida eclesial da Igreja, considerando a realidade concreta, vivida na região, buscando superar a condição de pobreza humana de milhões de latino americanos, condição esta já descrita no documento de Puebla.

Outra opção básica descrita no Plano foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), assumida pela Diocese de Guarabira como meio concreto para realizar o processo de libertação, através da formação de grupos que se encontram e descobrem suas identidades, unindo-se para renovar a Igreja e para transformar suas comunidades, pois

Os cristãos unidos em comunidade eclesial de base fomentam a adesão a Cristo, procuram uma vida mais evangélica no seio do povo, colaboram para questionar as raízes egoístas e de consumismo da sociedade, e explicitam a vocação para a comunhão com Deus e com os irmãos, oferecendo um valioso ponto de partida para a construção de uma nova sociedade, a civilização do amor. As comunidades eclesiais de base são a expressão de amor preferencial da Igreja pelo povo simples; nelas se expressa, valoriza e purifica sua religiosidade, e se lhe oferece a possibilidade concreta de participação na tarefa eclesial e no compromisso de transformação do mundo (PUEBLA, nn. 642-643).

No livro *O que são Comunidades Eclesiais de Base*, Frei Betto (1985, p. 7) define as CEBs como:

São Comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São Eclesiais, porque congregadas na Igreja, com núcleos básicos de comunidade de fé. São de Base, porque integrada por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares) [...].

O Plano Pastoral da Diocese deixa claro que a articulação com o povo, através das CEBs, deve visar à libertação, porém, essa articulação deve ser feita juntos aos movimentos populares que não são, propriamente, Igreja. Portanto, o trabalho pastoral desenvolvido pela diocese junto à população compreende: os cristãos e não-cristãos; a massa dos católicos; as CEBs; as organizações do povo e seus movimentos;

os grupos de cristãos reunidos segundo as categorias sociais; os grupos constituídos segundo as faixas etárias; o conjunto dos agentes pastorais; os vocacionados.

Diante destes grupos, os quais a Diocese desenvolveu seu trabalho pastoral, nos deteremos à descrição dos grupos constituídos segundo as faixas etárias. Não é nossa intenção dar destaque a este grupo em detrimento das outras linhas de ação, porém, esta escolha é feita pelo fato deste grupo ser o objeto de estudo aqui proposto.

Segundo o Plano Pastoral, a categorização por faixa etária se deu “para responder à necessidade de uma formação humana e cristã adequada às características da idade” (1983, p.16). O documento (Idem, p. 16-17) também descreve três subgrupos, por faixa etária, como sendo:

- As Crianças: organizadas através da catequese de crianças, dos canteiros do PEM (Projeto Educativo do Menor) e dos grupos do Movimento Amigos das Crianças;
- Os Jovens: são organizados em grupos, em várias áreas da Diocese, e coordenados em nível geral de diocese, através de uma equipe de jovens com o sacerdote assistente;
- Os Adolescentes: formam grupos especiais (Jó-Jó), articulados com a Pastoral Diocesana de Juventude.

O plano rege, ainda, que estes grupos de jovens devem estar em consonância e em plena articulação com as demais comunidades, não devendo haver conflito com as mesmas e assumindo um papel evangelizador dentro de suas CEBs e junto aos companheiros de idade. A partir da descrição do plano pastoral tem-se uma visão pontual acerca da organização da diocese, em termos hierárquicos, e de seu campo de atuação e luta.

A diocese surge na região no momento de transição da Ditadura Militar ao Processo de Redemocratização, onde a sociedade vivia instabilidades sociais e políticas, carecendo de ações concretas voltadas à educação, saúde, moradia, trabalho, dentre outras. Na perspectiva política e social, a diocese desenvolveu dois projetos voltados ao atendimento às crianças, que eram conhecidos como Projeto Educativo do Menor (PEM) e o Movimento Amigo da Criança. Esta iniciativa revela que o poder público não atendia de forma satisfatória e com qualidade a educação formal das crianças, fazendo

com que a Diocese, através de seu bispo Dom Marcelo, tomasse esta iniciativa, pois, “quando surgiu o PEM [...] era exatamente uma crítica prática à falta de políticas públicas que respondessem, com dignidade, à questão da educação do menor” (Pedro Alexandre - entrevista concedida no dia 20/05/2012).

Preocupado também com as questões eclesiais da época e animado pelo ambiente que Puebla propiciava através da Teologia da Libertação e pela visão progressista, Dom Marcelo Pinto Carvalheira fomentou o nascimento da Pastoral da Juventude, de forma genérica, na diocese. A Pastoral de Juventude Genérica, em seu modelo organizacional, misturava os jovens de classe média e pobre, não considerando a especificidade de cada classe, no que diz respeito às suas necessidades formativas, sua identidade e conhecimento de mundo. Esta pastoral, tanto em suas reuniões quanto na instância hierárquica, utilizava uma só metodologia de trabalho para todos, pois a igreja entendia que o objetivo maior era o fortalecimento dos grupos de jovens e que o objetivo das Pastorais de Juventude era somente o fim pastoral, não devendo haver preocupação com o engajamento do jovem para o processo de mudança social. Sendo assim, a experiência com a juventude que culminou no surgimento da Pastoral da Juventude do Meio Popular não se deu forma harmônica entre os jovens da diocese e a igreja, começando aí a luta dos jovens pelo reconhecimento de sua identidade social e cultural, revelando todo o potencial do protagonismo destes jovens. É a partir desta relação de luta pelo reconhecimento de suas identidades que passaremos a descrever a origem da PJMP na diocese.

A PJMP NA DIOCESE DE GUARABIRA

A elevação à Diocese trouxe à população do Brejo Paraibano um novo olhar sob o jeito novo de ser igreja. Eram perceptíveis as ações da Igreja na área política e social, no campo (com o apoio ao movimento de reforma agrária, apoio ao sindicalismo) e na cidade (com a luta por melhores condições de escolarização às crianças e adolescentes). A Igreja estava colocando, também, em prática as diretrizes eclesiais ecoadas em Puebla, principalmente com a formação e ampliação da CEB's e com o fortalecimento dos grupos de jovens já existentes. Como já dito nesta pesquisa, os jovens, anterior a formação da diocese, já tinham uma vida cheia de religiosidade

dentro de suas comunidades e desenvolviam ações cujo alcance se dava dentro da própria comunidade, porém, esta ação necessitava de organicidade e, se tratando agora de Diocese, caberia ao bispo fomentar uma pastoral de juventude que congregasse os jovens destas comunidades para que eles pudessem falar em uma só voz, culminando assim, na Pastoral de Juventude da Diocese de Guarabira.

No processo de formação da Pastoral de Juventude, Dom Marcelo contou com o apoio do padre italiano Celestino Grilo, que chegou à região do Brejo Paraibano no ano de 1976 e coordenou os grupos de jovens durante toda sua permanência na diocese e que de acordo com Severino Silva (entrevista concedida no dia 23/05/2012), um dos participantes da pastoral à época, o padre

[...] foi fundamental na formação da gente. Ele era muito afetivo. Muito sério. Homem grande, italiano. Muito espontâneo. Muito religioso. Não era muito político, na questão de consciência política. Mas ele deixava a gente crescer nesse aspecto. Para isso ele chamava outras pessoas. Ele cuidava da gente como pastoral, como jovem. Nós fomos muito bem cuidados por ele naquela diocese. Era um padre que realmente dava conta da temática juventude.

O padre Celestino, dada sua experiência anterior com jovens no estado de Minas Gerais, foi quem mais contribuiu com o processo de formação de uma pastoral de juventude. Esta pastoral nasceu com a proposta de ser uma pastoral genérica, onde congregava jovens de diversas classes sociais, pois sua experiência anterior no estado de Minas Gerais, principalmente nos Cursilhos da Cristandade¹⁴, com jovens, não havia a distinção dos meios sociais. A distinção dos meios específicos revelava uma atitude política e, como podemos perceber no relato de Severino Silva, o padre ocupava-se mais das questões eclesiais de formação dos jovens do que com os aspectos políticos. A assunção de uma distinção dos meios na Pastoral de Juventude da Diocese não configurava como ponto de interesse do padre trazendo assim a insatisfação dos jovens do meio popular que ali estavam.

O debate dos jovens sobre a distinção de meio evidenciava e reclamava uma pedagogia de formação mais adequada aos jovens populares da diocese, numa resposta clara à luta de classes existente na sociedade, e diferindo os jovens do meio popular dos jovens da classe média, onde as pastorais genéricas não distinguiam os meios, pois

¹⁴ Os Cursilhos da Cristandade eram encontros para evangelização de casais, cujo o formato hoje se assemelha ao Encontro de Casais com Cristo – ECC.

A chamada Ação Católica, e as células dela eram a JAC, JEC, JIC..., era uma ação, na verdade, de Igreja Católica, de pastoral, mas com características de movimento ligadas muito à classe média. Tinha uma postura e uma prática críticas, mas estava muito ligada às pessoas de classe média (Pedro Alexandre - entrevista concedida no dia 20/05/2012).

O perfil dos jovens do meio popular na diocese revela jovens de famílias pobres, filhos de camponeses, professores e trabalhadores assalariados. Pessoas que viviam com muitas dificuldades e que se identificaram com a linguagem de fé e de vida, onde

[...] a partir da questão do estudo, lá no Colégio da Luz e também por conta do meu vínculo com a Igreja Católica desde adolescente, começamos a ouvir justamente a pregação da Teologia da Libertação falar muito do social, da luta pela libertação. Hoje em dia não se fala muito nessa palavra. Tudo aquilo me fascinou muito até porque a gente era de uma classe social mais pobre. Sou filho de professores e sentia também na pele essa questão da luta dessa classe social por melhoria de vida e a ligação de tudo isso com a proposta do evangelho de Jesus Cristo que vem como aquele para libertar as pessoas das diversas formas de escravidão e opressão (Antonio Cavalcante-entrevista concedida no dia 25/05/2012).

O agrupamento destes jovens e o reconhecimento de suas realidades exigiam a adoção de um modelo organizativo específico que permitisse que os jovens do meio popular adquirissem uma consciência de classe a partir do reconhecimento e respeito de sua identidade e sua história. Este modelo era necessário para proporcionar ao jovem um olhar mais crítico frente à realidade e a seu lugar social e que atendessem às suas reais necessidades formativas de vida.

A discussão acerca de uma Pastoral de Juventude que congregasse jovens do meio popular, como já dito, não foi um processo harmônico, pois, a partir da criação da Diocese os grupos de jovens que existiam em nível de comunidades continuaram a participar das atividades ligadas à questão da liturgia, porém, sem característica de pastoral popular. Sendo assim, as discussões acerca de uma pastoral de juventude do meio popular surgiram em nível nacional, a partir de encontros promovidos pela Regional Nordeste II, que contaram com a participação de jovens como Antonio

Mendes. Porém, esta necessidade de discussão sobre relações de opressão e exploração já era vivida pelos próprios jovens da diocese, que se identificavam com sua situação de classe, onde

Foi com a participação no encontro regional que começou essa discussão de jovem do meio popular. Essa questão de jovem do meio popular, nós nos identificamos com ela por conta das condições, digamos, de classe que a gente vivia. Por ser jovem que morava na periferia, que estudava em escola pública, que não tinha um trabalho e fazia algum “bico” pra se virar, pra viver. E nós nos identificávamos, mas nós tivemos uma dificuldade pra trazer essa discussão pra diocese (Antonio Mendes – entrevista concedida no dia 22/05/2012).

Desta forma os jovens reclamavam por uma pastoral específica que fosse afinada com suas histórias de vida. A existência de uma Pastoral de Juventude que não trabalhasse com o meio específico trazia conflitos dentro da diocese, principalmente com o padre Celestino, isso porque, na concepção dele, a função primeira da igreja era formar o homem, a pessoa, sem distinção dos meios. Portanto, a primeira concepção de pastoral surgida na diocese foi a de uma pastoral genérica, onde os jovens participantes dela tinham uma condição de vida balizada ao nível de classe média. Esta pastoral genérica gerou conflitos entre igreja e jovens da diocese, pois,

Nosso movimento, a partir dos anos 80, 81, disse não. Vamos lutar por uma Pastoral da Juventude do Meio Popular. O padre Celestino sempre dizia que tínhamos que fazer a opção pelo meio popular, mas como é que nós vamos fazer uma opção por uma coisa que nós já somos? Esse era um conflito entre nós e ele. Porque ele sempre trazia um pouquinho de jovens de classe média. Mas não tinham sintonia com a gente. E a gente era críticos demais. Então nós construímos essa outra pastoral. Pastoral da Juventude do Meio Popular, que juntava os jovens que eram realmente do meio popular (Severino Silva-entrevista concedida no dia 23/05/2012).

Ponto, também, de divergência entre os jovens e o padre Celestino era o fato dele afirmar que para haver uma pastoral de juventude do meio popular deveria haver a opção dos jovens pelo meio popular. Para os jovens não era possível fazer opção por uma condição da qual eles já faziam parte: eles já nasceram jovens do meio popular. A

opção deveria partir daqueles não estavam inseridos na realidade popular. Como a Pastoral de Juventude era genérica, a opção devirá partir daqueles cuja classe social não pertencia à classe trabalhadora.

É dessa concepção de vida e fé que nasce o divisor de águas entre a Pastoral da Juventude Genérica e a Pastoral da Juventude do meio Popular na Diocese de Guarabira. É da relação de sua concepção de mundo dos pobres com o contexto social que os credenciam a serem protagonistas de suas vidas. Portanto, a Pastoral da Juventude do Meio Popular da Diocese de Guarabira nasce da distinção do meio social que levou os jovens a praticamente conduzirem as ações da PJMP na diocese de forma autônoma. Outro ponto extremamente importante que diferiu a Pastoral da Juventude Genérica da Pastoral da Juventude do Meio Popular foi a vivência da Teologia da Libertação, cujo método Ver, Julgar, Agir estava presente em todas as ações da PJMP.

Na Pastoral de Juventude a organização se dava no âmbito de uma Equipe de Coordenação Ampliada, formada pelos representantes das Equipes Paroquiais, que elegia dentro de seu corpo representativo outra equipe conhecida como Equipe reduzida ou Equipe Central. Esta Equipe Reduzida adquiria característica de um corpo colegiado, formado por um padre coordenador (Padre Celestino Grilo) delegado pela diocese, o qual era o coordenador, por algumas religiosas e pelos jovens representantes da equipe de Coordenação Ampliada. Ou seja, a hierarquia dentro da PJMP passava pela Equipe Central, Equipe Ampliada, Equipes Paroquiais e grupos das Comunidades Eclesiais de Base.

Havendo agora a distinção dos meios, a Pastoral da Juventude do Meio Popular da Diocese de Guarabira seguia outra forma de organização, que começava em cada comunidade, nas suas bases paroquiais conhecidas como Comunidade Eclesial de Base. Estes grupos, formados em cada paróquia, eram conhecidos como Equipe Paroquial. A partir do seu processo de organização a diocese foi dividida geograficamente por áreas pastorais conhecidas como zonais, pois a região do Brejo Paraibano comporta diversos municípios que, por sua influência geográfica, polarizava uma área, setor ou zona da diocese. Várias zonais tiveram grande participação nas ações da diocese, a exemplo da zonal de Solânea, Pirpirituba, Belém, etc. e, a partir da escolha de cada representação da zonal eram escolhidos os representantes que iriam compor, em termos de diocese, a Equipe de Coordenação Ampliada.

Havia ainda, em nível de Região, a representatividade na Regional Nordeste II, que era composta por jovens de cada diocese da Região Nordeste e, para a

articulação e troca de experiências com outras pastorais do meio popular, havia a representatividade na Comissão Nacional, que buscava manter organicidade com as regiões leste, centro-oeste e extremo-oeste. Esta articulação promovia a troca de experiências e despertava o sentimento de responsabilidade dos jovens frente às instâncias organizacionais da PJMP em todo o país, visando à construção de um caminho de respeito e interesses comuns.

Na cidade de Guarabira a PJMP tinha uma sede, (que era localizada no atual Colégio Nossa Senhora da Luz, antigo Convento das Freiras Catarinas de Sena) uma espécie de escritório central que funcionava, inclusive, sob a responsabilidade de um dos jovens que exercia a função de secretário. Este jovem era o Antonio Mendes, responsável pela organização das correspondências, pelas datilografias das cartas, pela infra-estrutura da sala. A existência de um ambiente físico organizado e cuja finalidade era servir de escritório à PJMP nos traz à tona a seguinte reflexão: onde andarão os documentos produzidos pela PJMP? Inclusive, esta nossa reflexão é partilhada pelo Severino Silva quando ele é indagado por nós acerca de tais documentos, onde em resposta afirma:

Tinha. Que até hoje eu procuro saber exatamente onde é que está a documentação da pastoral, que era lá. Tinha uma sala com jornais, com fotografias, com os relatórios. Eu não sei onde é que anda esse material(entrevista concedida no dia 23/05/2012).

Dentro da estrutura organizacional da PJMP havia uma distinção específica por faixa etária que era ímpar nas pastorais de juventude do meio popular existentes. Segundo Pedro Alexandre, é uma experiência única dentre as pastorais que ele teve conhecimento, desenvolvida exclusivamente na Diocese de Guarabira. Trata-se do Jovem-Jovem, ou simplesmente Jó-Jó.

Sob a coordenação e acompanhamento do padre Celestino Grilo, o Jó-Jó buscou congregar aqueles jovens cuja faixa etária estava abaixo dos dezesseis anos. Esta distinção se deu em virtude deste grupo etário buscar fazer parte da pastoral de juventude, porém, suas visões de mundo divergiam das buscas e compreensões da realidade dos jovens adolescentes. Também surgiu em função da necessidade de criação de quadros de novos militantes dentro da PJMP, pois, com o passar dos anos, os jovens

mais antigos no grupo engajavam-se em outras atividades, fossem elas político partidárias, de assessoria ou de profissionalização.

A participação dos jovens populares na organização da PJMP trouxe mais clareza à visão da realidade local e do seu campo de ação; permitiu a reflexão de que a realidade local é reflexo da realidade nacional; e que as relações de base fazem parte das relações sociais mais complexas da sociedade. Isso fez com as ações fossem planejadas conjuntamente, clérigos e leigos, passado pela reflexão e análise das ações sob estes dois ângulos distintos e sempre coerentes com a Teologia da Libertação. Desta forma, a percepção da realidade a partir do local social do jovem do meio popular é o principal ponto de reflexão e luta da PJMP. É onde a articulação dialética fé-vida traz em seu bojo a premissa de que o pobre é pobre porque Deus não assim o quis, mas que a pobreza é fruto das relações de exploração do homem pelo homem através do capital espoliativo e excludente.

Do processo de luta, as ações reivindicativas da PJMP giravam em torno dos direitos humanos. Do direito a educação, a saúde, à reforma agrária, da luta contra o preconceito racial, mundo do trabalho, em defesa da mulher. Era comum a PJMP, em suas ações, apoiar outros movimentos sociais, como por exemplo, a marcha contra o assassinato de Margarida Maria Alves, a favor do movimento estudantil, o movimento de reforma agrária, dentre outros. Portanto, o alcance das ações empreendidas pela PJMP potencializava o nível de conscientização e engajamento do jovem do meio popular, ampliando suas possibilidades de formação cidadã a partir das CEB's, grupos de base, associações de moradores, sindicatos. Ou seja, ela desvela-se num ponto de partida à participação, exigindo do jovem uma nova compreensão da sociedade, do processo de luta e das relações do poder e revelando-se um verdadeiro processo educativo popular para a participação cidadã.

O processo educativo proposto na PJMP permitiu pensar a sociedade a partir dos pobres e de suas potencialidades a favor da participação nos amplos setores oprimidos da sociedade e das lutas sociais. Dessa forma, a PJMP adquiriu um modelo organizacional que privilegiou a formação política e social de seus partícipes, fazendo com que eles ocupassem diversas funções hierárquicas dentro de seu grupo pastoral num modelo democrático-participativo, pautado em uma formação sólida e concisa, a qual passaremos a descrever.

A FORMAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL NA PJMP

A igreja percebeu que havia a necessidade de uma formação específica para os jovens. Uma formação que trouxesse uma melhor reflexão da Igreja sobre fé e vida, e que permitisse uma nova proposta de pastoral que ultrapassasse a formação puramente teológica. Ela compreendeu que era importante difundir os valores bíblicos, porém, somente a reflexão moral e religiosa não daria conta do nível social da luta. A formação social também deveria passar pela formação política. Estas, aliadas aos valores do Evangelho, norteariam os leigos à participação.

A formação social e política não se davam apenas pelo acesso à informação. Exigia rigor teórico e reflexivo que, levados à prática, trazia clareza às análises exigidas e fugia às leituras simplistas e superficiais da realidade social. A formação seguia as orientações postas no documento de Puebla (Documento de Puebla, Parte IV, cap. II) quando trata da formação de quadros de leigos para a ação evangelizadora e, decorrente desta, a ação política. Essa formação favoreceu o desenvolvimento de competências e habilidades no campo crítico e de reflexão sobre a realidade dos jovens na/para/com a fé e a vida.

O chamado da Igreja à participação das juventudes, em suas ações pastorais, exigia formação efetiva, que abarcava a capacidade de senso crítico e de análise da realidade social, econômica e cultural a partir do seu local social; integrava a dimensão da fé aos princípios sociais e políticos a partir do humanismo cristão.

Na década de 1980, com o fim histórico da ditadura militar, a Pastoral da Juventude do Meio Popular da Diocese de Guarabira desempenhava papéis importantes nos rumos da sociedade, com os constantes movimentos reivindicatórios e de apoio aos movimentos sociais rurais e urbanos nas lutas pela mudança de representatividade, a exemplo da luta pela substituição da representatividade sindical rural da cidade de Guarabira, que estava atrelada aos interesses dos latifundiários da região, onde

[...] nós tínhamos uma grande crítica aos sindicatos rurais que eram acoplados aos patrões, aos líderes sindicais que eram chamados de pelegos e, a pastoral da juventude se inicia, na década de 80, com uma grande luta pela reforma agrária (Pedro Alexandre- entrevista concedida no dia 20/05/2012).

A participação efetiva dentro das lutas encampadas pela PJMP contra o sindicalismo “pelego” exigia uma formação teórica que levassem os jovens a conhecerem a filosofia do marxismo. Com isso, a formação política e social da PJMP demonstrava não haver neutralidade ideológica, cuja necessidade de clareza da reflexão teológica fosse aliada a formação política e que pudesse construir uma consciência crítica que se tornasse alicerce à prática.

Sendo a atividade política e social elementos dinâmicos e complexos na sociedade, a exigência por intelectuais sociais e políticos bem formados era, também, necessária para a interpretação desta sociedade complexa. Esta exigência se deu devido a carência de intelectuais capazes de dar conta de um sem-número de problemas instalados ou decorrentes da ditadura militar. Sendo assim, coube a Igreja desenvolver uma função supletiva, na busca e formação de jovens capazes de superar o ritmo e a velocidade dos acontecimentos.

No decorrer do processo de formativo foi se construindo um plano de formação cuja característica se dava por etapas e congregava todos os grupos da diocese em nível de região. Era uma sequência de retiros conhecidos como Encontro Diocesano da Pastoral da Juventude. A diocese dividia-se em grupos conhecidos como Zonal. Cada zonal, Solânea, Pirpirituba, Belém, dentre outras, escolhiam seus representantes para a participação no Encontro Diocesano. A formação proposta nesse encontro acontecia de forma sistemática e com uma metodologia bem definida e afinada com os valores éticos/cristãos, objetivando tornar os jovens atores de sua realidade social. Estas formações eram conhecidas como Juventude Caminhando, ou simplesmente JUQUINHA, JUCA e JUCÃO.

A etapa de formação, chamada JUQUINHA, tinha o formato de retiro espiritual que, segundo Pedro Alexandre, “era um encontro mais orante” e cuja realização era feita em um final de semana, começando na sexta-feira à noite e terminando no domingo à tarde. Era organizado pela equipe diocesana, o que trazia a oportunidade dos jovens das comunidades de base a um primeiro contato com a equipe reduzida. Este encontro era caracterizado pelo despertar da espiritualidade dos jovens e pelo despertar de sua compreensão de jovem.

[...] eles eram todos conduzidos (no primeiro dia), levados a fazer uma introspecção mesmo da sua história, da sua vida. A partir disso, dessa tomada de sua história. Era levado no outro dia e apresentávamos a proposta de Jesus Cristo. O Evangelho. Aí se refletia muito sobre a temática da juventude, a família... (Pedro Alexandre- entrevista concedida no dia 20/05/2012).

Juquinha objetivava o despertar de cada jovem para dentro de si. A olhar para ele mesmo e fazê-lo perceber-se sujeito. Sujeito humano na concepção freireana. Histórico e capaz de perceber-se no e com o mundo.

A segunda etapa da formação, chamada JUCA dava-se, aproximadamente, após dois ou três meses da primeira formação. Nela era proporcionada ao jovem o resgate do primeiro encontro acrescida a história da Igreja Católica. Havia neste encontro a distinção de igreja (em termos históricos e sociais) que se configurou até o Concílio Vaticano II e a nova concepção de igreja pós Vaticano II. O encontro dava clareza dos porquês do novo rumo da igreja ao lado do povo. Como ela era e o que se pretendia dela a partir da opção preferencial pelos pobres e pelos jovens.

Dava-se a esse grupo, a esses jovens, uma nova concepção de igreja. Eu me lembro bem que se fazia a História da Igreja, mostrando como ela veio até o Concílio Vaticano II e se mostrava como a igreja é hoje e como se pretendia que ela se tornasse uma igreja de base. Uma igreja de comunidades eclesiais de base (Pedro Alexandre- entrevista concedida no dia 20/05/2012).

Ou ainda,

O Juca, ele tinha mais a dimensão de conhecer a religião. Ele era muito religioso. A gente conhecia a história dos santos. A gente conhecia um pouco para dar essa idéia de igreja concreta. Depois a gente fazia estudos sobre o evangelho, sobre a bíblia, sobre a realidade (Severino Silva- entrevista concedida no dia 23/05/2012).

Passadas estas duas etapas, chegava o momento do JUCÃO. Aqui se concretizava um processo metodológico bem definido, onde seriam articulados o processo de reconhecimento do jovem enquanto ser histórico e social (Juquinha), a caminhada histórica da igreja e seus impactos na sociedade (Juca) com o Jucão.

O Jucão objetivava a formação política dos jovens, levando-os a tecer uma reflexão crítica sobre a realidade que o cercava e a perceberem-se cidadãos. Este encontro extraía dos jovens a sua relação de pertencimento ao meio social e sua relação com ele à luz do evangelho, onde

[...] o pessoal era motivado a encontrar Jesus Cristo na sua fé; a querer bem a sua igreja, compreender sua igreja. Tecer a própria crítica à igreja, sua história e momento presente; Mas depois, você não pode ter uma fé e ser membro de uma igreja sem ser cidadão do mundo. Sem se inserir no contexto de mundo (Pedro Alexandre- entrevista concedida no dia 20/05/2012).

Ou seja, “[...] o terceiro encontro era mais o aspecto social. Igreja e o mundo. As relações com a sociedade, com a política, com a economia. Isso se dava no contexto da pastoral” (Antonio Cavalcante - entrevista concedida no dia 25/05/2012). Ou ainda, “a gente aprendeu a ter uma visão crítica da sociedade e a ter uma visão crítica da igreja” ((Antonio Mendes – entrevista concedida no dia 22/05/2012). Portanto, sem esta formação os jovens poderiam ser levados a análises simplistas da realidade ou não desenvolverem de forma objetiva e clara a consciência necessária a sua práxis libertadora – que o levaria ao campo da ação e participação. Pois, a simples compreensão de que ser jovem do meio popular já seria um projeto alternativo de libertação é extremamente errônea. Esta afirmativa adquire força no pensamento freireano, onde, mesmo o popular pode ser opressor, manipulativo e autoritário sem a devida consciência de estar no mundo. Portanto, a consciência deve levar o jovem à participação.

A participação na PJMP leva à libertação. Não só à libertação que leva ao Reino de Deus, mas à libertação enquanto processo de mudança pessoal e social concreta. E esta libertação, ou melhor, processo de libertação, implica em conhecimento crítico e consciência de seu papel no seu local social; que o leve, através da práxis, a encontrar diferentes soluções às exigências e desafios que emergem das relações sociais. Portanto, a participação

É um trabalho de formação permanente que desperta nas pessoas o desejo e o prazer de participar, de ter parte, de fazer parte. Uma formação que faça crescer a consciência através da reflexão sobre as ações desenvolvidas. Que avance na teoria, na explicação da

realidade, na compreensão das estruturas sociopolíticas, na crítica da economia de mercado capitalista e de ideologia que o justifica, através da reflexão sobre as contradições presente nas lutas concretas (DORNELAS, 2010, p.140).

A formação política e social também passa pelo reconhecimento e distinção dos vários meios sociais aos quais os jovens pertencem. E que da mesma forma passa pelo reconhecimento de sua história de pobreza e exploração, de sua classe social e de sua identidade.

A formação política era da época. Por exemplo, para usar uma expressão de hoje, seria brega não ser politizado. A Pastoral de Juventude do Meio Popular tinha muito presente a compreensão, mesmo pedagógica, de não deixar os jovens alienados. Mas, jovens conscientes e agentes, protagonistas de sua história. Isso é uma concepção política. Uma atitude política muito importante (Pedro Alexandre- entrevista concedida no dia 20/05/2012).

No momento em que os jovens da cidade e do campo se agrupam, se organizam e se reconhecem como sujeitos e como igreja, concretiza-se o início do processo de formação política e social. Essa formação é propiciada pelo desenvolvimento de uma espiritualidade que, animados pela fé, os libertem; é propiciada pela assunção do compromisso de transformação da sociedade a partir de sua classe; a partir da reflexão de sua vida e de sua prática em seu meio social, valorizando e fortalecendo sua identidade, imprimindo sua cidadania.

Esse processo de educação para a ação cidadã assenta-se na melhor contribuição que cada participante é capaz de dar, assumindo responsabilidades cada vez maiores de coordenação, animação cultural e espiritual, de sistematização e proposição de propostas com incidência na vida política (DORNELAS, 2010, p.140).

Vale ressaltar que, ao se sentirem seguros de sua formação, muitos jovens engajam no processo de militância assumindo seus próprios caminhos, mostrando-se responsáveis, também, pela construção de uma nova história coletiva, de uma nova sociedade. Pois, diante da ineficácia governamental em lidar com os problemas sociais mais iminentes a PJMP buscava articular-se com outros segmentos organizados da sociedade a partir da opção solidária e preferencial pelos pobres. Contribuíram de forma

significativa em diversas áreas, inclusive com os jovens profissionalizando-se. Respalgando e valorizando sua caminhada na PJMP.

A igreja na sua prática formou muitas lideranças que se tornaram políticos, professores, pessoas que foram se engajando em outros movimentos que foram surgindo após o fim, eu diria formal, da ditadura militar. Então, depois de 85, com processo chamado reabertura democrática, a sociedade, ela foi também, foi construindo os seus próprios espaços de denúncia e reivindicações dos seus direitos. É muita gente que foi das fileiras da igreja estudou, entrou nos partidos, nas associações. Muitas figuras que passaram pela igreja se tornaram militantes nas suas profissões, nos seus espaços (Pedro Alexandre- entrevista).

A PJMP contribuiu para a formação de quadros de militantes políticos na região do brejo. Jovens que passaram a atuar junto aos sindicatos rurais ou que se partidariaram politicamente, buscando, junto ao Partido dos Trabalhadores, ampliar seu campo de atuação para um novo projeto social que colocasse em debate as reais necessidades da classe trabalhadora em prol de um projeto de luta popular. Esta militância, traduzida como processo participativo, revelou o compromisso libertador que inspirava a prática pastoral dentro da PJMP e o papel do jovem (opção preferencial da igreja) como instrumento de serviço e transformação da sociedade.

O militante da PJMP adquire uma concepção orgânica e imbricada de valores humanizados, éticos e de profunda relação com a solidariedade. A militância é aqui entendida como as ações que articulam estas premissas com a atuação política, pois, “o que a pastoral dava, não só a mim, era a questão da militância. É uma coisa que a gente não deixa de ser nunca. A gente mantém os princípios éticos. A gente mantém uma militância de ser diferente, entre aspas, e a conviver nessa selva que é a sociedade” (Antonio Mendes – entrevista concedida no dia 22/05/2012).

A formação social e política na PJMP foi uma das características mais marcantes para a construção da cidadania, pois, os jovens eram incentivados a dar sentido a sua identidade, de ser protagonista de sua história, de ser cidadão, participando ativamente da construção de uma nova compreensão de sociedade. Destarte, conheceremos melhor, a partir de agora, os elementos pedagógicos da Educação Popular que fomentaram de forma mais significativa a construção da cidadania dentro da PJMP da Diocese de Guarabira.

ELEMENTOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO POPULAR PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

A Pastoral da Juventude do Meio Popular da Diocese de Guarabira ao fomentar o processo educativo que se propõe libertador, diferencia, sob prisma freireano, a Educação Popular da Educação Formal (ofertada pelo Estado), pois, promove o processo de ação-reflexão-ação, descrito no livro Educação como Prática de Liberdade, onde os sujeitos são chamados à ação transformadora, num processo permanente de formação, apreensão e mudança da sociedade. Vale ressaltar que o popular que qualifica o processo educativo na PJMP da Diocese de Guarabira também encontra significado no pensamento de Freire, onde o termo “popular” está intimamente ligado à noção de oprimido e essa concepção é corroborada por Melo Neto quando afirma:

A educação, se popular, isto é, tendo como ponto de partida a realidade do oprimido pode se tornar um agente importante nos processos de libertação do indivíduo e da sociedade. O popular adquire, a partir da ótica da cultura do povo, um significado específico no mundo em que é produzido, baseando-se no resgate cultural desse povo. O conceito é o elemento adjetivante da educação, enquanto propõe a construção das utopias libertárias, na tentativa de superação da exploração do oprimido (2003. p.44).

O entendimento de que o processo educativo popular se dá na ação reflexiva do homem e sua relação com o meio está presente em todas as etapas de formação da PJMP, por isso a formação política e social na PJMP é um processo educativo. Não um processo formal. É um processo de educação popular fundamentado na ação, na conscientização e na práxis.

É processo educativo fundamentado na ação porque as ações empreendidas e decorrentes das lutas são verdadeiras lições práticas de participação.

É processo educativo fundamentado na conscientização porque o jovem, ao inserir-se no grupo, é convidado a ler a realidade do mundo com olhos críticos. Toma consciência a partir de sua história e de seu meio social, confrontando-a com a história

do mundo, e sendo auxiliado pela leitura do Evangelho e pela leitura das teorias que as ciências sociais permitem.

É processo educativo fundamentado pela práxis porque o jovem é tomado à ação, à participação com o compromisso de mudar a realidade de seu meio agindo sobre ele. Esta práxis se dá: no seio da igreja, prestando serviços na perspectiva eclesial; e no campo da militância, prestando serviço à sociedade (representada pelos mais diversos organismos: sindicatos, associações partidos políticos...). Sendo assim, a concepção de homem e de mundo torna-se um primeiro elemento pedagógico contido no processo educativo desta pastoral. Sobre o alcance educativo Severino Silva relata que

[...] tem várias dimensões, mas gostaria de começar pela questão do território. Você ter uma identidade. Você saber da sua identidade, de sua história, de suas raízes. Normalmente você vê que as pessoas que passaram pela pastoral têm uma postura diferente. Que elas criaram uma consciência. Do entender que o saber, que a própria vida é fruto de experiências, de convivências coletivas. Isso ficou muito forte pra mim. Pra minha formação. Meu papel na sociedade a partir de minha história de vida. A questão da história de vida é outro viés da formação. A questão das origens, da solidariedade. São esses valores que têm um papel pedagógico muito importante (entrevista concedida no dia 23/05/2012).

Como processo pedagógico da PJMP, o homem, o sujeito, é chamado a tomar conhecimento de si e do seu papel no e com o mundo. Passa pelo ato de conhecer a si e ao ambiente que o cerca para depois, numa atitude consciente, transformar os dois. A sua ação sobre si e o meio lhe permite construir uma nova história onde são respeitadas sua cultura e sua identidade.

O estar no e com o mundo, conscientemente, permite ao homem interpretar a realidade de forma crítica e a fazer diversas leituras de mundo para a superação das relações de exploração e marginalização humana. Dessa forma, o processo educativo presente na PJMP leva os jovens à superação através da tomada de consciência e da ação e tomando como ponto de partida a importância de se reconhecer, primeiro, homem, sujeito social e histórico e, em segundo de sua responsabilidade no mundo e com o mundo.

Ao tomar conhecimento de si e do mundo, os jovens da PJMP passam a criar imagens e significados sobre o seu meio social. Passam a dar sentido a sua reflexão-ação. Esta reflexão-ação permite um nível de conscientização que os levam a

fazer relações de valores morais e éticos que não os deixam aceitarem passivamente as condições e relações de opressão e exploração impostas pelo mundo capitalista. Eles passam a se reconhecerem como membros da mesma classe social e a dar sentido a sua relação com o meio, assumindo e fortalecendo sua identidade e cidadania, através de sua conscientização, onde Freire (2001. p.30) afirma que

A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se *des-vela* a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. A conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato reflexão-ação.

Desta afirmativa, percebemos que o alcance ao nível da consciência crítica, proposta por Freire, deve obedecer a estágios. É exatamente neste ponto que a PJMP tem sua ação e metodologia bem definida. Basta-nos lembrar que o processo de formação desta pastoral passava pelo reconhecimento e respeito às faixas etárias e ao amadurecimento juvenil, cujas ações promoveram o JÓ-JÓ, o JUQUINHA, o JUCA e o JUCÃO. Foi importante na PJMP o respeito a estes estágios de desenvolvimento juvenil e de consciência para evitar discussões genéricas ou simplistas da realidade, pois, para Freire (2001) os estágios de consciência também variam com a idade e a experiência do sujeito.

É na ação-reflexão que os sujeitos encontrarão os elementos necessários à práxis. Quem melhor que os próprios jovens do meio popular para agir, de forma transformadora, sobre as condições concretas de sua exploração? Quem melhor potencializa suas ações no campo da luta e a transformam numa práxis libertadora? Os jovens da PJMP têm sua práxis construída coletivamente, pois ela é fruto de ações coletivas em diferentes configurações, que se constituem em espaços distintos de suas ações com um fim determinado.

Para Vázquez (2011, p.223),

A atividade humana é, portanto, atividade que se orienta conforme a fins, e esses só existem através do homem, como produtos de sua consciência. Toda ação verdadeiramente humana exige certa consciência de um fim, o qual se sujeita ao curso da própria atividade. O fim, por sua vez, é a expressão de certa atitude do sujeito diante da realidade.

Portanto, a ação transformadora (práxis) engendrada no seio da PJMP tem um fim concreto (a mudança da realidade) construído coletivamente em suas mobilizações e lutas que, fundamentada na educação popular, produz consciência e participação, que são elementos constitutivos da cidadania.

A cidadania aqui é desvelada dentro do projeto político e social da Diocese de Guarabira, a qual trouxe grandes contribuições ao meio social dos jovens menos favorecidos ou privados dos bens culturais, sociais e econômicos na região do Brejo Paraibano. Não foi um projeto pronto. Ele foi decorrente das lutas encampadas no meio social e necessitou do engajamento das pessoas envolvidas no projeto concreto de mudança da realidade.

Nas lutas por direitos humanos fundamentais à vida digna, a conscientização, a participação e a militância se fizeram necessárias às transformações sociais, políticas e culturais. A Pastoral da Juventude do Meio popular da Diocese de Guarabira fomentou a construção da cidadania quando promoveu a formação da conscientização e da práxis daqueles que buscaram ser protagonistas de sua história.

No campo da conscientização, a cidadania ganhou força a partir do processo de formação e participação, iniciado nas CEB's, nos grupos de bairro, nas paróquias, agregando jovens em torno de um projeto de fé e vida que objetivava a formação humana. Formação essa pautada no diálogo, trabalho coletivo e solidariedade.

Eu aprendi a trabalhar com a pessoa entendendo também que a pessoa é sujeito. Eu não nego nunca a contribuição, a ética, o respeito pelo grupo, a noção de solidariedade e a própria história de vida. Então, essa idéia de valorizar minha religião, a minha identidade, o conhecimento em si, o estudo. A pastoral me deu essa vontade de lutar e conquistar realmente novos espaços com dignidade, com respeito ao outro (Severino Silva- entrevista concedida no dia 23/05/2012).

As reflexões extraídas dos partícipes na PJMP refletem o alcance das formulações teóricas do que é ser sujeito. Sujeito de direitos universais plenos e conscientes de seus deveres no meio social, consigo e com o outro. É desta noção de direitos e deveres, de busca por seu lugar no e com o mundo que resultou na inserção de muitos jovens nos movimentos populares, até porque a Igreja não tinha – e ainda não tem – a estrutura necessária para resolver os problemas sociais, e que conseguiu integrar a temática da fé à realidade social e política.

A cidadania também é fomentada a partir do modelo de participação empreendida pela PJMP, que a aproximava da sociedade e a chamava à participação da forma mais direta possível. A participação não se dava apenas em nível de grupo, mas também envolvia a sociedade, de forma geral, nos processos decisórios, pois, “quanto maior e mais direta a participação, maior a possibilidade de transformar as estruturas, as bases da vida social, incluindo as estruturas da economia” (DORNELAS, 2011, p.141).

A gente enchia aquela cidade de Guarabira. A gente fazia, por exemplo, eventos culturais. Eram, sobretudo, no Colégio da Luz. As pessoas iam. Saía um carro de som pelas ruas chamando. As coisas sempre tinham uma dosagem muito religiosa e muito política. A gente fazia encontros abertos, que a gente tinha o trabalho de massa e de grupo. Em alguns momentos, dia do índio ou umas datas assim, a gente criava um teatro amador, música... A gente era tão corajoso que botava o carro e enchia o auditório do Colégio da Luz (Severino Silva-entrevista concedida no dia 23/05/2012).

O modelo participativo-cidadão da PJMP era desenvolvido nas ações de planejamento, execução e avaliação das atividades. Não havia decisões unilaterais dentro do grupo. Aliás, todas as ações e atividades eram baseadas na realidade e necessidade dos próprios jovens do meio popular, portanto, a participação democrática permeava todo ambiente pastoral, onde, segundo Antonio Cavalcante, “os próprios jovens tinham oportunidade de discutir. Tinham vez e voz pra dizer: naquela cidade é possível fazer isso”. E ainda afirma Pedro Alexandre

A equipe preparava a discussão de uma música crítica para ajudar a entender a realidade. Se discutam todas as questões inerentes à juventude: a sexualidade, a afetividade, a família. Mas sempre lembrando esse contexto de pertença popular da história de pobreza de cada um (entrevista concedida no dia 20/05/2012).

Percebemos assim, que o diálogo, fomentado como instrumento de conhecimento e reflexão, permeou todo o processo de tomada de consciência dos jovens da PJMP, pois ele balizava o processo de planejamento, execução e avaliação das ações empreendidas, pois no diálogo eram postas as concepções dos jovens sobre os valores morais, a família, a sexualidade, o mundo do trabalho e as relações deles com o mundo. O diálogo da PJMP assume o que Freire chama de Educação Problematizadora, onde os jovens passam a questionar os porquês da sociedade, mediando as relações do homem com o mundo. O diálogo é para Freire (2001, p.96)

[...] o encontro no qual a reflexão e a ação, inseparáveis daqueles que dialogam, orientam-se para o mundo que é preciso transformar e humanizar, este diálogo não pode reduzir-se a depositar ideias em outros. Não pode também converter-se num simples intercâmbio de idéias, idéias a serem consumidas pelos permutantes.

Este modelo, que tem como base a conscientização e a participação, legitima o alcance educativo da PJMP para a construção da cidadania. O pobre constrói a possibilidade de sair da condição de excluído e passa ser sujeito histórico, protagonista de sua libertação.

É claro que é difícil mensurar o alcance educativo de qualquer movimento, mas pela experiência e até pelo contato com outras pessoas que saíram e que vieram da PJMP, a gente pode dizer que o alcance foi muito amplo. Mais nessa visão de educação para a cidadania e para os direitos humanos. Naquela visão de empoderamento. Então o alcance foi bastante amplo nessa visão de organização das pessoas com relação aos seus direitos e suas reivindicações (Antonio Cavalcante – entrevista concedida no dia 25/05/2012).

A participação decorrente das lutas encampadas na PJMP é um elemento de fortalecimento da cidadania, surgida nas ações políticas e sociais e com interesses coletivos bem definidos. A promoção da cidadania, dentro deste movimento, tornou-se uma prática de afirmação e reconhecimento de direitos sociais, de reconhecimento e

afirmação da identidade, de formação e conscientização, capaz de formar sujeitos comprometidos com o processo democrático.

O alcance da cidadania fomentada na PJMP repercute de forma positiva até hoje na vida dos participantes desta pastoral, tornando-os mais conscientes, mais críticos, mais solidários e mais humanos. Esta afirmativa decorre das falas dos entrevistados, onde

A contribuição foi a de aprofundar a sensibilidade para a questão social. Acho que nós participamos de uma geração muito inquieta com isso. Que não se conformava com as injustiças. [...] Essa sensibilidade toda com a questão social e esse compromisso, e esse engajamento... eu acho que depois nós levamos isso para nossas profissões. Foi a grande contribuição da PJMP (Antonio Cavalcante – entrevista concedida no dia 25/05/2012).

Acho que essa foi a grande contribuição desta pastoral. Foi a formação da consciência de cada um. Da consciência social e histórica. E que desencadeou a inserção em movimentos populares. E em seguida a isso os que se tornaram profissionais em seus meios específicos também contribuíram, como contribuem até hoje, com o pensamento novo de sociedade (Pedro Alexandre – entrevista concedida no dia 20/05/2012).

A pastoral dava uma consciência muito grande a gente. O que a gente via na pastoral, não via no colégio, em termos de didática, de leitura. [...] nesse sentido de formação política e religiosa foi muito importante, porque quando cheguei na universidade eu tinha toda aquela noção de Marx, de realidade de conjuntura que herdei da pastoral (Severino Silva – entrevista concedida no dia 23/05/2012).

Ao se propor contribuinte na construção de uma nova sociedade através da participação social e política na sociedade, a PJMP colocava os jovens como protagonistas não só da construção, mas também do fortalecimento de sua cidadania plena, e que atendeu aos mais diversos interesses de suas vidas sociais, políticas e culturais.

A cidadania era o objeto das lutas empreendidas pelos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, com linhas de atuações diferentes, mas confluindo num único objetivo: a conquista, a manutenção e a ampliação dos direitos sociais e políticos. Sendo a PJMP fruto das lutas empreendidas pela Igreja Católica, que também contribuiu para o processo de Redemocratização brasileira da década de 1980, a cidadania surgia como ponto chave nas discussões dos jovens. Os temas ligados aos direitos humanos, a exemplo de educação, trabalho, reforma agrária, eram trabalhados simultaneamente com

os temas ligados às eleições, à realidade social e à espiritualidade, pois, trata-se de uma pastoral, e o tema da vida sempre estará ligado à fé.

Eram discutidos, na época, grandes temas da sociedade. Por exemplo, a questão dos direitos humanos, da cidadania, do trabalho, da educação, e também, questões da espiritualidade, da igreja. A gente sempre fazia essa ponte com o que a Teologia da Libertação nos dava e o suporte da Educação Popular fazia com que a gente fizesse a ligação da espiritualidade e a realidade, a estrutura da sociedade (Antonio Mendes – entrevista concedida no dia 22/05/2012).

A partir de meados dos anos 1980 os temas ao redor da cidadania dentro da PJMP tornam-se mais latentes. Com a redemocratização, o cenário brasileiro passa a ter novas demandas sociais, a ter novas lutas por novos direitos, ou melhor, por direitos antes ignorados ou não reconhecidos. A PJMP, com seu projeto de formação social e política de jovens do meio popular, cria quadros de militantes e profissionais que passaram a atuar em diversas áreas da sociedade. Desta nova configuração de sociedade, a igreja passa a silenciar-se um pouco, pois a redemocratização permitiu a criação de novos espaços de denúncia e reivindicação de direitos. A igreja não era mais a única a ter voz, pois foram surgindo diversos movimentos sociais que passaram a reivindicar, de forma mais incisiva, direitos de grupos específicos, como os direitos da mulher, à saúde, à moradia, dos negros, dentre outros. Vale ressaltar que uma nova concepção de juventude estava em voga e sua luta em torno de direitos também mudou de foco. Mudaram seus anseios e seus apelos. Mudaram suas razões.

Muitos dos integrantes das fileiras da PJMP entenderam que a dinâmica da sociedade exigia um novo campo de atuação que abarcasse sua formação profissional ou sua área de militância específica. Muitos saíram da PJMP para trilhar o caminho acadêmico, tornando-se professores; profissionalizando-se em áreas do direito ou militando em partidos políticos; assessorando movimentos sociais populares; ou seguindo sua vocação religiosa dentro da própria Igreja Católica. A necessidade de profissionalização e o nível de conscientização adquirida na PJMP levaram muitos jovens a buscarem outros espaços formativos formais, a exemplo dos cursos universitários. Desta busca surgiu, inclusive, um grupo de estudo, que eles chamaram

de Universidade Popular de Guarabira – UNIPOG – cujo objetivo era sistematizar rodas de conversas sobre os mais variados temas ligados à educação.

[...] o grupo começou a dar mais importância a história de se capacitar. A gente tem que estudar. A gente criou o grupo, o UNIPOG. A gente teve apoio do bispo. Apoio financeiro. Apoio do SEDUP, na pessoa da irmã Valéria Rezende. Ela articulou um grupo de professores. Então, a gente tinha essa vontade de aprender, de estudar (Antonio Mendes – entrevista concedida no dia 22/05/2012).

Esta iniciativa demonstra o nível de consciência e de protagonismo promovido nas ações da PJMP. Esta iniciativa também reflete a necessidade de acompanhar as mudanças sociais e políticas exigidas pelo processo de redemocratização que estava sendo vivido pela sociedade brasileira.

A mudança do perfil social, depois do processo de redemocratização redefiniu o discurso político da Igreja ou, talvez, deixou-a sem discurso específico, pois, a partir da nova constituição, muitas vozes puderam falar a partir da criação de novo códigos de garantia de direitos do cidadão e de uma nova concepção de ministério público. Em termos de PJMP, essa redemocratização também trouxe um enfraquecimento de sua atuação, pois, “ela ficou sem discurso específico, pois, levantar as mesmas bandeiras com os mesmos métodos seria altamente descontextualizado” (Pedro Alexandre – entrevista). Sendo assim, tanto na conjuntura nacional quanto na local a juventude viveu a mudança de uma época, a mudança na forma de pensar e de ver a realidade, inclusive, uma nova forma de olhar sua religiosidade, pois, a redemocratização também permitiu a livre participação em outras denominações religiosas de estilo pentecostal, o que na Igreja Católica se transformou nos grupos de Renovação Carismática, que abriu espaço para as Igrejas Evangélicas, e para a livre participação nos cultos africanos.

Mesmo diante da mudança do perfil da sociedade brasileira promovida pela redemocratização, a PJMP não perdeu sua premissa de opção pelos jovens do meio popular e não perdeu sua essência de formar jovens social e politicamente conscientes de sua responsabilidade com o meio social e de promover a construção da cidadania na perspectiva libertadora de todas as formas de opressão originadas das relações de exploração do capital. A conscientização e participação, como elementos constitutivos da cidadania, estiveram presentes em todo o processo formativo dos jovens da PJMP, e permeia, de forma significativa, a vida de todos eles até os dias de hoje, de forma ética,

solidária, humana e engajada com a transformação da sociedade para uma vida social, política, cultural e espiritual de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto histórico de luta que situaram os lugares dos movimentos sociais da juventude da PJMP frente aos problemas sociais deu-se na década de 1980, atuando no campo do reconhecimento dos direitos humanos, identidade, participação e da construção da cidadania, onde ela se desvelou em um movimento social popular, tendo os elementos da educação popular como forma de organização e luta por participação política e social.

O cenário político da década de 1980 trouxe muita inquietação dos jovens acerca da participação social e cidadania. Cidadania que fora ceifada pela Ditadura Militar e que pôde ser reconquistada a partir da redemocratização do Estado Brasileiro e com a participação efetiva de todos na condução dos rumos do país. Dentro deste cenário insere-se a contribuição social e política da PJMP, ao promover espaços de organização e luta pela construção da cidadania a partir da tomada de consciência dos jovens sobre os problemas sociais e de seu poder de participação ativa. Trata-se de uma cidadania conquistada no processo de luta por um projeto coletivo de respeito aos direitos humanos, à educação, ao mundo do trabalho, à identidade. Sendo assim, a sistematização da história da Pastoral de Juventude do Meio Popular na região do brejo paraibano vem a ser uma importante contribuição para a história da Educação Popular e dos Movimentos Sociais, pois coloca em tela a reescritura da história desta pastoral e recupera três décadas de lutas que estavam sob a guarda das memórias de seus participantes e, que agora, poderão ser partilhadas sem o risco de serem esquecidas devido à relação tempo/memória humana. Esta história também recupera os momentos históricos eclesiais (Vaticano II, Medellín, Puebla) que redirecionaram a caminhada da Igreja Católica desvelando os valores sociais, políticos e filosóficos que permearam a

PJMP em toda América Latina e Brasil, incentivando a formação de novas dioceses com o objetivo de criar e fortalecer os grupos de evangelização através das CEB's.

Resultante deste plano de expansão da Igreja Católica vemos, na Região do Brejo Paraibano, a elevação de Região Episcopal à Diocese, percebendo-se, de forma concreta, a discussão entre os jovens e os clérigos sobre a formação de uma pastoral de juventude que pudesse estar organicamente articulada com os grupos de base de outras áreas pastorais da Diocese. Desta discussão surge, num primeiro momento, na Diocese de Guarabira, uma Pastoral de Juventude, de caráter genérico, que congregava jovens de todas as classes sociais. É obvio que esta pastoral não começou vazia. Ela começou a partir da participação dos jovens que estavam em grupos de oração e trabalhos de solidariedade humana em suas comunidades antes da formação de uma pastoral de juventude organizada. A religiosidade foi, num primeiro momento, o elemento que promoveu o agrupamento destes jovens em torno de um projeto coletivo. Esta configuração de Pastoral Genérica trouxe inquietações aos jovens do meio popular, que sentiram a necessidade de fazerem as discussões do grupo baseados na realidade de classe deles, pois, a generalização dos jovens dentro da pastoral não atendia às reais necessidades formativas e de vida dos jovens do meio popular.

A discussão sobre a formação de uma Pastoral de Juventude do Meio Popular, desde o início na diocese, foi um campo de lutas sociais, culturais, políticas e identitárias e foi sob este ambiente de luta por reconhecimento de sua identidade que nasce a Pastoral da Juventude do Meio Popular da Diocese de Guarabira, cuja ação se dá a partir de sua origem e de seu meio concreto, reclamando respeito à sua identidade e que atenda às suas necessidades formativas, tendo a sua realidade como ponto de partida, pois, a PJMP não foi fruto de um processo harmônico. Ela nasceu da necessidade de uma pedagogia diferenciada que permitisse aos jovens do meio popular o ingresso num espaço de formação política e social fomentadora de consciência e senso crítico acerca da realidade social, tendo o seu próprio meio como ponto de reflexão. Esse novo olhar dos jovens populares sobre suas realidades promoveu uma formação que os fez reconhecerem-se sujeitos de suas próprias histórias, humanizando-os; permitiu o desenvolvimento de uma espiritualidade libertadora que trouxesse a reflexão sobre relação fé e vida; e fomentou o conhecimento sobre as formas de opressão e exploração a qual o Estado e o capital imprimem em suas vidas.

A Pastoral da Juventude do Meio Popular da Diocese de Guarabira desenvolveu um processo educativo onde suas ações foram planejadas e organizadas

tendo o diálogo como elemento de reconhecimento do outro como sujeito; como elemento de promoção de solidariedade e de relações sociais saudáveis. Estas ações só eram possíveis devido ao nível de conscientização que os jovens desenvolveram em seus percursos formativos, pois, a conscientização foi um ponto fundamental na vida dos jovens. Foi através da conscientização que a participação ganhou força e sentido para os jovens dentro da PJMP.

O nível de conscientização e as diversas formas de participação dos jovens em ações de reivindicações, protestos e apoio a entidades representativas revelaram a força de seu protagonismo, interferindo em processos decisórios, pressionando forças políticas e mobilizando a população acerca dos problemas sociais. Portanto, a conscientização e a participação dos jovens da PJMP culminaram numa práxis libertadora capaz de construir uma cidadania não mais outorgada pelo Estado. Foi desta práxis libertadora que muitos jovens trilharam outras formas de atuação, fosse ela através da militância político-partidária, na assessoria a movimentos sociais (inclusive dentro da própria PJMP), e na profissionalização em diversas áreas do conhecimento. Com isso, podemos indicar a contribuição da prática educativa da Pastoral da Juventude do Meio Popular da Diocese de Guarabira para a formação política e social daquela juventude. Prática educativa pautada numa concepção de Educação Popular, onde a conscientização e a participação foram categorias fundantes para a construção da cidadania, cujo reconhecimento de sua importância social, política e cultural foram importantes na formação crítica e cidadã dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Portanto, a PJMP não só promoveu a cidadania aos jovens, como também fortaleceu este conceito, atribuindo a ele valores morais, éticos, identitários, culturais e sociais que ultrapassou os limites da permanência dos jovens nesta pastoral, pois, mesmo com a redemocratização brasileira imprimindo uma nova forma de pensar a sociedade, imprimindo novos valores, que fomentou o surgimento de novos movimentos sociais e novas demandas por direitos, a Pastoral da Juventude do Meio Popular da Diocese de Guarabira contribuiu significativamente para a formação cidadã dos jovens que dela participaram, com uma metodologia bem definida e pautada nos princípios pedagógicos da Educação Popular. Sendo assim, todo processo educativo desenvolvido na PJMP, bem como seus princípios filosóficos (morais e éticos), propiciou aos jovens a formação política e social necessária ao desenvolvimento de sua conscientização e os levaram ao caminho da participação, que são elementos fundamentais para a construção da cidadania.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

_____. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. *Manual de História oral*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005.

ABRAMO, Helena W. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Juventude e Contemporaneidade*. – Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, 2007 284 p. – (Coleção Educação para Todos; 16).

ABRAMOVAY, M. et all. *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades de periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Disponível em : www.anped.org.br Acesso em 16 de maio de 2011.

ARAÚJO, Luiz Carlos. *Por uma Pastoral de Juventude Diferenciada*. IN: DICK, Hilário. (Et all). *A Pastoral da Juventude e o Meio Social*. São Paulo: Paulinas 1986.

AZEVEDO, Dermi. *Desafios estratégicos da Igreja Católica*. *En publicacion: Lua Nova, no. 60*. CEDEC, Centro de Estudos de Cultura Contemporanea, Sao Paulo, Brasil:Brasil.2003.

Acesso ao texto completo: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n60/a04n60.pdf>

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. *Os movimentos sociais e as lutas por educação*. IN: CALADO, Alder Júlio Ferreira (org.). *MOVIMENTOS SOCIAIS, ESTADO E EDUCAÇÃO NO NORDESTE: estudos de experiências no meio rural*. João Pessoa: Ideia, 1996.

BÉDARIDA, Francçois. *Tempo presente e presença da história*. IN: *Usos e Abusos da História Oral*. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). 4 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BOFF, Leonardo. A Libertação em Puebla. BOFF, Leonardo et al. IN: Puebla: análises, perspectiva, interrogações. São Paulo: Edições Paulinas, 1979. – (Série TEOLOGIA EM DIÁLOGO – Estudos)

BETTO, Frei. Puebla para o Povo. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____, Frei. O que é Comunidade Eclesial de Base. São Paulo: Abril, 1985.

BEOZZO, José Oscar. Puebla e a Realidade Latino-americana. BOFF, Leonardo et al. IN: Puebla: análises, perspectiva, interrogações. São Paulo: Edições Paulinas, 1979. – (Série TEOLOGIA EM DIÁLOGO – Estudos)

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Educação Popular como processo humanizador: quais protagonistas? IN: LINS, Lucicléa Teixeira; OLIVEIRA, Verônica de Lourdes Batista de. (Org.). Educação Popular e Movimentos Sociais: aspetos multidimensionais na construção do saber. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

CALIMAN, C. Por uma Pastoral de Juventude do Meio Social: uma reflexão teológico-pastoral. IN: DICK, Hilário. (Et all). A Pastoral da Juventude e o Meio Social. São Paulo: Paulinas 1986.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses/ Acesso em 20 de junho de 2011.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: www.capes.gov.br/avaliacao/cadastro-de.../teses-e-dissertacoes Acesso em 29 de junho de 2011.

CARVALHEIRA, Dom Marcelo. A Pastoral de Juventude do Meio Popular. IN: DICK, Hilário. (Et all). A Pastoral da Juventude e o Meio Social. São Paulo: Paulinas 1986.

CARVALHO, José Murilo de. A Cidadania no Brasil. O longo caminho. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CELAM, II CONFERENCIA GENERAL DEL EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. Conclusiones de Medellín. Medellín, 1968.

CELAM, III CONFERENCIA GENERAL DEL EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. La Evangelización em El presente y em El futuro de America Latina. Puebla, 1978.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CNPJMP/CNAPJMP. Comissão Nacional da Pastoral da Juventude do Meio Popular. Do Meio Popular um Canto Jovem: nossas vidas, nossas lutas, nossos sonhos. Mimeo.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Declaração dos Bispos do Nordeste (1965). Disponível em: <http://www.cnbb.org.br> . Acesso em 22 de outubro de 2011.

_____. Diretrizes da Ação Pastoral da Igreja Nordeste II. João Pessoa: mimeo, 1979.

CORTI, Ana Paula. Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores. São Paulo – Ação Educativa, 2004.

DAYRELL, Juarez. O Jovem como sujeito social. IN: Juventude e Contemporaneidade. – Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.284 p. – (Coleção Educação para Todos; 16).

DEBALD, Blasius Silvano. A relação da Igreja Católica com o Estado brasileiro – 1889/1960. *Pleiade*, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 51-61, jan./jun. 2007.

DORNELAS, Pe Nelito Nonato. A Presença da Igreja Católica no Brasil e suas implicações sociopolíticas. IN: CADERNOS ADENAUER XI (2010) nº23. Educação Política: reflexões e práticas democráticas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, Agosto 2010.

ESTEVES, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. IN: JUVENTUDES: outros olhares sobre a diversidade. Organização: Miriam Abramovay, Eliane Ribeiro Andrade, Luiz Carlos Gil Esteves. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007. 342 p. : il – (Coleção Educação para todos; 27)

FERRONATO, Cristiano. A História Oral e a questão da subjetividade. IN: MACHADO, Charliton José dos Santos [et al.]; (Orgs). Do silêncio à voz: pesquisas em história oral e memória. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____, Paulo. Ação Cultural para a Liberdade. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____, Paulo, Conscientização, teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro. 2001.

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra,2000.

GALILEA, Segundo. Teologia da Libertação: ensaio de síntese. São Paulo: Paulinas, 1979.

GANDIN, Luís Armando. Educação libertadora: avanços, limites e contradições. Petrópolis, RJ: Vozes. 1995.

GOHN, Maria da Glória. O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 7ed. São Paulo: Cortez, 2008. – (Coleção Questões da Nossa Época. v.123).

_____, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Educação*. 7ed. São Paulo: Cortez, 2009. – (Coleção Questões da Nossa Época. v. 5).

GROPPO, Luís Antonio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1975

HACK, José Lino. Para uma Organização da Pastoral de Juventude. IN: DICK, Hilário. (Et all). *A Pastoral da Juventude e o Meio Social*. São Paulo: Paulinas 1986.

HALBWACHS, M., *A Memória Coletiva*, São Paulo: Vértice/Revista Editora dos Tribunais, 1990.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tomás Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 103 p. Título original: *The question of cultural identity*.

HERCULANO, Selene. *Cidadania, Participação e Emancipação: A Dinâmica da Nossa Inércia*. Disponível em: <http://www.professores.uff.br/seleneherculano/arquivos-selene/CIDADANIA%20para%20PGSD%20em%2025jan2011.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2012.

KADT, Emanuel de. *Católicos radicais no Brasil*. Brasília: UNESCO, MEC, 2007. 332 p. – (Coleção educação para todos; 17).

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão. 3 ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1994 (Coleção Repertório).

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. *Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea*. IN: *Usos e Abusos da História Oral*. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). 4 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MARTINS, Suely Aparecida. “Caminhos e descaminhos da socialização política na pastoral da juventude: o caso de Londrina” Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. – Universidade Estadual de Campinas. – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. - Campinas, SP: [s.n.], 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MEJIA, Marco Raul. *A transformação social: educação popular e movimentos sociais no fim do século*. Tradução de Ana Vieira Pereira e Ricardo Ribeiro. – 2ed. – São Paulo, Cortez, 2003. – (Coleção Questões da nossa época; v.50)

MELO NETO, José Francisco de. *EDUCAÇÃO POPULAR: sistema de teorias intercomunicantes*. IN: ROSAS, Agostinho da Silva; NETO, José Francisco de Melo. *Educação Popular. Enunciados teóricos*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

_____, José Francisco de. *O que é Popular?* IN: BRENNAND, Edna Gusmão

de Góes (Org). O Labirinto da Educação Popular. João Pessoa: UFPB/PPGE/Editora Universitária/UFPB, 2003.

MESCHIATTI, José Eduardo. Trabalhadores da vinha : estudo sobre a formação do clero – o Seminário Católico antes e depois do Concílio Vaticano II / Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.– Campinas, SP: [s.n.], 2007.

MINAYO, M. C. S. *et al.* Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOREIRA, Orlandil de Lima. ONG's, Movimentos Sociais e Educação Popular: uma reflexão sobre a experiência educativa do SEDUP. IN: JEZINE, Edineide; BATISTA, Maria do Socorro Xavier; MOREIRA, Orlandil de Lima. *Educação popular e movimentos sociais*. Dimensões educativas na sociedade da globalização. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

NOVAES, Regina. Juventude, percepções e comportamento: a religião faz diferença? In ABRAMO, Helena W. (org.) *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ONU. ANO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE. Disponível em: http://www.unicrio.org.br/docs/iyy_portugues.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2012.

PAIVA, V. Educação popular e educação de adultos. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

PLANO PASTORAL DA DIOCESE DE GUARABIRA. Semana Pastoral da Diocese de Guarabira. Nova Cruz-RN: Mimeo, 1983.

PLUMMEN, P. Humberto. A Prática da Pastoral de Juventude e o Meio Social. IN: DICK, Hilário. (Et all). *A Pastoral da Juventude e o Meio Social*. São Paulo: Paulinas 1986.

RESENDE, Maria José de. As desigualdades no Brasil: uma forma de violência insuperável? As reflexões de Manoel Bonfim, Euclides da Cunha, Fernando de Azevedo e Josué de Castro. IN: SCHILLING, Flavia (org). *Direitos Humanos e Educação: outras palavras, outras práticas*. São Paulo: Cortez, 2005.

RICHARDSON, R.J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

REGUILLO, Rossana. LAS CULTURAS JUVENILES: un campo de estudio; breve agenda para la discusión. IN: *Juventude e Contemporaneidade*. – Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. 284 p. – (Coleção Educação para Todos; 16).

RESENDE, Maria José. As Desigualdades no Brasil: uma forma de violência insuperável? As reflexões de Manoel Bomfim, Euclides da Cunha, Fernando de Azevedo e Josué de Castro. IN: SCHILLING, Flavia (org.). *Direitos Humanos e Educação: outras palavras, outras práticas*. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Beni dos. Estrutura do Documento. BOFF, Leonardo et al. IN: Puebla: análises, perspectiva, interrogações. São Paulo: Edições Paulinas, 1979. – (Série TEOLOGIA EM DIÁLOGO – Estudos)

SAVIANI, Demerval. História das idéias pedagógicas no Brasil. 2ed. Campinas, SP: Atores Associados, 2008.

SOARES, Claudete Gomes. Teologia da Libertação no Brasil: aspectos de uma crítica político-teológica à sociedade capitalista. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. - Campinas, SP: [s.n.], 2000.

SOFIATI, Flavio Munhoz. Jovens em movimentos: o processo de formação da Pastoral da Juventude do Brasil. São Carlos: UFSCar, 2004. 188p. (Dissertação)

_____, Flavio Munhoz. A Juventude no Brasil: história e organização. Disponível em:<http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2008/pdf/14%20Flavio%20Munhoz%20Sofiati.pdf> . Acesso em 05 de maio de 2011.

SOUZA, Luis Alberto Gómez de. Classes Populares e Igreja nos Caminhos da História. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

THOMPSON, Paul. A voz do Passado: história oral. 2 ed. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UNESCO. Políticas públicas de/para/com as juventudes. – Brasília: UNESCO, 2004.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Práxis. 2ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO : São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011.

VIDA e Luta da PJMP. Disponível em: <<http://www.pjmp.mahost.org>>. Acesso em 18 set. 2008.

APÊNDICE

Roteiro para entrevista (semi-estruturada) sobre a contribuição da Pastoral da Juventude do Meio Popular da Diocese de Guarabira-PB.

Introdução:

O nosso interesse para realização desta conversa (entrevista) diz respeito a nossa pesquisa no curso de Pós-Graduação em nível de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, onde procuramos recontar a história da Pastoral da Juventude do Meio Popular da Diocese de Guarabira-PB, além de analisar a contribuição desta Pastoral nos processos de construção da cidadania, participação e formação política-cidadã daqueles que fizeram parte dela no período de 1980 a 1989.

Sendo assim, se faz necessário que responda as questões de acordo com a realidade do tempo no qual você fez parte desta pastoral. Considere suas experiências em todos os campos de atuação da pastoral, sejam elas, políticos, formativos, e religiosos.

Nesse sentido, é de grande importância esforçar-se para recuperar, através de sua memória, os acontecimentos da época.

Questões pessoais

Fale sobre o seu ingresso na PJMP e os motivos que o (a) levaram a fazer parte dela.

Antes da PJMP, você já tinha participado de alguma organização social ?

O que motivou sua saída da PJMP ? Isso se deu em qual ano?

Você participou de alguma organização social após sua saída da PJMP?

Quais ações da PJMP contribuíram na sua formação humana?

Suas experiências vividas na PJMP tem reflexos positivos ou negativos hoje em sua vida? Comente

Organização/estrutura

Como a PJMP se organizava?

Como eram os encontros?

Que tipo de ações eram desenvolvidas ?

Quem planejava as ações e baseadas em qual realidade?

Havia avaliação das ações? Comente.

Quem participava da PJMP?

Formação

Havia formação específica para os participantes da PJMP? Se havia, quem promovia? Que temas eram debatidos?

Ainda, se havia formação, ela era pensada a partir da necessidade do grupo? Comente.

Ação e mobilização

No desenvolvimento das ações, quais eram as mais freqüentes reivindicações da PJMP?

Quais eram os instrumentos de reivindicação e luta mais utilizadas pela PJMP?

Havia relação de parceria, direta ou indireta, da PJMP com a sociedade civil ou órgãos públicos? Quais eram? Comente.

Questões gerais

Quais as temáticas mais presentes na PJMP? Comente.

Qual era o alcance educativo da PJMP?

Qual era o alcance político da PJMP?

Sendo um grupo que congregava jovens, existia alguma política pública voltada especificamente para o universo juvenil?

Você tem notícias de outros participantes da PJMP? Como estão, o que fazem, qual a formação educacional, militância ou atuação política?

Questão pessoal

Existe outra questão que não entrou na conversa e que você gostaria de comentar?

